

Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ

Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde

VANÊSSA ALVES PINHEIRO

COOTRAM

**– Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos do Complexo de Manguinhos –
Fiocruz no desenvolvimento social e econômico de Manguinhos
(1994-2005)**

Rio de Janeiro

2017

VANÊSSA ALVES PINHEIRO

COOTRAM

**– Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos do Complexo de Manguinhos –
Fiocruz no desenvolvimento social e econômico de Manguinhos
(1994-2005)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências.

Orientador: Prof. Dra. Tania Maria Fernandes

Rio de Janeiro

2017

VANÊSSA ALVES PINHEIRO

COOTRAM

**– Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos do Complexo de Manguinhos –
Fiocruz no desenvolvimento social e econômico de Manguinhos
(1994-2005)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Tania Maria Fernandes (Fundação Oswaldo Cruz/Casa de Oswaldo Cruz - Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde) – Orientadora

Prof. Dr. Luiz Antonio da Silva Teixeira (Fundação Oswaldo Cruz/Casa de Oswaldo Cruz - Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde)

Prof. Dr. Mario Sérgio Ignácio Brum (Universidade do Estado do Rio de Janeiro/ Faculdade de Educação da Baixada Fluminense - Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas)

Suplentes:

Prof. Dra. Letícia de Luna Freire (Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Departamento de Ciências Sociais e Educação; Faculdade de Educação da Baixada Fluminense - Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas)

Prof. Dr. Renato da Gama-Rosa Costa (Fundação Oswaldo Cruz/Casa de Oswaldo Cruz - Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde)

Rio de Janeiro
2017

P654c Pinheiro, Vanêssa Alves

COOTRAM: Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos do Complexo de Manguinhos: Fiocruz no desenvolvimento social e econômico de Manguinhos (1994-2005) / Vanêssa Alves Pinheiro – Rio de Janeiro: s.n., 2017.

165 f.

Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde)
- Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2017.

Bibliografia: 117-126f.

1. Cooperativas. 2. Desenvolvimento Local. 3. Fundação Oswaldo Cruz. 4. Rio de Janeiro.

CDD 334

A todos que buscam, verdadeiramente,
a construção de um país melhor
e menos desigual.

AGRADECIMENTOS

Diante das adversidades do atual contexto político e social do Brasil, agradecer torna-se difícil, mas extremamente necessário. Cabe enfatizar, neste sentido, a importância do papel que instituições como a Fiocruz desempenham na preservação do processo democrático, e o quanto este deve ser ressaltado. Esta pesquisa é fruto da convergência do esforço de diversas pessoas que contribuíram para sua elaboração, não consistindo apenas na análise formal de um objeto. Desta forma, cabe aqui, o meu agradecimento a todos que me auxiliaram, em algum momento, na construção dessa dissertação, tornando-a, quase, figurativamente uma obra coletiva.

Gostaria de agradecer à minha mãe, Neuza e à minha tia, Nanci, que sempre trabalharam para que eu pudesse ter acesso a uma boa educação formal. E à minha prima, Karen com quem sei que sempre posso contar. Em suma, à minha família, que mesmo em meio às adversidades da vida, priorizou uma estrutura que me permitisse concluir meus estudos e almejar uma qualificação profissional, como o ingresso no curso de pós-graduação.

Devo meus agradecimentos ao Daniel, à Grazielle e à tia Geórgia por me incentivarem a ingressar no mestrado, seja no auxílio com um plano de estudos para a prova, na torcida pelo sucesso na prova de seleção ou na demonstração de felicidade por eu estar concluindo mais essa etapa da vida, respectivamente.

Um agradecimento, em especial, devo ao meu ‘consultor para assuntos acadêmicos’, o divo Victor Emmanuel, que me ajuda desde a época da faculdade de História, que me ‘salvou’ na elaboração do pré-projeto, que leu voluntariamente minha dissertação como um revisor, que teve paciência em responder todas as minhas mensagens no whatsapp, e tantas outras coisas que precisaria de muito mais que um parágrafo para agradecer.

Devo agradecimentos ao Departamento de Arquivo e Documentação da Casa Oswaldo Cruz pela oportunidade de trabalhar no projeto de organização de fundos pessoais, o qual possibilitou-me o contato com o Fundo Szachna Cynamon, do qual partiram questões que possibilitaram a construção desta pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Ciência e da Saúde, devo agradecimentos, em especial, aos professores e a todos que dele fazem parte, pela estrutura e o apoio oferecido aos discentes. Ao pessoal da secretaria acadêmica – Sandro, Paulo e Maria Claudia – sempre atenciosos e dispostos a nos auxiliarem nos mais diversos problemas. Aos

meninos da fotocópia, Chris e Amanda que com paciência atenderam aos pedidos de cópias e impressões urgentes. Aos funcionários da ‘sala de consulta’ da Casa Oswaldo Cruz, que sempre solícitos, me auxiliaram na busca dos documentos fundamentais à minha dissertação.

A orientação de um trabalho acadêmico é um fator determinante para sua elaboração, assim devo outro agradecimento especial à minha orientadora Tania Fernandes, que ‘topou’ me orientar sem me conhecer previamente e que disponibilizou e facilitou meu acesso aos textos e livros sobre o tema pesquisado. Orientadora que ‘puxou’ minha orelha com os meus sumiços, que se mostrou atenciosa em todos os sentidos, seja com uma simples carona, com dúvidas banais ou com discussões enriquecedoras sobre o meu objeto. Além de sua paciência com minha escrita, quase sempre confusa, com períodos gigantes, com erros de digitação e mesmo erros de português, que me ajudou a focalizar e mostrou-me possíveis caminhos na resolução de minhas dúvidas. E quando os prazos se apertaram, teve paciência de aguardar o envio do meu material e soube me deixar tranquila quanto à conclusão de meu trabalho. Seu incentivo foi fundamental para a conclusão desta pesquisa.

Agradecimentos devo, também, à Banca de Qualificação do projeto e Defesa da dissertação pela disponibilidade de leitura e análise do material que construí, assim como as orientações e sugestões conferidas para um melhor desenvolvimento de meu estudo.

Quero agradecer também, ao André Lima que contribuiu para esta pesquisa, ora com indicações de leitura, ora com informações sobre a cooperativa e, que nos encontros propostos pela Tania, sempre solícito, ajudou-me a ampliar as possibilidades de desenvolvimento de meu tema.

Devo agradecer ainda, a Katherine que conheci no programa e que me aturou reclamando da vida, que atendeu as minhas ligações de madrugada e me ajudou a solucionar algumas dúvidas na escrita dessa dissertação, que me empresta livros, textos, etc... E que se tornou uma amiga preciosa que espero conservar pelo resto da vida.

Falando em vida, não posso deixar de agradecer as minhas *bests* do meu coração, a Fernanda que é a animação em pessoa, que super acredita em mim e que também é minha leitora voluntária. E a Aline, minha ‘psi’ preferida, que divide as mesmas ‘tretas’ comigo e que revisou essa dissertação com a maior paciência do mundo. Com essas duas minhas loucuras nem são tão loucuras assim.

“A pobreza não é um acidente.
Assim como a escravidão e o Apartheid,
a pobreza foi criada pelo homem
e pode ser removida pelas ações dos seres humanos.”
Nelson Mandela

“Todos podem e devem comer, trabalhar e obter uma renda digna,
ter escola, saúde, saneamento básico, educação, acesso à cultura.
Ninguém deve viver na miséria.
Todos têm direito à vida digna, à cidadania.
A sociedade existe para isso.
Ou, então, ela, simplesmente, não presta para nada.”
Betinho

RESUMO

Esta pesquisa buscou analisar a trajetória histórica da Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos do Complexo de Manguinhos (COOTRAM), criada em 22 de novembro de 1994, no Rio de Janeiro, pelo Projeto Articulado de Melhoria de Qualidade de Vida – Universidade Aberta da Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz, como uma empresa autônoma. Oriunda da articulação proveniente de instituições públicas, de associações de moradores e do Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida (COEP), com apoio de parte da sociedade civil, a cooperativa configurava-se como uma estratégia de atuação da Fiocruz na região de seu entorno. A atuação da COOTRAM foi viabilizada através de um convênio com a Fiocruz, celebrado em 1995, que previa um acordo de cooperação técnica de produção, de serviços e treinamento pessoal. As principais atividades apontadas no convênio consistiam em trabalhos de limpeza, jardinagem e manutenção predial desenvolvidos, tanto na comunidade, como na Fiocruz. Porém, com a expansão da COOTRAM, outras atividades foram incorporadas, como as fábricas de costura e de blocos de concreto, serviços de higienização de bibliotecas, etc... Este estudo procurou compreender os motivos que impulsionaram a fundação diversificar sua perspectiva de atuação e constituir uma ‘cooperativa popular’, assumindo como justificativa a melhoria da qualidade de vida dos moradores de algumas Comunidades de Manguinhos. No cerne da questão, encontra-se a expectativa de ampliação do diálogo da Fiocruz com estas comunidades. Entre as fontes consultadas estão, majoritariamente, os documentos do Fundo Szachna Cynamon, custodiados pela Casa Oswaldo Cruz, documentos localizados no site do COEP e entrevista concedida por Paulo Buss. A metodologia histórica aponta para análise documental e bibliográfica na busca de respostas para as perguntas formuladas.

Palavras-chave: COOTRAM, Comunidades de Manguinhos, Universidade Aberta, cooperativa popular, Fiocruz.

ABSTRACT

To analyze the historical trajectory of the Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos do Complexo de Manguinhos [Cooperative of the Autonomous Workers of the Manguinhos' Complex] (COOTRAM) was the aim of the present research. Created in November 22nd, 1994, in Rio de Janeiro, by the Projeto Articulado de Melhoria de Qualidade de Vida – Universidade Aberta da Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz [Articulated Project of Life Improvement – Open University of the National Healthcare/Fiocruz] as an independent company, the Cooperative was the result of an articulation between public institutions, segments of civil society, neighborhood associations and the Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida [Public Entities against Hunger and pro Life Committee] (COEP), presenting itself as an action strategy by Fiocruz for the surrounding region. COOTRAM's activities were made possible through partnership with Fiocruz, signed in 1995, which stated an agreement on the cooperation for production, services and personal training. The main activities specified in the agreement consisted of cleaning, gardening and maintenance work, both in the community and in Fiocruz, even if, by the enlarging of COOTRAM, other activities were to establish themselves, such as sewing and concrete blocks factories, library sanitization services, etc. This study aimed to understand the reasons that led Fiocruz to diversify its action perspectives and build a "popular cooperative", taking as justification the life improvement of residents of some of Manguinho's nearby communities. At the heart of the matter lies the expectation of a dialogue expansion between Fiocruz and the surrounding communities. In order to produce such an analysis, the following documents were consulted: documents from the Szchana Cynamon Fund, guarded by the Casa Oswaldo Cruz, documents presented on the COEP's website and an interview granted by Paulo Buss. The historical methodology leads to document and bibliographic analysis in the search for answers to previously formulated questions.

Key-Words: COOTRAM, Manguinhos' Communities, Universidade Aberta, popular cooperatives, Fiocruz

LISTA DE SIGLAS

- Andifes** - Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior
- ASFOC** - Associação dos Funcionários da Fiocruz
- CEDAE** - Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro
- CEPEL** - Centro de Estudos e Pesquisas da Leopoldina
- CESTEH** - Centro de Estudos de Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana
- CIEP** - Centro Integrado de Educação Pública
- CLT** - Consolidação das Leis do Trabalho
- CNBB** - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- COEP** - Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome pela a Vida
- Cofecon** - Conselho Federal de Economia
- COMIN** - Conselho de Missão entre Povos Indígenas
- COMLURB** - Companhia Municipal de Limpeza Urbana
- Consea** - Conselho Nacional de Segurança Alimentar
- COOTRAM** - Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos do Complexo de Manguinhos
- COOTRASMA** - Cooperativa de Trabalhadores da Região Centro do Estado
- Coppe/UFRJ** - Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia-Coppe da Universidade Federal do Rio de Janeiro
- CSEGSF** - Centro de Saúde Escola Germano Sinval Farias
- CUT** - Central Única dos Trabalhadores
- DAD/COC** - Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz
- DAPS** - Departamento de Administração e Planejamento em Saúde
- DCB** - Departamento de Ciências Biológicas
- DCS** - Departamento de Ciências Sociais
- DEMQS** - Departamento de Epidemiologia e Métodos Quantitativos em Saúde
- DLIS** - Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável
- DSSA** - Departamento de Saneamento e Saúde Ambiental
- ELOS** - Núcleo de Estudos Locais em Saúde
- Embratel** - Empresa de Telecomunicações
- ENSP** - Escola Nacional de Saúde Pública

EPSJV - Escola Politécnico de Saúde Joaquim Venâncio

Finep - Financiadora de Estudos e Projetos

Fiocruz - Fundação Oswaldo Cruz

GCOOP - Gerência de Negócios do Sistema Cooperativista do Banco do Brasil

IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRAES - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Tecnológico, Educacional e Associativo

ICTP - Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

INAN - Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição

Inesc - Instituto de Estudos Sócio-Econômicos

IOC - Instituto Oswaldo Cruz

ITCP - Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

PAIRAPA - Projeto Articulado em Recuperação Ambiental e Profissionalização de Adolescente.

PAPES - Programa Estratégico de Apoio à Pesquisa em Saúde

Pró-Manguinhos - Projeto de Sustentabilidade e Gestão Ambiental no Complexo de Manguinhos

PT - Partido dos Trabalhadores

RBHS - Rede Brasileira de Habitação Saudável

SERLA - Superintendência Estadual de Rios e Lagoas

SIG - Sistema de Informação Geográficas

SISVAN - Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional

SMDS - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

TCU - Tribunal de Contas da União

TRIBEL - Tratamento de Resíduos Industriais de Belford Roxo

UERJ - Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNICEF - United Nations Children's Fund/Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo I – Fiocruz: novas perspectivas de atuação nas Comunidades de Manguinhos ...	9
1.1 - Fiocruz: alguns aspectos históricos até o combate à fome	10
1.2 - Economia Solidária e Cooperativas Populares	17
1.3 - Fiocruz e as comunidades circunvizinhas	20
1.4 - ‘Homogeneização’ de comunidade e proposta de aculturação	23
Capítulo II – “Projeto Articulado de Melhoria de Qualidade de Vida – Universidade Aberta”: uma das propostas de ‘aproximação’ entre Fiocruz e Comunidades de Manguinhos	26
2.1 - Escola Nacional de Saúde Pública e perspectivas sociais	27
2.2 - Universidade Aberta: uma perspectiva de atuação social	31
2.3 - Universidade Aberta: ação em subprojetos	38
2.3.1 - <i>Subprojetos da abordagem socioeconômica, cultural e educacional</i>	39
2.3.2 - <i>Subprojetos da abordagem epidemiológica</i>	45
2.3.3 - <i>Subprojetos da abordagem ambiental</i>	48
2.3.4 - <i>Subprojeto Seminário de Ocupação do Solo e Habitação Humana: uma proposta de amplos debates</i>	57
2.4 - Universidade Aberta no Combate à Fome	58
Capítulo III - COOTRAM e Fiocruz: a construção de uma proposta de desenvolvimento social e econômico de Manguinhos	67
3.1 - Criação da COOTRAM: uma nova atuação da Fiocruz	68
3.2 - COOTRAM: algumas parcerias e articulações	70
3.3 - Fiocruz e COOTRAM: o combate à fome pela geração de trabalho e renda	80
3.4 - COOTRAM: sua constituição e atividades desenvolvidas	87
3.5 - COOTRAM e suas relações institucionais: Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, Fórum de Cooperativismo e o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares	91
3.6 - Conflitos e obstáculos para a COOTRAM	94
3.7 - Extinção da COOTRAM: convergência de vários fatores	105
Considerações Finais	111
Referências	117
Anexos	127

Introdução

Introdução

Este estudo assume como objeto de análise a Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos do Complexo de Manguinhos (COOTRAM), em especial sua atuação como prestadora de serviços à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), respeitando sua trajetória de 1994 a 2005, porém ampliando o marco analítico na busca de determinantes de sua constituição. Idealizada pelo “Projeto Articulado de Melhoria de Qualidade de Vida – Universidade Aberta”¹, a COOTRAM figurava como uma proposta estratégica de atuação voltada para práticas que contribuíssem para o desenvolvimento social e econômico da região do entorno da Fiocruz. Sua criação foi possibilitada através da articulação entre instituições públicas, associações de moradores e o Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida (COEP), com apoio de parte da sociedade civil.

A COOTRAM assume um papel importante na trajetória da Fiocruz e de Manguinhos, por configurar-se como uma cooperativa de cunho popular que buscava canalizar esforços para a geração de trabalho e renda para moradores da área no entorno da fundação. Entre seus objetivos, estava a criação de condições que pudessem propiciar a melhoria da qualidade de vida dos moradores. A constituição da COOTRAM foi possibilitada por uma conjunção de diversos fatores, entre eles o Projeto Universidade Aberta (1993-2013), elaborado e desenvolvido pela Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/Fiocruz), ao qual a cooperativa estava vinculada, e que enfatizava a necessidade de uma ‘aproximação’ da Fiocruz com as comunidades de seu entorno, com a expectativa de ampliação de diálogo.

O Projeto Universidade Aberta financiado pela Fiocruz, através do Programa Estratégico de Apoio à Pesquisa em Saúde (PAPES), coordenado por Eliazs Szachna Cynamon, foi elaborado pela ENSP que, naquele momento, buscava soluções e ampliação de discussões sobre alguns dos problemas identificados nas Comunidades de Manguinhos, tornando-se fundamental para esta análise aqui formulada sobre a COOTRAM. Em sua equipe de trabalho estavam incluídos professores e estudantes da fundação, com previsão de contratação de alguns moradores da região. Dividido em subprojetos com direcionamentos distintos, o projeto convergia para o desenvolvimento de ações voltadas para a melhoria da qualidade de vida dos moradores. Entre essas ações, destacavam-se um subprojeto referente à

¹ O “Projeto Articulado de Melhoria de Qualidade de Vida – Universidade Aberta” é também reconhecido, simplesmente, pelo termo Universidade Aberta.

geração de trabalho e renda e outro relativo à reciclagem e coleta seletiva de lixo, os quais contribuíram, ainda, para a criação da COOTRAM.

Importa ressaltar, que a constituição da COOTRAM contou com o apoio do Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida (COEP), o qual possuía entre seus principais líderes Herbert de Souza, o Betinho², que contribuiu para a ampliação do debate sobre a questão da fome e da miséria no Brasil, colaborando para que esta se tornasse, naquele momento, uma das principais agendas do governo federal.

Durante a década de 1990, diversas pesquisas e estudos apresentavam como foco o tema da fome no Brasil, em especial a pesquisa desenvolvida pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que resultou na elaboração e divulgação, em março de 1993, do Mapa da Fome. A partir dessa pesquisa o quadro da miséria e da fome no país foi evidenciado e publicizado pelos meios de comunicação, estimulando a mobilização da sociedade civil para o alcance de sua superação. Foi neste momento que as campanhas de combate à fome do Ação Cidadania contra a Miséria e pela Vida, focadas na arrecadação de alimentos, adquiriram repercussão nacional, inclusive com o apoio de diversas figuras públicas. Ainda em 1993 foi criado o Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida, que incluía a Fiocruz entre as instituições a ele vinculadas. Esta aproximação entre a fundação e o COEP estimulou a elaboração de diversas propostas de ações práticas referentes ao combate à fome e à miséria, assim como o desenvolvimento de um senso de responsabilidade social³ diferenciado do que hoje se entende pelo grande empresário.

* * * * *

Esta dissertação foi dividida em três capítulos. No primeiro, pretendeu-se delimitar alguns conceitos e ideias que subsidiariam a análise do objeto central da pesquisa, no caso a COOTRAM. Inicialmente buscou-se compreender a configuração institucional da Fiocruz, em especial, suas diretrizes na perspectiva de perceber os pontos que possibilitaram e que

² O sociólogo Herbert de Souza, conhecido como Betinho, desde a década de 1960, militou em diversos movimentos sociais no Brasil. Ajudou a fundar a Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (ABIA), atuou no Movimento pela Ética na Política, liderou a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, conhecida popularmente como a campanha contra a fome, além da criação do Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida (COEP).

³ No âmbito das Ciências Sociais, o termo responsabilidade social é compreendido a partir da responsabilização social diante da opinião pública ou dos atos realizados perante a sociedade. No âmbito empresarial, a responsabilidade social adquire outra conotação, sendo relacionada a medidas que, ao mesmo tempo, que propiciem o bem-estar social, também configurem ações que atendam aos interesses empresariais, tornando-se praticamente uma obrigação das empresas. Cf. REIS, Carlos Nelson dos MEDEIROS, Luiz Edgar. Responsabilidade social das empresas e balanço social: meios propulsores do desenvolvimento econômico e social. São Paulo: Atlas, 2009, pp. 9-11.

contribuíram para que a instituição se envolvesse na constituição de uma cooperativa popular voltada para as comunidades circunvizinhas. Identificou-se algumas questões ressaltadas em estudos acerca de comunidades/favelas que poderiam contribuir para a construção dessa pesquisa, na caracterização, por parte de alguns projetos institucionais que delimitam Manguinhos como área carente. Esta caracterização é apontada, inclusive, pelos idealizadores do Universidade Aberta que delimitam este espaço com a tendência de homogeneização de seu perfil histórico e estrutural e com a ausência do poder público. Importou indicar, ainda, a incorporação, pelo Projeto Universidade Aberta, da metodologia registrada como ‘processo de aculturação’⁴ aplicada por seus coordenadores, sob a justificativa da possibilidade de superação de possíveis obstáculos e do estabelecimento de ‘aproximação’ entre a instituição e as comunidades circunvizinhas.

Como o objeto da pesquisa refere-se à COOTRAM, tornou-se importante, também, compreender o que diferia uma cooperativa popular das demais cooperativas, além de perceber como a economia solidária apresentava-se como alternativa à conjuntura de crise econômica, que marcava aquele momento, contribuindo para a geração de trabalho e renda, com a expectativa de erradicar e/ou minimizar a desigualdade social.

No segundo capítulo do estudo pretendeu-se analisar o Projeto Articulado de Melhoria de Qualidade de Vida – Universidade Aberta (1993-2013), elaborado pela Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/Fiocruz), sob a coordenação do engenheiro sanitário e professor Szachna Eliaz Cynamon. O Projeto Universidade Aberta subdividia-se em 10 (dez) subprojetos, com objetivos específicos, entre eles, um voltado para o fomento de geração de renda, e outro para a reciclagem e coleta seletiva de lixo, que em articulação com o Comitê de Empresas Públicas no Combate à Fome pela Vida (COEP) possibilitaram a criação da COOTRAM. Cabe, ressaltar, que a Fiocruz, que se encontra localizada no Bairro de Manguinhos, Rio de Janeiro, circundada por um conjunto de comunidades, já desenvolvia trabalhos naquela área e que, neste momento, redimensionou sua atuação nas comunidades com a implantação do Projeto Universidade Aberta e a constituição da COOTRAM. O êxito na captação de recursos para a cooperativa, conferiu, inclusive, uma maior visibilidade à

⁴ Nesta pesquisa, a metodologia de aculturação, indicada no Projeto Universidade Aberta, não compõe o foco de análise, devido a especificidade do tema e o não aprofundamento da metodologia no próprio projeto em estudo, que substituirá a terminologia por ‘transformação social’. Importa ressaltar, no entanto, o distanciamento entre comunidade e instituição que é, reiteradamente, apontado no antagonismo entre a população, como foco de problemas, e a Fiocruz, como polo idealizador de soluções científicas.

COOTRAM, sendo percebida, em parte da literatura sobre o tema, quando esta ressalta o papel da cooperativa em detrimento do Universidade Aberta.

O último capítulo buscou analisar a trajetória histórica da COOTRAM, com destaque para a relação estabelecida entre a Fiocruz e as Comunidades de Manguinhos através da cooperativa que, identificada como uma cooperativa popular, atuava na expectativa de superação das desigualdades sociais na região. Seus princípios e sua estrutura organizacional também serão abordados, em especial a ideia de que na cooperativa deveria ser estabelecida a gestão participativa que vislumbrava a autonomia, com o objetivo de promover um desenvolvimento na região voltado para a melhoria da qualidade de vida da população. Buscou-se também identificar elementos que permitissem a compreensão dos motivos que possibilitaram à Fiocruz assumir a implantação de uma cooperativa popular, visto que a instituição apresenta suas atividades voltadas para o desenvolvimento de tecnologias, pesquisas e recursos humanos no campo de saúde, e não a geração de emprego e renda, propriamente.

Em uma perspectiva mais ampla procurou-se perceber como a implantação da COOTRAM contribuiu, também, para que a Fiocruz estabelecesse relações institucionais que estimularam a criação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia-Coppe da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe/UFRJ), do Fórum de Cooperativismo e do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (Proninc).

* * * * *

Esta pesquisa, apesar de concentrar-se na região de Manguinhos, área na qual ocorrem diversos eventos violentos, não pretende problematizar a questão da violência, no entanto em determinados momentos tangenciará a questão, visto sua influência na trajetória histórica da COOTRAM.

A perspectiva utilizada na elaboração desse estudo é a histórica e para uma melhor compreensão do objeto procurou-se a contribuição de elementos multidisciplinares oriundos da sociologia, antropologia, economia, etc., os quais pudessem possibilitar um entendimento mais amplo sobre a COOTRAM.

* * * * *

O trabalho realizado no Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz (DAD/COC/Fiocruz), em especial no projeto de organização de alguns fundos pessoais, dentre eles o Fundo Szachna Cynamon, possibilitou a identificação de um conjunto documental constituído por um vasto acervo de documentos acumulados pelo professor Szachna Elias Cynamon, ao longo de sua trajetória na Escola Nacional de Saúde Pública. Neste acervo, encontra-se um dossiê denominado ‘Fundador e Presidente da Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos do Complexo de Manguinhos (COOTRAM)’, no qual localiza-se a maior parte das fontes utilizadas nesta pesquisa. Compõe, ainda, o material de análise, o Fundo Escola Nacional de Saúde Pública, também custodiado pela COC, como uma entrevista gravada com o Prof. Paulo Buss, e documentos disponíveis no site da Rede Nacional de Mobilização Social do Comitê das Entidade Públicas no Combate à Fome pela Vida, Ata de Reunião do Tribunal de Contas da União, localizado no site do TCU, entre outros.

A análise destas fontes documentais configurou-se como base fundamental para a pesquisa, seguindo a caracterização de vários autores, como Marc Bloch e Rousso, que os considera como resquícios, vestígios ou traços do passado⁵, além da incorporação das perspectivas da história do tempo presente assinaladas por Chaveau e Tétart, Lagrou e Riox⁶. Como assinala Glénisson⁷, os documentos correspondem a um conjunto de elementos que remetem ao passado, podendo constituir-se em fundos e acervos. Reiterando sua afirmativa e ressaltando o caráter humano dos documentos históricos, utiliza-se de Marc Bloch, quando este afirma que

sua presença ou ausência, em tal fundo de arquivo, em tal biblioteca, em tal solo, prendem-se a causas humanas que de maneira alguma escapam à análise e os problemas derivados de sua transmissão, longe de terem apenas o alcance de exercícios de técnicos, dizem respeito em si mesmos ao mais íntimo da vida do passado, pois o que se encontra posto em jogo, assim, nada menos é do que a passagem da lembrança através das gerações.⁸

⁵BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2001; ROUSSO, Henry. *O arquivo ou indício de uma falta*. *Estudos Históricos*, 9(17), p. 85-95, 1996.

⁶ CHAVEAU, Agnes & TÉTART, Philippe. (orgs.). *Questões para a História do Tempo Presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999; LAGROU, Pieter. *Sobre a atualidade da história do tempo presente*. In: PÔRTO Jr, Gilson. (org.). *História do tempo presente*. Bauru, SP: Edusc, 2007; RIOUX, J-P. *Pode-se fazer uma história do presente?* In: CHAVEAU, Agnes & TÉTART, Philippe. (orgs.). *Questões para a História do Tempo Presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

⁷ GLÉNISSON, Jean. *O objeto material da pesquisa: o documento*. In: GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos Estudos Históricos*. Difel, 2ª edição, São Paulo, 1977, p. 136.

⁸ GLÉNISSON, Jean. *O objeto material da pesquisa: o documento*. In: GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos Estudos Históricos*. Difel, 2ª edição, São Paulo, 1977, p. 136.

Como um suporte, capaz de fornecer subsídios ao trabalho do historiador, como afirmava Marc Bloch, o documento em si não possui vida própria, ele depende de uma análise para configurar um conjunto de significações. Não deve ser considerado como vestígio isolado e, sim, dependente de uma investigação eficaz.⁹ Torna-se documento quando presente no encadeamento de uma pesquisa e de uma escolha, conforme assinala Le Goff quando afirma que

em geral, a investigação não é um assunto do próprio historiador mas de auxiliares que constituem reservas de documentos onde o historiador escolherá a sua documentação: arquivos, investigações arqueológicas, museus, bibliotecas, etc. As perdas, a escolha dos compiladores de documentos, a qualidade da documentação são condições objetivas, mas limitativas do ofício de historiador. Mais delicados são os problemas que se põem ao próprio historiador a partir desta documentação.¹⁰

Como ressalta Le Goff, ao historiador cabe a expertise de extrair as informações dos documentos e interrogá-los adequadamente.¹¹ Ao analisar um documento, a atenção deve estar voltada para um discurso próprio de seu tempo, que o configura como um complexo conjunto de crenças e valores, tornando necessário ao historiador

atentar, portanto, para o modo através do qual se apresenta o conteúdo histórico que pretende examinar, quer se trate de uma simples informação, quer se trate de ideias. Especialmente no caso de pesquisas voltadas para a história das ideias, do pensamento político, das mentalidades e da cultura, o conteúdo histórico que se pretende resgatar depende muito da forma do texto: o vocabulário, os enunciados, os tempos verbais etc.¹²

Ao conteúdo dos documentos analisados cabe a crítica interna, na qual deve-se “interpretar o significado dos documentos, avaliar a competência do seu autor, determinar a sua sinceridade, medir a exatidão do documento, controlá-lo através de outros testemunhos.”¹³ Nessa ‘crítica de interpretação’, busca-se a compreensão do pensamento do autor do documento,¹⁴ importando ressaltar que os documentos possuem intencionalidade, não sendo isentos de subjetividade. Nesta mesma dimensão inclui-se o depoimento oral que, enquanto fonte histórica, configura-se como

⁹ BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2001. P. 73.

¹⁰ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990, p. 106.

¹¹ LE GOFF, Jacques. Prefácio. In: BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2001.

¹² FLAMARION, CIRO e VAINFAS, Ronaldo. *História e Análise de Textos*. In: FLAMARION, CIRO e VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História: Ensaios de teoria e metodologia*. 5ª ed., Editora Campus Ltda., 1997, p. 377.

¹³ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990, p. 110.

¹⁴ GLÉNISSON, Jean. O objeto material da pesquisa: o documento. In: GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos Estudos Históricos*. Difel, 2ª edição, São Paulo, 1977, p. 179.

riqueza documental e desafio analítico, uma profunda subjetividade e proximidade com o presente. A produção oral rompe com a perspectiva de objetividade e distanciamento temporal entre o historiador, seu objeto de análise e o sujeito da história, principalmente diante de seu processo ativo de produção como documento e possível fonte histórica.¹⁵

Neste sentido, os documentos apreciados na análise desta pesquisa adquirem o caráter de fonte histórica, observados seguindo os parâmetros do fazer histórico.

¹⁵ FERNANDES, Tania. Ouvindo Histórias e Memórias: o depoimento oral como fonte. In: FRANCO, Sebastião Pimentel, NASCIMENTO, Dilene Raimundo do, SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. (orgs.) Uma História Brasileira das Doenças. Vol.6. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2016, p. 54.

Capítulo I

Fiocruz: novas perspectivas de atuação nas Comunidades de Manguinhos

Capítulo I

Fiocruz: novas perspectivas de atuação nas Comunidades de Manguinhos

Este capítulo busca analisar as transformações institucionais ocorridas na Fundação Oswaldo Cruz, que possibilitaram a implantação, na década de 1990, do ‘Projeto Articulado de Melhoria de Qualidade de Vida - Universidade Aberta’ e da Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos do Complexo de Manguinhos (COOTRAM), focos da análise do estudo proposto. O objetivo é identificar como estas novas diretrizes assumidas pela Fiocruz, que se iniciaram com a reforma sanitária, permitiram tanto a constituição de ações inovadoras no campo da saúde, no âmbito da relação entre a instituição e as comunidades do entorno, quanto a configuração de novas articulações, como a estabelecida com o Comitê de Combate à Fome pela Vida. Estas novas articulações e orientações fomentaram em instituições públicas, como a Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia (Coppe/UFRJ), o Banco do Brasil e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), a construção de estratégias de mobilização social, que viabilizaram a implantação da COOTRAM.

1.1 - Fiocruz: alguns aspectos históricos até o combate à fome

Criada, em 1900, como Instituto Soroterápico Federal, sob a direção de Pedro Affonso Franco, com o objetivo de produzir soros e vacinas para o combate à peste bubônica, e transformada em Instituto Oswaldo Cruz, em 1907, a atual Fundação Oswaldo Cruz assumiu, ainda, entre o período de 1970 e de 1974 a denominação de Fundação Instituto Oswaldo Cruz.¹⁶ Em 1902, Oswaldo Cruz assumiu a direção geral do instituto, sendo no ano posterior nomeado, também, como Diretor Geral de Saúde Pública, dirigindo as campanhas de saneamento, as quais buscavam enfrentar diversas doenças, em especial, a febre amarela, a peste bubônica e a varíola. Este iniciou em Manguinhos a construção de um conjunto

¹⁶ FERNANDES, Tania Maria. Vacina Antivariolosa: ciência, técnica e o poder dos homens, 1808-1920. 2.ed. ver. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010.

arquitetônico que abrigaria a proposta formulada naquele momento.¹⁷ Ao longo do século XX a fundação se deparou, ou mesmo protagonizou, várias transformações políticas no país, como o processo de redemocratização do Brasil, a reforma sanitária, a elaboração e a implementação da Constituição de 1988, que impactaram diretamente suas ações.

Na década de 1980, a ‘Constituição Cidadã’ assumiu como ponto relevante o estado de bem-estar social, com ênfase ao acesso à cidadania. No campo da saúde, uma das principais mudanças diz respeito ao entendimento do termo saúde, que teve o seu significado alargado, sendo compreendido como direito de todos, a partir da definição de novos princípios e diretrizes que norteariam a política de saúde no país.¹⁸ Com o movimento sanitarista, a ideia de democratização do acesso à saúde foi amplamente discutida, o que propiciou transformações no campo da saúde.¹⁹

Durante a gestão de Antonio Sergio da Silva Arouca, como presidente da Fiocruz (1985-1989), foi realizado o I Congresso Interno da Fiocruz – Ciência e Saúde: a Fiocruz do Futuro²⁰. Neste evento ocorreu um amplo debate, com o “intuito de orientar os rumos do projeto institucional, centrado nos eixos da política científica e tecnológica e da política de saúde, assim como redigir a proposta de um novo estatuto para Fiocruz”²¹. Importa ressaltar que a fundação se encontrava regida pelo estatuto de 1976, que indicava como propósito da instituição a capacitação de recursos humanos para a Saúde Pública, a formulação, coordenação e execução de pesquisas voltadas para o campo da saúde, além do desenvolvimento, adaptação e produção de tecnologias a fim de atender as “necessidades dos

¹⁷ FIOCRUZ. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/pt-br/content/historia>. Acesso 15 de abril de 2017.

¹⁸ MENICUCCI, Telma. A implementação da Reforma Sanitária: a formação de uma política. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (orgs.). Políticas Públicas no Brasil. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2007, P.304; PAIVA, Carlos Henrique Assunção, TEIXEIRA, Luiz Antonio. “Reforma sanitária e a criação do Sistema Único de Saúde: notas sobre contextos e autores”. História, Ciência, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.21, n.1, jan-mar. 2014, p. 15-35.

¹⁹ ESCOREL Sarah. “História das Políticas de Saúde no Brasil de 1964 a 1990: do golpe militar à Reforma Sanitária”. In: GIOVANELLA, Ligia, ESCOREL, Sarah, LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa, NORONHA, José, CARVALHO, Antonio Ivo (Orgs.). Políticas e Sistema de Saúde no Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012, p. 359.

²⁰ “Os Congressos Internos da Fiocruz representam uma instância privilegiada na construção, implementação e acompanhamento de um projeto democrático de gestão. Realizados a cada quatro ou cinco anos, constituem-se em fóruns que discutem questões substantivas da vida institucional, debruçando-se sobre metas e objetivos de longo prazo. Ao contrário de outros colegiados, cuja função é a mais a de administrar o dia-a-dia, os Congressos Internos lidam com os temas mais relevantes numa perspectiva temporal de mais longo alcance. A participação de centenas de delegados eleitos assegura a participação das lideranças individuais mais expressivas nas áreas da pesquisa, da tecnologia e da gestão. Fertiliza a interação entre os diferentes setores e Unidades, impulsionando ricas discussões coletivas.” Cf. MOREL, Carlos Médicis. Relatório Final. II Congresso Interno: Ciência e Saúde: Compromisso Social da Fiocruz. Rio de Janeiro. Fiocruz. 1994, p. 6.

²¹ Proposta de discussão para o I Congresso da Fundação Oswaldo Cruz, 1988.

programas de saúde e as exigências da segurança nacional”.²² Essas finalidades foram revistas e reformuladas para atender a conjuntura daquele momento e as orientações estabelecidas pelo Congresso Interno.

A proposta de estatuto apresentada no I Congresso Interno da Fiocruz estava norteada pelos princípios democráticos e visava a definição de uma estrutura que equilibrasse “o poder legítimo outorgado pelo voto à autoridade máxima de condução institucional”²³ e garantisse o “direito de participação da comunidade de Manguinhos (da Fiocruz) nas diversas instâncias do poder institucional”.²⁴ Sua finalidade consistia em “desenvolver atividades no campo da saúde e do desenvolvimento tecnológico, visando atender as necessidades do país e alcançar e garantir autonomia nacional nessa área”²⁵. Como tratava-se de um documento em processo de elaboração, as unidades da fundação puderam opinar e encaminhar sugestões, como a inclusão, no artigo referente às finalidades da instituição, de um texto que contemplasse o “compromisso da Fiocruz com a população”²⁶, e a inclusão de “pesquisas clínicas aplicadas, operacionais e históricas”²⁷ ao final do item 2 das finalidades. As modificações propostas no estatuto apontavam para um novo direcionamento institucional, mais abrangente, participativo e com garantias de autonomia.

Em agosto de 1993, ocorreu o II Congresso Interno da Fiocruz, intitulado “Ciência e Saúde: Compromisso Social da Fiocruz”. Entre os pontos a serem abordados estava a aprovação do estatuto proposto no congresso anterior, o qual além de dispor sobre a organização e funcionamento da fundação, também buscava fortalecer a continuidade do processo democrático da instituição, visto que regulamentava a “escolha de seus dirigentes pela comunidade”²⁸ e instituiu “as formas de representação e participação institucional”.²⁹ Desta forma, a Fiocruz buscava a participação de sua comunidade científica na definição de sua política institucional, além de contribuir para a definição de suas competências e atribuições, descritas de forma resumida em sua missão como “gerar e difundir conhecimento científico e tecnológico no campo da saúde”.³⁰ Embora a elaboração do anteprojeto de

²² BRASIL, Decreto nº 77.481 de 23 de abril de 1976. Aprova o Estatuto da Fundação Oswaldo Cruz e dá outras providências. Brasília, 23 de abril de 1976.

²³ Anteprojeto de Estatuto da Fiocruz, 1988. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

²⁴ Anteprojeto de Estatuto da Fiocruz, 1988. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

²⁵ Anteprojeto de Estatuto da Fiocruz, 1988, p. 1. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

²⁶ Anteprojeto de Estatuto da Fiocruz, 1988, p. 2. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

²⁷ Anteprojeto de Estatuto da Fiocruz, 1988, p. 2. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

²⁸ Propostas para a Discussão do II Congresso Interno da Fundação Oswaldo Cruz, agosto de 1993.

²⁹ Propostas para a Discussão do II Congresso Interno da Fundação Oswaldo Cruz, agosto de 1993.

³⁰ FIOCRUZ. Relatório de Atividades 1993/1994, p. 4. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

estatuto tenha começado em 1988, somente em 2003 houve a aprovação de um novo estatuto da instituição.

No II Congresso Interno pretendia-se, por intermédio dos debates, reafirmar o compromisso social da instituição de “fornecer respostas às questões apresentadas pelo quadro sanitário nacional, preservando ao mesmo tempo a liberdade de investigação necessária à excelência da produção científica.”³¹ A Fiocruz se configurava como uma instituição voltada para o desenvolvimento tecnológico e científico voltados para o campo da saúde, e dentre suas finalidades institucionais, não havia um direcionamento que pudesse fomentar ações para além de sua atividade fim, no entanto a fundação se posicionava de forma favorável ao desenvolvimento multidisciplinar e à implantação de ações inovadoras, em especial no campo da saúde.

No contexto mais geral, ao longo da década de 1980, diversas propostas de estratégias de combate à fome foram idealizadas por intelectuais ligados à área da nutrição e alimentação, apontando para uma compreensão mais ampla da questão da saúde e abrindo espaço para ações inovadoras que envolviam, inclusive, a questão da fome e da miséria. Estas, posteriormente, subsidiariam a estruturação de medidas produzidas pelo governo federal, em especial, no âmbito do Ministério da Saúde.³² Segundo Gilza S. Pereira e Inês R. R. de Castro, o setor da saúde deveria, também, concentrar seus esforços em fatores que envolvessem as condições de moradia, o acesso aos serviços de saúde e o investimento em atividades educativas.³³ As autoras ressaltam, ainda, a importância do enfrentamento e a superação do quadro de fome e miséria estabelecido no Brasil, o que só seria alcançado mediante a apropriação dos princípios previstos no Plano de Combate à Fome e à Miséria, com enfoque na solidariedade, parceria e descentralização, aliados a uma articulação entre o governo e a sociedade civil, incluindo medidas emergenciais.³⁴

O alinhamento do Brasil à política neoliberal, no final da década de 1980, acirrou o aumento das desigualdades sociais, comprometendo a melhoria da qualidade de vida da

³¹ FIOCRUZ. Relatório de Atividades 1993/1994, p. 13. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

³² VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Fome, solidariedade e ética: uma análise do discurso da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida. História, Ciências, Saúde. Manguinhos vol. 11, maio-ago. 2004, p. 261.

PEREIRA, Gilza S., Castro, Inês R. R. de. Considerações sobre o Plano de Combate à Fome e à Miséria. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 9 (supl.1): 106-113, 1993, p. 106.

³³ PEREIRA, Gilza S., Castro, Inês R. R. de. Considerações sobre o Plano de Combate à Fome e à Miséria. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 9 (supl.1): 106-113, 1993, p. 106.

³⁴ PEREIRA, Gilza S., Castro, Inês R. R. de. Considerações sobre o Plano de Combate à Fome e à Miséria. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 9 (supl.1): 106-113, 1993, p. 112.

população e o reconhecimento da cidadania que se configurava importante objetivo dos movimentos sociais, na perspectiva da garantia de condições dignas de sobrevivência. As próprias políticas sociais eram fomentadoras das desigualdades entre os cidadãos, expressas no acesso de direito à cidadania, como ressalta Aldaiza Sposati quando afirma que

O jogo entre a ordem econômica e social, somado a distância entre os direitos formais e os reais, refreou a possibilidade da leitura da totalidade das demandas da sociedade. Este é o momento da conversão das políticas sociais de direitos em políticas de combate à pobreza que se voltam para a redução da miséria sem alcance de direitos sociais.³⁵

A autora ressalta que o combate à pobreza pressupõe enfrentar as desigualdades sociais também nos acessos às políticas sociais reverberado na política econômica.³⁶

A década de 1990, no Brasil, foi marcada por diversos movimentos sociais que envolviam a ampla participação da sociedade civil, como a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, que contribuiu para a visibilidade da questão da fome no país, transformando-a em agenda da política nacional. A Ação da Cidadania, composta por lideranças comunitárias, constituía-se em uma rede de mobilização formada por comitês locais da sociedade civil organizada. Buscava sensibilizar a sociedade para a questão da fome, chamando “atenção para a necessidade de resgate ou construção de um novo comportamento humano, solidário e ético, em que cada indivíduo (brasileiro) fosse responsável ou corresponsável pelo perfil de fome do país e sua conseqüente superação.”³⁷ A princípio, sua atuação focou na apresentação do processo de produção e distribuição de alimentos no país, buscando demonstrar que não havia falta de alimentos, mas uma ineficiente distribuição. No lançamento da Ação da Cidadania, em 1993, Herbert de Souza afirmava que “As diferenças ideológicas, partidárias e políticas não podem impedir que nos unamos para erradicar a indigência. Por isso, esse movimento é suprapartidário, supra ideológico. Ele é ético”³⁸, desta forma promovia a despolitização do tema da fome, e como aponta Gleyse Peiter, ainda, questionava o papel das instituições públicas no que se referia à fome e à indigência, convocando estes órgãos para debaterem as possibilidades de iniciativas e ações em seus

³⁵ SPOSATI, Aldaiza. Tendências latino-americanas da política social pública no século 21. R. Katál., Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 104-115, jan./jun. 2011, p. 108.

³⁶ SPOSATI, Aldaiza. Tendências latino-americanas da política social pública no século 21. R. Katál., Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 104-115, jan./jun. 2011, p. 109.

³⁷ VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Fome, solidariedade e ética: uma análise do discurso da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida. História, Ciências, Saúde. Manguinhos vol. 11, maio-ago. 2004, p. 263.

³⁸ PEITER, Gleyse. O papel do Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida – COEP. In: Oficina Social, COMPROMISSO Social: Um novo desafio para as organizações caderno oficina social. Cadernos da Oficina Social, I. Rio de Janeiro: Oficina Social, 1999.

domínios.³⁹ Ainda em 1993, fruto dessa convocação, foi criado o Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida (COEP), que buscava articular, principalmente, as instituições públicas, com o intuito de elaborar estratégias que viessem a combater o quadro de miséria do país e de desigualdades sociais, em especial, ações para a superação da fome no Brasil.⁴⁰

O COEP buscava desenvolver nas instituições públicas a noção de suas responsabilidades perante os problemas sociais, além de incentivar a criação de propostas que enfrentassem a miséria. Como forma de participar da campanha de combate à fome e à miséria, 30 organizações públicas, entre elas a Fiocruz, assinaram o termo de adesão ao COEP⁴¹, as quais se comprometiam com o protocolo do comitê de que o compromisso social transcorreria por “uma participação ativa e total no esforço para o combate à fome e à miséria”⁴², reconhecendo-se, portanto, como ‘entidades públicas’ com a responsabilidade de promover o desenvolvimento econômico e social.⁴³

O COEP inclui também, entre seus objetivos, a mobilização das empresas para que exerçam seu papel público e deem um passo à frente, incorporando à sua cultura o tema da fome e da pobreza. Além disso, incentiva as empresas a valorizar seus empregados a promover sua participação cidadã, fortalecendo a visão de que, “antes de empregados de empresas, são cidadãos de um país”. Da mesma forma, são metas do COEP promover o compromisso social das empresas e incentivar o exercício das práticas de gestão associadas à responsabilidade social corporativa.⁴⁴

Em outubro de 1993, o COEP realizou uma reunião a fim de estabelecer um plano de ação, o qual estabelecia a criação de grupos de trabalho que deveriam estimular a articulação

³⁹ PEITER, Gleyse. O papel do Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida – COEP. In: Oficina Social, COMPROMISSO Social: Um novo desafio para as organizações caderno oficina social. Cadernos da Oficina Social, I. Rio de Janeiro: Oficina Social, 1999.

⁴⁰ REDE NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL COEP. Das ruas às redes: 15 anos de mobilização social na luta contra a fome e a pobreza/COEP. Rio de Janeiro: COEP, 2008. P. 277. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/ruas_redes_2008.pdf. Acesso em 22 de abril em 2015.

⁴¹ Termo de Adesão do COEP, Rio de Janeiro, 02/08/1993. Rede Nacional de Mobilização Social COEP. Disponível em: <http://www.coeptbrasil.org.br/portal/publico/apresentarConteudo.aspx?CODIGO=C2008117192626312>. Acesso em 15 de outubro de 2016; SPITZ, André Roberto; PEITER, Gleyse Maria Couto; CARMONA, Marcos Roberto. COEP e o desenvolvimento comunitário: projetos de referência para a replicação. Estudos e Pesquisa n°66, XVI Fórum Nacional Economia do Conhecimento, Crescimento Sustentado e Inclusão Social. Rio de Janeiro, maio, 2004.

⁴² Protocolo. In: Rede Nacional de Mobilização Social COEP. Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida 1993-2002: “Nove Anos Construindo Caminhos”. 2002, p. 5. Disponível em: <http://www.coeptbrasil.org.br/coep20anos/UploadArquivo/files/LivroDocumentosCOEP.pdf>. Acesso em 24 de abril de 2015.

⁴³ PEITER, Gleyse. O papel do Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida – COEP. In: Oficina Social, COMPROMISSO Social: Um novo desafio para as organizações caderno oficina social. Cadernos da Oficina Social, I. Rio de Janeiro: Oficina Social, 1999.

⁴⁴ REDE NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL COEP. Das ruas às redes: 15 anos de mobilização social na luta contra a fome e a pobreza/COEP. Rio de Janeiro: COEP, 2008. P. 277-278. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/ruas_redes_2008.pdf. Acesso em 22 de abril em 2015.

entre as entidades públicas com o objetivo de viabilizar soluções para o enfrentamento da fome e miséria.⁴⁵ Este plano de ação visava a identificação de propostas e ações que as ‘empresas públicas’ poderiam desenvolver no âmbito de suas competências e obrigações, assim como as suas práticas administrativas, além do incentivo à ação contígua das empresas.⁴⁶

O COEP, ao propor a elaboração de ações inovadoras, estimulava a mobilização social e o alinhamento institucional das empresas, buscando desenvolver a conscientização de “valores como a responsabilidade social de todos, empregados - enquanto cidadãos - e empresa - como entidade pública - frente à miséria e à exclusão.”⁴⁷ Segundo Paulo Buss, a Fiocruz havia incorporado compromisso de responsabilidade social, tal como o compreendido por Herbert de Souza, e não a responsabilidade social de forma conceitual, amplamente utilizada pelo empresariado.⁴⁸

No final de 1993, sem abandonar as ações emergenciais de combate à fome, como a arrecadação de alimentos, Herbert de Souza buscou ‘levantar novas bandeiras’, em especial, a referente à campanha de geração de empregos, cunhada a partir de uma reunião com diversos “secretários da pasta do Trabalho para discutir o problema do desemprego no país”.⁴⁹ No ano seguinte, Herbert de Souza buscava associar a questão da fome a ações voltadas para a geração de emprego e renda.⁵⁰ Neste momento, por iniciativa da Fiocruz, surgia a proposta de criação de uma cooperativa popular voltada para os moradores do entorno da instituição, que se configurava em uma inovação, no que se referia à atuação no comitê, principalmente pela opção de uma estratégia proveniente da economia solidária.⁵¹ Importa ressaltar que, para a construção da cooperativa em Manguinhos, a Fiocruz contou, ainda, com o apoio de diversas

⁴⁵ Plano de Ação do Comitê de Empresas Estatais, 28/10/1993. Rede Nacional de Mobilização Social COEP. Disponível em: <http://www.coeptbrasil.org.br/portal/publico/apresentarConteudo.aspx?CODIGO=C200812315188156>. Acesso em: 15 de outubro de 2016.

⁴⁶ REDE NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL COEP. Das ruas às redes: 15 anos de mobilização social na luta contra a fome e a pobreza/COEP. Rio de Janeiro: COEP, 2008, p. 96. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/ruas_redes_2008.pdf. Acesso em 22 de abril em 2015.

⁴⁷ PEITER, Gleyse. O papel do Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida – COEP. In: Oficina Social, COMPROMISSO Social: Um novo desafio para as organizações caderno oficina social. Cadernos da Oficina Social, I. Rio de Janeiro: Oficina Social, 1999.

⁴⁸ Entrevista concedida por Paulo Buss, no dia 03 de outubro de 2016, para o projeto História de Manguinhos, entrevistado por Tania Maria Fernandes, André Luiz da Silva Lima e Vanêssa Alves Pinheiro no CRIS Fiocruz.

⁴⁹ SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. Economia Solidária, Volume 2. UFF, p. 31. Disponível em: <http://www.uff.br/incubadoraecosol/docs/ecosolv2.pdf>. Acesso em 27 de maio de 2016.

⁵⁰ REDE NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL COEP. Das ruas às redes: 15 anos de mobilização social na luta contra a fome e a pobreza/COEP. Rio de Janeiro: COEP, 2008, p. 70. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/ruas_redes_2008.pdf. Acesso em 22 de abril em 2015.

⁵¹ SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. Economia Solidária, Volume 2. UFF, p. 33. Disponível em: <http://www.uff.br/incubadoraecosol/docs/ecosolv2.pdf>. Acesso em 27 de maio de 2016.

instituições, além de “esforços empreendidos no âmbito tanto da Presidência da Fiocruz, principalmente pela vice-presidência de Ensino e Informação, bem como da ENSP, sobretudo pelo Departamento de Saneamento e Saúde Ambiental.”⁵²

1.2 - Economia Solidária e Cooperativas Populares

A Fiocruz, durante a década de 1990, buscou, em parceria com o governo federal e as comunidades de Manguinhos, ampliar suas ações nessas localidades, com a perspectiva de promover a melhoria da qualidade de vida da população. Uma dessas alternativas encontrava-se, conforme menciona Paulo Buss, na

geração de trabalho e renda através do cooperativismo é uma das formas mais efetivas de superação da exclusão social. A decisão coletiva e a repartição dos frutos do trabalho é uma forma diferente de organização da produção. A experiência de Manguinhos comprova que estas iniciativas podem ajudar na inclusão de comunidades de baixa renda.⁵³

A cooperativa popular de Manguinhos, entendida como a experiência de Manguinhos, encontrava-se relacionada à elaboração de estratégias provenientes da economia solidária, com a expectativa de minimização e/ou superação das desigualdades sociais.

A economia solidária se configura como um meio alternativo para atender as necessidades da população de baixa renda, que encontravam em suas atividades uma oportunidade de reação à escassez e/ou dificuldade de se conseguir um emprego formal. Sua especificidade encontrava-se na correlação de igualdade e autogestão voltadas para a participação de forma democrática. Para Paul Singer, a economia solidária pressupõe um desenvolvimento econômico e social mais justo e igualitário, no qual há uma repartição da produção entre todos os participantes.⁵⁴ Para uma parte da população, a construção de uma economia solidária depende, fundamentalmente, dela própria, que deve se dispor a aprender e experimentar, assim como aderir a princípios como solidariedade, igualdade e democracia,

⁵² FIOCRUZ, Relatório de Atividades 1993/1994, p.20. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

⁵³ Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Parcerias por um Brasil sem fome e mais justo: sociedade, empresas e governo juntos para gerar renda e dignidade. Brasília: MDS, UNESCO, 2006, p. 73. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001469/146981por.pdf>. Acesso em 18 de maio de 2016.

⁵⁴ SINGER, Paul. Economia solidária. 23/09/2007. Entrevista concedida a Paulo de Salles Oliveira, professor do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da USP.; SINGER, Paul. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. *Estud. av.* [online]. 2004, vol.18, n.51, pp. 7-22.

colocando-os em prática em seu cotidiano.⁵⁵ Marcos Arruda compreende a economia solidária como

um modo de relações sociais de produção centrado no trabalho, saber e criatividade do ser humano, voltado para a satisfação das suas necessidades materiais e imateriais, num intercâmbio sustentável e harmônico com o meio natural, e tendo como modo predominante de relação a cooperação e como valores fundantes a solidariedade consciente para com todos os seres, o respeito à diversidade, a reciprocidade e o amor (entendido como atitude de acolhimento do outro como outro e como parte essencial do meu próprio existir).⁵⁶

Nesses moldes, a economia solidária configurava-se, também, em um meio para a geração de renda, o qual permitiria a construção de uma economia suficiente em um processo voltado para autossuficiência e acesso a todos os ganhos da produtividade.⁵⁷ Consoante a esta definição, Nöelle Marie Paule Lechat, em seus estudos, define o termo economia solidária como “organização de produtores, consumidores, poupadores, que privilegiam relações cooperativas e solidárias na produção de bens e serviços, na sua comercialização e financiamento em vista de um desenvolvimento justo e sustentável.”⁵⁸

Entre as conceituações para a economia solidária supracitadas há uma convergência quanto ao seu surgimento, quase sempre proveniente de uma conjuntura de crise econômica e a apresentação da autogestão e do caráter democrático com seus principais elementos característicos. A Autogestão configura-se, portanto, como um dos pontos fundamentais, que permitem a uma experiência ser caracterizada como uma prática da economia solidária.

Para Airton Cardoso Cançado, as cooperativas populares são oriundas da economia solidária e podem ser definidas como “organizações autogestionárias de grupos populares, onde a propriedade dos meios de produção é coletiva, integrando três dimensões: econômica, social e política.”⁵⁹ O cooperativismo, no que se refere à história da humanidade, não deve ser considerado como uma inovação, no entanto, o cooperativismo mais recente com uma nova

⁵⁵ SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária. 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002, p. 112.

⁵⁶ ARRUDA, Marcos. Estratégias de formação no campo da economia dos setores populares. In: KRAYCCHETE, Gabriel, AGUIAR, Katia (org.). Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégias de formação. São Leopoldo: Oikos, 2007, p. 126.

⁵⁷ ARRUDA, Marcos. Estratégias de formação no campo da economia dos setores populares. In: KRAYCCHETE, Gabriel, AGUIAR, Katia (org.). Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégias de formação. São Leopoldo: Oikos, 2007.

⁵⁸ LECHAT, Nöelle Marie Paule. Trajetórias intelectuais e o campo da economia solidária no Brasil. 2004. 314f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas, 2004, p. 27.

⁵⁹CANÇADO, Airton Cardoso. Para a apreensão de um conceito de cooperativa popular. In Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 29. 2005, Brasília. Anais Brasília, 2005, p. 13.

ressignificação e prática só é possível diante das transformações ocorridas no mundo do trabalho e com o advento do capitalismo.

Para Benedito Anselmo Martins de Oliveira, o surgimento das cooperativas populares, que são distintas das cooperativas ditas como tradicionais, foi possibilitado pelo processo de industrialização crescente e o aumento do desemprego. A década de 1990, no Brasil, foi marcada pelos elevados índices de desemprego, a fragilização das relações de trabalho formal e o aumento da privatização de empresas públicas, propiciando o crescimento da economia formal e aumento de busca de alternativas de sobrevivência.⁶⁰ De acordo com o Glossário de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais, uma cooperativa popular pode ser definida como uma

cooperativa (ou associação similar com outra denominação, quando relevante), pessoa jurídica, produzindo bens e/ou serviços, que visa primordialmente incluir no espaço da atividade econômica parcelas da população até então excluídas (por desemprego estrutural, por carência de instrução e qualificação ou por falta de oportunidades econômicas resultante de subdesenvolvimento econômico local ou de reestruturação do Estado e do mercado), com sustentabilidade econômica de longo prazo, conforme os princípios de auto-gestão, participação e autonomia.⁶¹

Gonçalo Guimarães indica que “no stricto sensu, o cooperativismo popular não existe. Existe o cooperativismo como um sistema econômico, tanto aos olhos do Estado, quanto do ponto de vista da legislação.”⁶² Para este autor, o cooperativismo configurava-se em um instrumento de cunho político e econômico, e não como um fim, sua finalidade encontrava-se na inserção social dos excluídos, na busca de uma alternativa coletiva diante um sistema que lhe impõe uma gama de adversidades. Desta forma, quando se mencionava o termo cooperativa popular, o que estava em jogo seria a definição de um determinado grupo social que possui suas especificidades, se diferenciando dos demais, necessitando de um tratamento distinto de outras cooperativas. Essa definição torna-se relevante, à medida em que propicia a possibilidade de construção de referenciais que contribuam para a elaboração de possíveis ações de políticas públicas.⁶³

⁶⁰ OLIVEIRA, Benedito Anselmo Martins de. O Capital Social nas Cooperativas Populares e suas Relações com a Economia Solidária. IN: SBS – XII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2005, p. 1.

⁶¹ Glossário do Projeto Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2003, p. 12.

⁶² GUIMARÃES, Gonçalo. Ossos do ofício: cooperativas populares em cena aberta. Rio de Janeiro: COPPE: FINEP, 1998, p. 22.

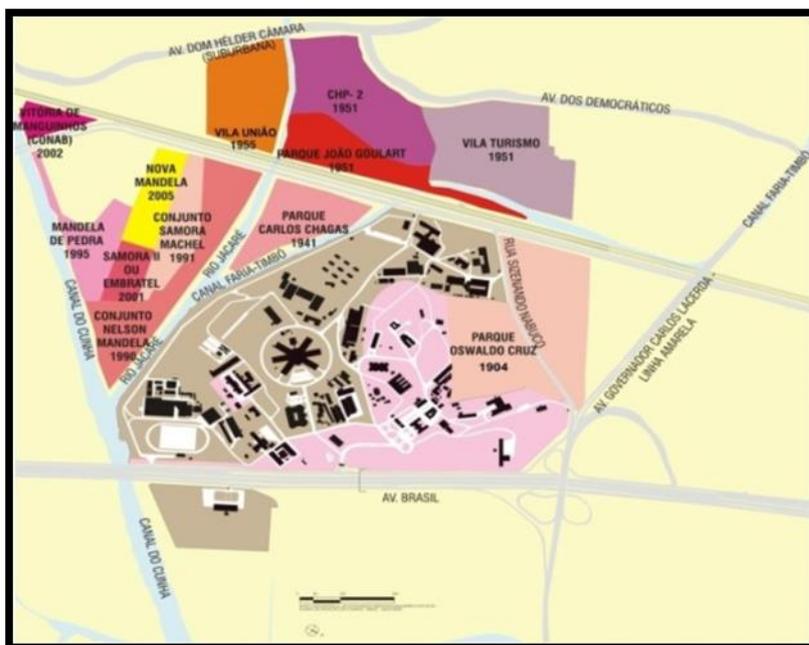
⁶³ GUIMARÃES, Gonçalo. Ossos do ofício: cooperativas populares em cena aberta. Rio de Janeiro: COPPE: FINEP, 1998.

A elaboração do projeto piloto de uma cooperativa popular para atuar nas Comunidades de Manguinhos buscava atender, a partir das articulações promovidas pela Fiocruz, a expectativa de contribuição da instituição para a superação do quadro de desigualdades do Brasil, através de uma estratégia que possuía princípios oriundos da economia solidária.

1.3 - Fiocruz e as comunidades circunvizinhas

As Comunidades de Manguinhos encontram-se localizadas no Rio de Janeiro, no entorno da Fundação Oswaldo Cruz, em aterramento de uma área de mangue, cortada pelo rio Jacaré, pelo canal do Cunha e pelo canal Faria-Timbó. Com a inexistência de um sistema adequado de saneamento e de drenagem do solo, a região é constantemente afetada por enchentes nas épocas de chuvas. Fruto de diversas formas de ocupação, algumas de suas coletividades se construíram através de um crescimento espontâneo, outras por grupamentos arquitetados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social do Rio de Janeiro (SMDS) e/ou outros órgãos governamentais. Em comum, nas comunidades estavam as precárias condições sanitárias, de habitação e urbanismo, contendo ainda um alto índice de emprego informal.

Figura 1: Comunidades de Manguinhos e Fiocruz, 2000



Fonte: FERNANDES, Tania Maria e COSTA, Renato da Gama-Rosa. *História de Pessoas e Lugares: Memórias das Comunidades de Manguinhos*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009, p. 169

No decorrer do século XX, com um planejamento urbano, habitacional e social precário aliado à uma conjuntura econômica adversa, houve, não só em Manguinhos como em outras comunidades semelhantes, a estimulação de “processos de invasão e de ocupação, apoiados principalmente, no pressuposto construído historicamente de que a favela configura-se como um espaço mantido à margem da cidade, regida por normas e regras diferenciadas de ocupação territorial urbana.”⁶⁴ Em 1988, a região de Manguinhos foi oficializada como bairro, incluindo em sua territorialidade o conjunto de onze comunidades.⁶⁵

Por ser denominada, também, como Complexo de Manguinhos, termo presente, inclusive, na denominação da cooperativa popular da região, cabe ressaltar a existência de diversos termos para sua designação da região, como ‘favela’, ‘complexo’ e ‘comunidade’. Marcos Alvito aponta para o uso rotineiro do termo ‘complexo’, oriundo do vocabulário penal, para identificar grupos de favelas, sendo sua utilização amplamente difundida e apropriada até mesmo pelos órgãos governamentais, como a prefeitura do Rio de Janeiro. Configura-se, em sua grande maioria, em um conceito proveniente de fora da região, o qual não contribui para uma possível construção de identidade. ⁶⁶ O termo ‘complexo’, ainda, pode ser entendido como um conjunto diverso.

Tania Maria Fernandes e Renato da Gama-Rosa Costa, em seu estudo sobre as Comunidades de Manguinhos, indicam a expressão ‘comunidade’, além do termo ‘favela’ como formas dos moradores se referenciam à região. Pontos identificados nas narrativas dos próprios moradores, são também as denominações inferidas para a região com a utilização dos termos como ‘parque’, ‘vila’, ‘centro de habitação provisório’, ‘conjunto’ e ‘comunidade’.⁶⁷ Independente da denominação do espaço, estes autores delimitam a área de Manguinhos como um conjunto que aglutina determinadas características, as quais, em sua grande maioria, não correspondem aos padrões estabelecidos, referindo-se “a um espaço construído por habitações aglomeradas, em geral ilegais, instaladas em locais com poucas vias carroçáveis e vários

⁶⁴ FERNANDES, Tania Maria, COSTA, Renato da Gama-Rosa. História de Pessoas e Lugares: Memórias das Comunidades de Manguinhos. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009, p. 34.

⁶⁵ FERNANDES, Tania Maria, COSTA, Renato da Gama-Rosa. História de Pessoas e Lugares: Memórias das Comunidades de Manguinhos. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009, p. 31.

RIO DE JANEIRO. Decreto n°. 7980 de 12 de agosto de 1988. Delimita a XXX Região Administrativa - Maré, criada pelo Decreto n° 6.011, de 4 de agosto de 1986, e altera os limites da X Região Administrativa - Ramos e dos bairros de Manguinhos, Ramos, Bonsucesso e Olaria, constantes do Decreto n° 5.280, de 23 de agosto de 1985.

⁶⁶ ALVITO, Marcos Um bicho de sete cabeças. In: ALVITO, Marcos. (orgs.) Um século de Favela. 4ª edição. Editora FGV. 2004, p. 184.

⁶⁷ FERNANDES, Tania Maria, COSTA, Renato da Gama-Rosa. História de Pessoas e Lugares: Memórias das Comunidades de Manguinhos. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009, pp. 35-37.

becos e vielas, com serviços públicos precários (água, luz, esgoto, esgotamento sanitário e pluvial, escola, atendimento médico, transporte, lazer)”⁶⁸

Para Mario Sergio Ignácio Brum, o termo favela, embora facilmente relacionado a uma série de associações, não possui uma definição simples. Ressalta que o termo não representa algo inerte e quando tratada nesta perspectiva pode ocasionar vários equívocos, já que diversas transformações podem ocorrer nessas localidades, conferindo mudanças na vida das pessoas que ali residem. Delimitar o termo, a partir da perspectiva da carência, como um espaço de habitações precárias e/ou ausência do Estado, também não soluciona a questão, pois as

favelas conseguiram, seja por seu próprio esforço, seja por investimento do estado (ou os dois juntos) contar hoje com uma oferta variada de serviços públicos, em que o grau e qualidade variam não apenas de uma para outra, mas mesmo dentro de cada favela as diferenças são marcantes. Sendo assim, o que define não pode continuar a ser uma suposta ausência de serviços públicos. Ou seja, é relativamente difícil definir o que é uma favela, visto que é um termo que abrange localidades muito distintas entre si. E o problema se agrava a partir das transformações das últimas décadas, que nos impedem de defini-la a partir do que lhe (o tradicional “comunidade carente”).⁶⁹

Em 1992, em uma tentativa de identificar as regiões da cidade e de elaborar um instrumento capaz de auxiliar no desenvolvimento do município do Rio de Janeiro, foi criado o Plano Diretor Decenal da cidade, o qual definia o termo favela conforme o descrito a seguir no art. 147, como uma

área predominantemente habitacional, caracterizada por ocupação da terra por população de baixa renda, precariedade da infraestrutura urbana e de serviços públicos, vias estreitas e de alinhamento irregular, lotes de forma e tamanho irregular e construções não licenciadas, em desconformidade com os padrões legais.⁷⁰

Como uma das primeiras definições legais do termo favela, este artigo conferia a estas áreas uma perspectiva de falta, de não conformidade com os padrões, buscava-se produzir uma ideia unificadora de entendimento desses ambientes. Segundo Alba Zaluar e Marcos

⁶⁸ FERNANDES, Tania Maria, COSTA, Renato da Gama-Rosa. História de Pessoas e Lugares: Memórias das Comunidades de Manguinhos. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009, p. 45.

⁶⁹ BRUM, Mario Sergio Ignácio. Cidade Alta: História, memórias e estigmas de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro. 2011.361 f. Tese (Doutorado em História Social) Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, UFF, Niterói, 2011, p. 22.

⁷⁰ RIO DE JANEIRO. Lei Complementar nº 16, de 4 de junho de 1992. Dispõe sobre a política urbana do município, institui o plano diretor decenal da cidade do rio de janeiro, e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/lei-complementar/1992/1/16/lei-complementar-n-16-1992-disp-oe-sobre-a-politica-urbana-do-municipio-institui-o-plano-diretor-decenal-da-cidade-do-rio-de-janeiro-e-da-outra-s-providencias>. Acesso em 12 de janeiro de 2016.

Alvito, a favela é percebida pelas instituições e governos como uma área de desordem e que produz diversos estereótipos, sendo

representada como um dos fantasmas prediletos do imaginário urbano: como foco de doenças, gerador de mortais epidemias; como sítio por excelência de malandros e ociosos, negros inimigos do trabalho duro e honesto; como amontoado promiscuo de populações sem moral. Com a chegada de levas de nordestinos, que traziam outra bagagem cultural, a favela também passou a ser vista como reduto anacrônico de migrantes de origem rural mal adaptados às excelências da vida urbana, ignorando-se os conflitos que advieram da convivência forçada num espaço cada vez menor entre os negros cariocas de (“de raiz”) e migrantes nordestinos.⁷¹

A perspectiva de representação do espaço da favela como um lugar de desorganização e de carência, veiculado pelos meios de comunicação e percebido pelos órgãos estatais, colaboram para a tentativa de homogeneização desses locais, estimulando a produção de estigmas a respeito dessas populações. Elementos aglutinadores como a pobreza, precariedade e inexistência de acesso a serviços públicos não são capazes de especificar uma área como favelada, visto que indicadores sociais e econômicos apontam para a existência de bairros com as mesmas condições de uma favela, porém não considerada como tal.⁷²

Importa ressaltar que no decorrer deste estudo, embora o objeto da pesquisa contenha em sua denominação o termo ‘complexo’, será utilizado, predominantemente, o termo ‘comunidade’ para se referir ao espaço geográfico correspondente ao entorno da Fiocruz.

1.4 - ‘Homogeneização’ de comunidade e proposta de aculturação

No Projeto Articulado de Melhoria de Qualidade de Vida – Universidade Aberta, elaborado pela Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz, há a indicação da perspectiva de aplicar nas Comunidades de Manguinhos ações que envolvessem um processo de aculturação, com a expectativa de superar obstáculos existentes em um possível diálogo entre a fundação e as comunidades circunvizinhas.

Essencialmente vinculada ao campo da antropologia cultural, a aculturação necessita para a sua aplicação que sejam considerados a forma como é produzida, os fatores que nela

⁷¹ ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. (orgs.) Um século de Favela. 4ª edição. Editora FGV. 2004, p.15.

⁷² LIMA, André Luiz da Silva. As relações de poder na condução de políticas públicas em assentamentos populares: As associações de moradores no contexto da implementação das intervenções do PAC em Manguinhos (RJ, 2008-2013). Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas. 2014. Disponível em: http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400530976_ARQUIVO_ANDRELUIZDASILVALIMA.pdf. Acesso em 15 de maio de 2016.

interferiram, etc. Etimologicamente, o prefixo ‘a’ no termo ‘aculturação’ não significa como de costume uma negação, este tem a significação proveniente do latim e aponta um ‘movimento de aproximação’.⁷³ Este termo tem suas origens em 1880, com o antropólogo J.W. Powell, que lhe atribuiu a significação de “transformação dos modos de vida e de pensamento dos imigrantes ao contato com a sociedade americana.”⁷⁴

Em 1936, o conselho de pesquisas em ciências sociais dos Estados Unidos criou um comitê com a intenção de organizar as pesquisas acerca da aculturação, no qual participavam Robert Redfiel, Ralph Linton e Melville Herskovits. Ainda neste ano, no ‘Memorando para o Estudo da Aculturação’, o comitê proporia a seguinte definição “A aculturação é um conjunto de fenômenos que resultam de um contato contínuo e direto entre grupos de indivíduos de culturas diferentes e que provocam mudanças nos modelos (*patterns*) culturais iniciais de um ou dos dois grupos.”⁷⁵ Para Herskovits (apud Bosi), no processo de aculturação pode haver o fenômeno da reinterpretação, no qual “toda cultura dominante é absorvida e descodificada pela cultura dominada, de tal modo que, nesta última, já não fica da cultura *superior* nada a não ser, talvez, o desejo que tem os dominados de apreender os dons e os poderes dos seus padrões.”⁷⁶

Para Nathan Wachtel, os fenômenos de aculturação podem ser compreendidos a partir de seu próprio processo através da ‘integração’, no qual elementos são incorporados a um determinado sistema cultural, “que os submete a seus próprios esquemas e categorias; e mesmo se provocam mudanças nos conjuntos da sociedade, essa reorganização adquire sentido no interior dos modelos e valores autóctones.”⁷⁷ Podem também ser entendidos diante de seus resultados por ‘assimilação’, que produz um fenômeno inverso, no qual a adoção de elementos culturais é acompanhada da eliminação de tradições, “submetendo-se aos modelos e aos valores da sociedade dominante; ao final dessa evolução, a identidade étnica se dissolve nas variantes da cultura ocidental”.⁷⁸ Concordando com esta ideia, de que há uma relação de dominação existente no processo de aculturação, Alfredo Bossi afirma que este processo, na maior parte dos casos, encontra-se intimamente relacionado à sujeição de um povo ou, na

⁷³ CUCHE, Denys. A noção de cultura nas ciências sociais. Bauru: EDUSC, 1999, p. 114-115.

⁷⁴ CUCHE, Denys. A noção de cultura nas ciências sociais. Bauru: EDUSC, 1999, p. 114.

⁷⁵ CUCHE, Denys. A noção de cultura nas ciências sociais. Bauru: EDUSC, 1999, p. 115.

⁷⁶ BOSI, Alfredo. Dialética da Colonização. 3ª edição, São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 337.

⁷⁷ WACHTEL, Nathan. A aculturação. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. História: novos problemas. 4ª edição. Livraria Francisco Alves Editora S.A. Rio de Janeiro. 1995, p. 118.

⁷⁸ WACHTEL, Nathan. A aculturação. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. História: novos problemas. 4ª edição. Livraria Francisco Alves Editora S.A. Rio de Janeiro. 1995, p. 118.

melhor das hipóteses, em uma adaptação tecnológica “a um certo padrão tido como superior.”⁷⁹

Nathan Wachtel aponta, ainda, que a aculturação não se processa em forma de via única, com a substituição de uma cultura por outra, há a possibilidade de integração de alguns elementos de uma cultura pela outra, sem perda de suas características originais. Afirma ainda que “essa dupla polaridade confirma que a aculturação não pode ser reduzida à difusão, no espaço e no tempo, de traços culturais arbitrariamente isolados: trata-se de um fenômeno global que compromete toda a sociedade.”⁸⁰

A aculturação não deve ser compreendida, de forma simplista, como apenas um movimento de troca e/ou aproximação entre culturas, este se configura como um processo complexo, em sua grande maioria, no qual há a predominância e/ou submissão de uma cultura sob a outra. No caso da região de Manguinhos, a possível aplicação de um processo de aculturação buscava estabelecer uma certa unidade entre as diversas comunidades instaladas no entorno da Fiocruz.

As ideias de cooperativismo e de economia solidária foram, desta forma, incorporadas à Fundação Oswaldo Cruz, no contexto da década de 1990, no qual o combate à fome e à miséria foram institucionalizados, estabelecendo uma nova relação entre a Fiocruz e as comunidades do entorno. A ‘aculturação’ e a ‘transformação social’ foram apontadas pelo Projeto Universidade como possível metodologia para o alcance dos objetivos traçados na sua proposição, apresentando, marcadamente, dicotomia entre a ciência e o saber popular.

⁷⁹ BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. 3ª edição, São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 16.

⁸⁰ WACHTEL, Nathan. *A aculturação*. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos problemas*. 4ª edição. Livraria Francisco Alves Editora S.A. Rio de Janeiro. 1995, p. 114.

Capítulo II

**“Projeto Articulado de Melhoria de Qualidade de Vida -
Universidade Aberta”: uma das propostas de
‘aproximação’ entre Fiocruz e Comunidades de
Manguinhos**

Capítulo II

“Projeto Articulado de Melhoria de Qualidade de Vida - Universidade Aberta”: uma das propostas de ‘aproximação’ entre Fiocruz e Comunidades de Manguinhos

Este capítulo procurou analisar o “Projeto Articulado de Melhoria de Qualidade de Vida – Universidade Aberta”, desenvolvido pela Escola Nacional de Saúde Pública / Fiocruz, a partir de 1993, que almejava fomentar ações de cunho social voltadas para a população residente nas comunidades de seu entorno. A implementação de seus 10 (dez) subprojetos possibilitou, no ano seguinte, a criação da Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos de Manguinhos (COOTRAM), enquanto uma estratégia de fomento à geração de trabalho e renda, originada da articulação com outros órgãos e instituições orientados pelo Comitê de Empresas Pública (COEP). Buscou, ainda, identificar os fatores que propiciaram a implantação do Projeto Universidade Aberta, os interesses nele envolvidos, assim como as articulações geradas e os desdobramentos consequentes, no que diz respeito ao entendimento sobre promoção da melhoria da qualidade de vida da população moradora da região.

A criação da COOTRAM significou o redimensionamento de algumas atividades do Projeto Universidade Aberta e acabou por concentrar parte significativa de seus investimentos, além dos recursos gerados pela própria cooperativa. Este fato teria, segundo seus coordenadores, enfraquecido o projeto em suas propostas originais, traduzindo-se, inclusive, pelo destaque conferido na literatura à COOTRAM em detrimento do Projeto Universidade Aberta.

2.1 - Escola Nacional de Saúde Pública e perspectivas sociais

Parte constituinte da Fiocruz, a Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) foi criada em 1954, com a finalidade de capacitar recursos humanos voltados para a saúde. Na década de 1970 atuou, como protagonista, do Movimento pela Reforma Sanitária, configurando-se como instituição partícipe, não só da formação de pessoal, como da proposição de políticas

públicas para a área de saúde do país, e da divulgação e pesquisa em Saúde Coletiva/Saúde Pública.

Na década de 1990, quando foi criado o Projeto Universidade Aberta, a ENSP era composta por cinco Departamentos – Departamento de Ciências Sociais/DCS, Departamento de Epidemiologia e Métodos Quantitativos em Saúde/DEM QS, Departamento de Administração e Planejamento em Saúde/DAPS, Departamento de Ciências Biológicas/DCB, Departamento de Saneamento e Saúde Ambiental/DSSA – e por dois Centros – Centro de Estudos de Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana/CESTEH e Centro de Saúde Escola Germano Sinval Farias/CSEGSF⁸¹. O projeto estava vinculado ao DSSA, porém congregava pesquisadores e alunos de outros departamentos e do CSEGSF.

Desde a década de 1970, no contexto de redemocratização do país, a ENSP se deparou com novas questões e desafios provenientes de vários fatores que se articulavam com a ampliação do conceito de saúde. Dentre estes, incluía-se a adoção de perspectivas interdisciplinares, compreendendo novas abordagens e temas, com a pluralidade de projetos voltados para a saúde e aumento da formação profissional e de novas perspectivas. Um marco relevante deste processo de redemocratização, no que diz respeito à ENSP, pode ser indicado

a partir de 1985, com a nomeação de Sergio Arouca para a presidência da Fiocruz, muitas das ideias defendidas no âmbito interno à Escola puderam se expressar e viabilizar no contexto institucional mais amplo. Propostas de gestão participativa, ampliação da agenda de pesquisa a partir de abordagens interdisciplinares, ênfase em programas de difusão da informação científica e de formação de recursos humanos em diferentes níveis de ensino, entre outras ações inovadoras, passaram a integrar as novas diretrizes institucionais.⁸²

Ao longo dos anos de 1990, expandiu sua atuação, em especial no que se referia à mobilização e ao estabelecimento de novas experiências em parceria com a Prefeitura, entidades públicas, entidades privadas e sociedade civil, que atendessem, inclusive, às questões específicas das Comunidades de Manguinhos. A Escola buscou desenvolver pesquisas, metodologias e tecnologias que contemplassem também a nova dimensão do conceito de saúde, que se pautava pela elaboração da premissa da diferenciação social da saúde. Entre as experiências da ENSP com as comunidades circunvizinhas, destacavam-se,

⁸¹ O referido Centro de Saúde foi instituído como Unidade de Treinamento Germano Sinval Faria em 1967, e transformado em Centro de Saúde Escola após o 1º Congresso Interno da Fiocruz, em 1988.

⁸² SANTOS, Paulo Roberto Elian; et al. História: experiência e perspectiva: A Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca: um laboratório de ideias para a saúde. In: LIMA, Nísia Trindade, FONSECA, Cristina M. Oliveira, SANTOS, Paulo Roberto Elian (org.). Uma escola para a saúde. [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004, p. 107.

além do Projeto Universidade Aberta, as desenvolvidas pelo Núcleo de Estudos Locais em Saúde (ELOS) e as conduzidas em parceria com o Centro de Estudos e Pesquisas da Leopoldina (CEPEL).⁸³

O Relatório de Atividades da Fiocruz referente ao período de 1993/1994, dentre as diversas ações, conferiu destaque às iniciativas no campo da pesquisa e desenvolvimento tecnológico, em especial à criação do Programa de Apoio à Pesquisa Estratégica em Saúde (PAPES).⁸⁴ Este programa financiava diversos projetos, com recursos concedidos pela própria Fiocruz, como o Projeto Universidade Aberta, o Projeto “Espaço Museu da Vida”, o Escritório Fiocruz na Amazônia, a I Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia em Saúde. Essas ações, em conjunto com outras atividades, buscavam dar continuidade ao processo democrático interno da Instituição e alçavam a Fiocruz ao posto de liderança no cenário da política de Ciência e Tecnologia em Saúde.⁸⁵

Este mesmo Relatório destacou, ainda, a expectativa de realização do II Congresso Interno da Fiocruz “Ciência e Saúde – Compromisso Social da Fiocruz”, e ressaltou, entre os objetivos do evento, o intuito de estimular a comunidade da fundação a debater as principais questões e elaborar diretrizes políticas para a Instituição, como já havia sido característica também do I Congresso Interno e viria a marcar os posteriores. Este Congresso indicou, ainda, a aprovação de diretrizes que garantiriam maior autonomia e flexibilidade das unidades técnico-científicas da Fiocruz, com descentralização administrativa, criação de câmaras técnicas de pesquisa, ensino, produção, informação, assistência, gestão e infraestrutura, entre outras deliberações.⁸⁶ O II Congresso Interno também apontava para a definição de prioridades sociais e políticas de saúde, percebendo que as opções de desenvolvimento científico e tecnológico em saúde deveriam identificar as dinâmicas da realidade social, e optar

⁸³ FERREIRA, José Roberto, BUSS, Paulo Marchiori. O que o desenvolvimento local tem a ver com a promoção da saúde? In: ZANCAN, Lenira, BODSTEIN, Regina, MARCONDES, Willer B. (org.). Promoção da saúde como caminho para desenvolvimento local: a experiência em Manguinhos – RJ. Rio de Janeiro: Abrasco/Fiocruz, p.16.

⁸⁴ “Em abril de 1993, a Presidência da Fiocruz cria o Papes – Programa de Apoio à Pesquisa Estratégica em Saúde, enquanto instrumento alternativo de financiamento institucional da pesquisa face à carência crônica de recursos para o desenvolvimento de atividades científicas em Saúde. O investimento de recursos próprios em projetos prioritários, originários da Comunidade e selecionados através de mecanismo aberto, transparente e competitivo trará um impacto significativo ao conjunto de atividades de pesquisa e tecnologia na Fiocruz”. Cf. FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (Fiocruz). Relatório de Atividades – 1993/1994. Rio de Janeiro: Fiocruz. Relatório, p. 13.

⁸⁵ FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (Fiocruz). Relatório de Atividades – 1993/1994. Rio de Janeiro: Fiocruz. Relatório, p. 8.

⁸⁶ FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (Fiocruz). Relatório de Atividades – 1993/1994. Rio de Janeiro: Fiocruz. Relatório, p. 8.

por uma ciência convivendo com e ignorando as condições de miserabilidade da população, ou aproveitar este momento, enfrentando o desafio histórico para reafirmar o compromisso social da ciência, transformando-a em instrumento de mudança e melhoria da qualidade de vida.⁸⁷

No que tange a área da pesquisa desenvolvida na instituição, nesta conjuntura, a Fiocruz procurou diversificar sua perspectiva, abarcando tanto o campo biomédico quanto o campo das ciências sociais voltadas à saúde. A atividade da pesquisa desenvolvida no conjunto das unidades técnico-científicas da fundação era orientada pelo “compromisso social assumido pela Fiocruz, de fornecer respostas às questões apresentadas pelo quadro sanitário nacional preservando, ao mesmo tempo, a liberdade de investigação necessária à excelência da produção científica”.⁸⁸

Esta mesma década foi marcada, no Rio de Janeiro, por um aumento dos grupos armados vinculados ao tráfico de drogas, o que impactou diretamente a Fiocruz, dada sua física proximidade com as comunidades localizadas no seu entorno, que também estavam submetidas à ação destes grupos. De acordo com a representação vigente, estas localidades são compreendidas no grupo de favelas às quais se associa a ideia de que estão sempre em ‘guerra’ com seus moradores, subjugados às “regras do tráfico”, tornando-se ‘coniventes’ ou ‘vítimas indefesas’, frequentemente descritas pela imprensa como essencialmente violentas, como ressalta Mario Brum em seus estudos sobre o tema.⁸⁹

Recorrentes episódios de tiroteio, provocados pela disputa entre facções vinculadas ao tráfico de drogas e forças policiais, atingiram a ESNP, dificultando, inclusive, o desenvolvimento de suas atividades acadêmicas. A Instituição conferiu destaque em seu Relatório de Atividades 1993/1994 ao sequestro e desaparecimento, em agosto de 1993, do servidor Carlos Carelli que fora confundido pela Polícia Especial do Estado como um dos envolvidos com o tráfico de drogas.

Tal contexto impulsionou a criação do Projeto Universidade Aberta, que, entre suas ações, propunha aliar-se a diversos atores sociais atuantes na localidade, como associação de moradores, comerciantes locais, categorias de trabalhadores, donas de casa, alunos da rede

⁸⁷ FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (Fiocruz). Relatório Final. II Congresso Interno: Ciência e Saúde: Compromisso Social da Fiocruz. Rio de Janeiro: Fiocruz. 1994. Relatório, p.19.

⁸⁸ FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (Fiocruz). Relatório de Atividades – 1993/1994. Rio de Janeiro: Fiocruz. Relatório, p. 13.

⁸⁹ BRUM, Mario Sergio Ignácio. Relações entre Favelas e Estado no Século XX. 2003. 206 f. Monografia (Graduação em História). Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2003, p. 13.

pública de ensino, agentes comunitários de saúde e instituições públicas, como uma possibilidade de enfrentamento dos problemas da comunidade naquele momento.

2.2 - Universidade Aberta: uma perspectiva de atuação social

O Universidade Aberta (1993-2013), qualificado como um projeto articulado de melhoria de qualidade de vida, foi criado pela Escola Nacional de Saúde Pública, sob coordenação do professor e engenheiro sanitário Szachna Eliaz Cynamon⁹⁰, viabilizado através de financiamento pelo Programa de Apoio à Pesquisa Estratégica em Saúde (PAPES), o qual simbolizava a perspectiva da Fiocruz de garantir com recursos próprios o desenvolvimento de pesquisas específicas.

Para os idealizadores do Universidade Aberta, o projeto buscava promover uma maior ‘aproximação’ e ampliação do diálogo entre a instituição e as Comunidades de Manguinhos, além de ter como objetivo a identificação e a realização de ações integradas entre “educação, saúde, saneamento ambiental e habitação” visando a “melhoria da qualidade de vida da população das Comunidades de Manguinhos”, além de “contribuir para o desenvolvimento do papel social da Fiocruz”.⁹¹ O projeto assumia como justificativa para sua implantação em Manguinhos tanto a proximidade física das comunidades com a instituição, como a caracterização territorial, marcada por processos de vulnerabilização social, econômica, ambiental e política, referenciada por uma determinada literatura como fruto de um processo de favelização, que as impunha, ainda, características de vulnerabilidade referentes a doenças, saneamento e condições de moradia.⁹²

O Projeto apresentava como “objetivo geral acumular experiência por meio de ações teóricas-práticas que possibilitassem a melhor forma de atuação da Saúde Pública nas áreas

⁹⁰ Formado pela Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil, iniciou sua carreira profissional de engenheiro sanitário no Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), na qual coordenou projetos de obras para instalações de tratamento e abastecimento de água e esgoto sanitário. Em sua carreira ainda participou de várias atividades no campo da educação sanitária, com treinamentos feitos em escolas rurais pelo país. Quando ingressou na Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP), criou o Departamento de Saneamento e Saúde Ambiental, tornando-se o idealizador da 1ª patente tecnológica internacional da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), tornando-se, também, o responsável pela consolidação do ensino no campo da engenharia sanitária nesta instituição.

⁹¹ CYNAMON, Szachna Eliaz., et al. A experiência do Programa Universidade Aberta e suas contribuições para a transformação social. Revista Ciência & Saúde Coletiva, 2005, p. 197. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232005000500021. Acesso em 05 de abril de 2015.

⁹² Projeto Articulado de Melhoria de Qualidade de Vida – Universidade Aberta, 1993, p.6.4. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

urbanas”⁹³. Para alcançar tal objetivo, este foi detalhado em pontos específicos que, segundo seus idealizadores, definiam a estratégia a ser utilizada para a sua concretização, dando destaque à perspectiva de aproximação entre ‘população’ e ‘academia’. Ao longo da definição do projeto, reiteradamente, a população era definida como “fonte dos problemas” e a Academia como “produtora de conhecimentos e técnicas”, que visava a busca de solução para os problemas produzidos pela população. Outro ponto ressaltado diz respeito à estratégia traçada como proposta para “cortar os curtos-circuitos de comunicação Academia-População-Academia” que, para os proponentes, poderia ser alcançada por “um processo de aculturação”. Compreendia, assim, dois polos – a Academia, formada pelo conjunto do corpo técnico da Fiocruz, e a população, composta pelas Comunidades de Manguinhos.⁹⁴ Como descrevia o próprio prof. Szachna Elias Cynamon, quando se referia ao processo de construção do projeto:

E daí nasceu a ideia básica do Universidade Aberta, de juntar os dois mundos. O mundo produtor do saber – aqui (Fiocruz) é uma verdadeira academia – e o mundo dos problemas, que é a razão de nossa existência. Na época, eu pensei que estivesse inovando muito, depois me lembrei de Oswaldo Cruz – ele não fez outra coisa.⁹⁵

Na elaboração do Projeto previu-se que esta relação entre Academia e população enfrentaria algumas dificuldades durante o seu desenvolvimento, o que foi relativizado, no próprio projeto, diante da prestação de serviços que a Fiocruz historicamente já promovia para os moradores da região de Manguinhos. Entre estes foram citados, como por exemplo, os projetos com agentes voluntários desenvolvidos em 1980 pelo Centro de Saúde Escola Germano Sinval Farias, e aqueles fruto do convênio com o United Nations Children's Fund/Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), em 1986.⁹⁶

O Universidade Aberta acreditava, ainda, que a possível resistência proveniente da população poderia ser “contornada” devido a confiança que os moradores atribuíam à

⁹³ Projeto Articulado de Melhoria de Qualidade de Vida – Universidade Aberta, 1993, p.6.14. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

⁹⁴ Projeto Articulado de Melhoria de Qualidade de Vida – Universidade Aberta, 1993, p. 6.14. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

⁹⁵ FIGUEIREDO, Isabela Lira. 10 anos de Universidade Aberta: O encontro da Fiocruz com as comunidades de Manguinhos pela transformação social. 1ª ed. Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ, 2003, p. 9. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

⁹⁶ LIMA, André Luiz da Silva. Atuação de agentes comunitários em favelas: um capítulo de sua história na área da saúde, em Manguinhos, entre os anos de 1986 a 1989. *Libertas*, v.15, n. 2, 2015, p. 2-3; GIFFIN, Karen, SHIRAIWA, Tizuko. O agente comunitário de Saúde Pública: a proposta de Manguinhos. *Cadernos de Saúde Pública*, RJ, jan/mar. 1989, vol. 5 nº1, p. 28.

instituição, dada as suas atividades, o que, para os idealizadores do projeto, facilitaria a busca de informações para os estudos dos problemas locais e o avanço na obtenção de recursos.⁹⁷

O projeto previa, também, que suas atividades caracterizadas como de aculturação, acionariam um processo capaz de suprimir as dificuldades de comunicação entre a Fiocruz e as comunidades do entorno. O termo aculturação, que se apresenta como sinônimo de ‘troca’, não explicita em si a forma como se daria esta troca, ao mesmo tempo em que sua operacionalização, na realidade, remete a ações verticalizadas e expõe um processo unilateral de relacionamento. No projeto da Universidade Aberta, a própria ideia central apontava a Fiocruz como portadora do saber científico que teria a solução para os problemas oriundos das Comunidades de Manguinhos, prevendo ‘correção, prevenção e promoção da saúde’ dos moradores, o que sugere supremacia do saber científico sob o saber popular, na medida em que a instituição apontaria a solução de problemas.

O Universidade Aberta assumia, ainda, como expectativa, que a estratégia proposta em seu projeto alcançaria, além de uma melhor identificação dos problemas existentes, também a produção de novos conhecimentos. Em sua perspectiva, fomentaria a elaboração e o desenvolvimento de tecnologias em diversos campos da saúde, para uma melhor compreensão do trabalho elaborado pela Fiocruz, sinalizado como uma contribuição ao fortalecimento da instituição com o apoio e participação da população.⁹⁸

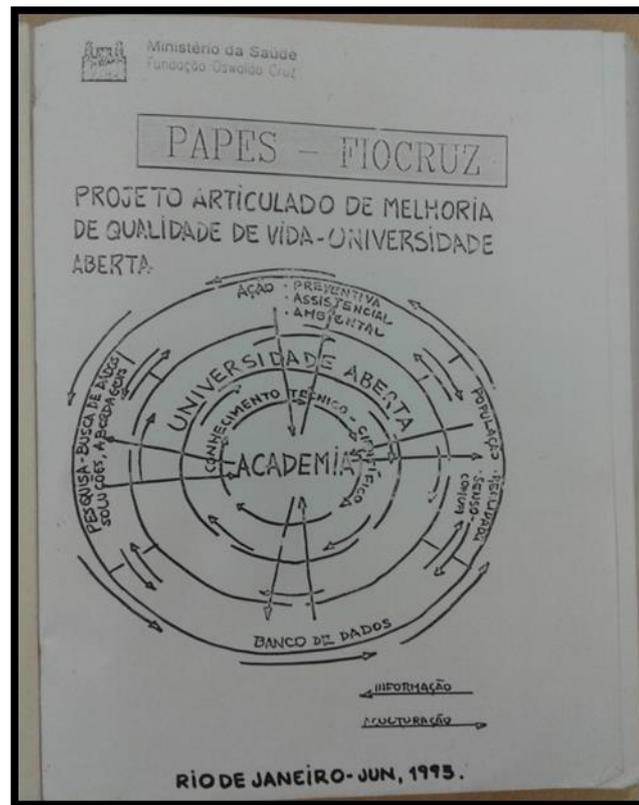
O esquema inserido abaixo, que compõe o projeto, permite uma série de interpretações, inclusive inferir que a relação entre academia e população, poderia se dar de forma unilateral, na medida em que apresenta setas, identificativas como aculturação e informação, com direcionamentos independentes. O texto do projeto inclui como entendimento do esquema um “processo de retroalimentação participativo”, ao mesmo tempo em que ressalta a dicotomia entre saber acadêmico e os problemas da população, representada pela ‘Academia’ no centro do esquema e a ‘população’ à margem, junto ao ‘senso comum’ e à ‘realidade’, o que reafirma a possibilidade de um caráter verticalizado de relações.⁹⁹

⁹⁷ Projeto Articulado de Melhoria de Qualidade de Vida – Universidade Aberta, 1993, p. 6.16. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

⁹⁸ Projeto Articulado de Melhoria de Qualidade de Vida – Universidade Aberta, 1993, p. 7.1. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

⁹⁹ Projeto Articulado de Melhoria de Qualidade de Vida – Universidade Aberta, 1993, capa. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

Figura 2: Folha de capa do Projeto Articulado de Melhoria de Qualidade de Vida – Universidade Aberta, 1993



Fonte: Fundo Szachna Cynamon, Acervo da Casa Oswaldo Cruz/Fiocruz

Outro empecilho, ressaltado por parte da equipe do projeto para a sua aplicabilidade, consistia na possível falta de apoio proveniente do corpo de profissionais da fundação, como menciona o pesquisador Odir Roque:

Havia, na época, uma pré-disposição dos membros do conselho (Conselho Deliberativo) de não aprovar o projeto, (...) porque eles não viam pesquisa, só viam a parte de atendimento. (...) E este projeto era (...) de pesquisa-ação. Dentro de um projeto que já entrou reprovado, a gente conseguiu reverter toda essa expectativa da reprovação para uma aprovação em primeiro lugar. Com uma discussão em que se conseguiu comprovar que (...) era um projeto de pesquisa e que atuava com os objetivos da Fiocruz, e, principalmente, da Escola.¹⁰⁰

Sua relevância e impacto eram destacados através da proposta de ações a serem realizadas na região de Manguinhos, como a correção e/ou instalação de uma infraestrutura que fosse capaz de promover uma queda nos indicadores de doenças provenientes de condições inadequadas do ambiente. O desenvolvimento e implantação de um banco de dados

¹⁰⁰ FIGUEIREDO, Isabela Lira. 10 anos de Universidade Aberta: O encontro da Fiocruz com as comunidades de Manguinhos pela transformação social. 1ª ed. Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ, 2003, p. 22. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

era indicado como um fator que agilizaria a identificação e análise de problemas para a busca de possíveis soluções.

Para o desenvolvimento do projeto foram selecionadas algumas comunidades de Manguinhos, localizadas no entorno da Fiocruz, na rua Leopoldo Bulhões e nas avenidas dos Democráticos e Suburbana,¹⁰¹ cuja justificava para estarem no programa deu-se pela vinculação à Área Programática 3.1¹⁰²: Vila Turismo, Parque João Goulart, CHP2, Vila União, Ex-Combatente, Parque Oswaldo Cruz, Parque Carlos Chagas, Nelson Mandela e Cabo Verde. Importa ressaltar que o espaço de Manguinhos, ao longo da implantação do projeto, sofreu alterações com a constituição de novas comunidades, sendo algumas incorporadas à ação do projeto.

O corpo técnico que atuava no projeto era composto por profissionais da Fiocruz e de outras instituições responsáveis pela coordenação e pela condução dos subprojetos. A coordenação do projeto ficou a cargo de Szachna Eliaz Cynamon (prof. titular e coordenador do Núcleo de Tecnologia Apropriada de Saneamento do DSSA) e as coordenações dos subprojetos foram assumidas por Maria Cristina Botelho de Figueiredo (chefe do CSEGSF), Maria Tereza de Oliveira Ewbank (prof. adjunta do DCS e coordenadora da Iniciativa Rio de Janeiro-Saúde), Adacto Benedito Ottoni (doutorando em Saúde Pública da ENSP e prof. assistente da Faculdade de Engenharia da UERJ), Dalton Marcondes Silva (pesquisador assistente do DSSA), Washington Luiz Mourão Silva (analista especializado do DSSA), Ana Marcela Ugarte Ramos (prof. assistente do DSSA), Eliane Portes Vargas (sanitarista e coordenadora de Ensino e Pesquisa do CSEGSF) e Jorge de Campos Valadares (doutorando em Saúde Pública da ENSP). A equipe técnica incorporava também outros pesquisadores e alunos, como Silvia Maria Almeida Machado (chefe do Serviço de Apoio Diagnóstico do CSEGSF), Débora Cynamon Kligerman (pesquisadora auxiliar do DSSA), Simone Cynamon Cohen (pesquisadora auxiliar e mestranda do DSSA), Maria José Salles (mestranda do DSSA), Eduardo Alves Mendonça (mestrando em Saúde Pública, especialização em antropologia médica do Núcleo de Doenças Endêmicas Samuel B. Pessoa), Odir Clécio da Cruz Roque (prof. assistente e chefe do DSSA), Carlos Alberto Silva Miranda (prof. assistente e chefe do Laboratório de Análise Físico-Químicas e Bacteriológicas do DSSA), Enio Tourasse (prof. titular do DSSA), Maristela Cardozo Caridade (médica do CSEGSF e do

¹⁰¹ Projeto Articulado de Melhoria de Qualidade de Vida – Universidade Aberta, 1993, p. 8. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

¹⁰² Divisão geopolítica com função administrativa e gerencial por parte da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, em específico para o setor saúde.

SMS/RJ/CMS José Paranhos Fontenele), Else Bartholdy Gribel (enfermeira e chefe de enfermagem CSEGSF), Elizabeth Andrade Romeiro (assistente social da Fiocruz), Celina Santos Boga Marques Porto (médica pediatra CSEGSF e da SMS/RJ/UIS. Hamilton Land), Antonio Sergio Almeida Fonseca (coordenador de Assistência do CSEGSF e subchefe do CSEGSF), Paulo Soares D’Aguila (prof. assistente do DSSA), Ignez Maria Ferreira Siqueira (prof. auxiliar e chefe do Departamento de Ensino e Suplência da EPSJV), Elizabeth Torres da Silveira (coordenadora pedagógica do Departamento de Ensino e Suplência da EPSJV), Justa Helena Braga Franco (assistente social lotada no Departamento de Ensino e Suplência da EPSJV). Também estava prevista a contratação de agentes comunitários para a incorporação nos diferentes subprojetos.

Além da parceria de alguns departamentos da ENSP (Departamento de Saneamento e Saúde Ambiental, Departamento de Ciências Sociais e o Centro da Escola Politécnico de Saúde Joaquim Venâncio), o Universidade Aberta contava com a participação de outros Institutos, Associações de Moradores do Complexo Manguinhos, representantes de grupos organizados da comunidade e entidades oficiais, como a Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE), a Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (SERLA), Companhia Municipal de Limpeza Urbana (COMLURB), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS)¹⁰³. Com esta composição, se pretendia alcançar o objetivo geral de melhoria da qualidade de vida da população

com correção e ou aplicação de novos métodos de informação, de melhoria assistencial, de proteção ambiental, de urbanização, habitação, adequados a uma realidade amostral de uma grande urbe, aproveitando a presença da inserção da Fiocruz no Complexo carente de Manguinhos com a participação de cientistas, professores e alunos da pós-graduação, especializações, cursos técnicos e membros da comunidade científica, cultural, técnica e político-social, num processo de troca e resgate valorizando o senso comum da população.¹⁰⁴

De acordo com os elaboradores do projeto, o Complexo de Manguinhos caracterizava-se por apresentar uma série de problemas, como a existência de doenças infecto-parasitárias, além de cardiopatias, doenças de causas externas, etc., incluindo-o na definição de uma área carente, com uma urbanização deficitária e com uma infraestrutura precária combinada com o baixo poder aquisitivo dos moradores. A Fiocruz, por outro lado, era produtora de conhecimentos e técnicas que, em contraposição e, para o projeto, poderia apresentar

¹⁰³ Projeto Articulado de Melhoria de Qualidade de Vida – Universidade Aberta, 1993, p. 2. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

¹⁰⁴ Projeto Articulado de Melhoria de Qualidade de Vida – Universidade Aberta, 1993, p. 2. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

possíveis soluções com o intuito de promover a melhoria da qualidade de vida através de ações multidisciplinares.¹⁰⁵ O projeto ressaltava, reiteradamente, a ideia de que na mesma região física coexistia a dicotomia entre um centro produtor de conhecimento –Fiocruz, e espaços produtores de problemas – as comunidades, apontando para uma série de obstáculos que para seus idealizadores poderiam ser ultrapassados com seu desenvolvimento.

Os programas de pesquisa desenvolvidos na ENSP abrangiam diversos campos de conhecimento que apontavam para as variadas linhas e projetos de pesquisa inseridos em grandes eixos temáticos: ‘doenças prevalentes no país’; ‘políticas de saúde e reorganização dos serviços’; ‘práticas de saúde’; e ‘relações da saúde com o Estado e a sociedade’.¹⁰⁶ Neste momento, a Escola apresentava iniciativas que caminhavam na perspectiva inter e multidisciplinar, com abordagens sobre saúde pública que contemplavam uma ampla diversidade, compondo temas que contribuíam para o seu projeto institucional.¹⁰⁷ O seu alinhamento à concepção inter e multidisciplinar propiciou a elaboração e construção de ampla gama de projetos que, com a articulação de vários campos de conhecimento, reunia distintas experiências na perspectiva de buscar a ampliação do diálogo entre essas áreas. O Universidade Aberta se constituía como um desses projetos e, no que diz respeito à articulação com o CSEGSF, pode se ressaltar a construção do banco de dados intitulado Sistema de Informação Geográficas (SIG), através da parceria com o Projeto Desenvolvimento Metodológico para Análise de Eventos Relacionados à Saúde nas Grandes Metrôpoles a partir de sua Distribuição Espacial, também financiado pelo programa PAPES.¹⁰⁸ Em 1994, como destacam Alberto L. Najjar, Else B. Gribel e Maria Cristina B. de Figueiredo, o SIG foi, inclusive, aplicado no curso de Residência em Medicina Preventiva e

¹⁰⁵ Projeto Articulado de Melhoria de Qualidade de Vida – Universidade Aberta, 1993. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

¹⁰⁶ SANTOS, Paulo Roberto Elian; et al. História: experiência e perspectiva: A Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca: um laboratório de idéias para a saúde. In: LIMA, Nísia Trindade; FONSECA, Cristina M. Oliveira; SANTOS, Paulo Roberto Elian (org.). Uma escola para a saúde. [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004, p. 116.

¹⁰⁷ SANTOS, Paulo Roberto Elian; et al. História: experiência e perspectiva: A Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca: um laboratório de idéias para a saúde. In: LIMA, Nísia Trindade; FONSECA, Cristina M. Oliveira; SANTOS, Paulo Roberto Elian (org.). Uma escola para a saúde. [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004, p. 117.

¹⁰⁸ LIMA, Luciana Dias de, et al. A Experiência da Construção de um Sistema de Informação Geográfica em um Serviço Básico de Assistência à Saúde. In: NAJJAR, Alberto Lopes; MARQUES, Eduardo Cesar (org.). Saúde e espaço: estudos metodológicos e técnicas de análise. [on-line]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1998.

Social/ENSP para o desenvolvimento de análise das condições socioeconômicas, sanitárias, ambientais e do perfil epidemiológico da população de referência do CSEGSF.¹⁰⁹

O Projeto Universidade Aberta destacava também, na sua justificativa, a necessidade de promover a integração entre técnicos da Fiocruz e lideranças comunitárias, ressaltando o intuito de disseminar junto à população de Mangueiras “providências relativas à promoção da educação em saúde”, por intermédio de ações de “conscientização de educação em saúde”, informação e aculturação. Reafirmando a imprecisão de algumas terminologias utilizadas, observa-se os termos ‘promoção, conscientização, informação e aculturação’, que apresentam significados, inclusive, antagônicos.

2.3 - Universidade Aberta: ação em subprojetos

O prof. Szachna Eliaz Cynamon, além de ser o coordenador geral do projeto, também atuava como coordenador na maioria dos subprojetos. O Universidade Aberta era denominado, por seus idealizadores, globalizante, justificando esta adjetivação por apresentar uma composição estruturada por 10 subprojetos.¹¹⁰ Posteriormente, em uma publicação relativa à experiência do Universidade Aberta, os autores referem-se ao desenvolvimento das pesquisas inerentes ao projeto discriminando os subprojetos em três áreas, seguindo a indicação de abordagens diferenciadas – socioeconômica, cultural e educacional; epidemiológica; ambiental.¹¹¹ O Seminário de Ocupação do Solo e Habitação Humana, previsto como um dos subprojetos, não estava incluído nestas três abordagens.

Subprojetos da abordagem socioeconômica, cultural e educacional:

- Complementação de Renda: Oficinas das Mulheres/Oficinas de Artesanatos/Oficinas Mecânicas/Horta Comunitária (DCS/ENSP)
- Etnografia de Comunidades em Processo de Favelização: Compreensão do Processo Saúde, Doença, Ambiente e Educação (Núcleo de Doenças Endêmicas Samuel B. Pessoa)

¹⁰⁹ LIMA, Luciana Dias de, et al. A Experiência da Construção de um Sistema de Informação Geográfica em um Serviço Básico de Assistência à Saúde. In: NAJAR, Alberto Lopes, MARQUES, Eduardo Cesar (org.). Saúde e espaço: estudos metodológicos e técnicas de análise. [on-line]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1998.

¹¹⁰ Projeto Articulado de Melhoria de Qualidade de Vida – Universidade Aberta, 1993, p. 4.1. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

¹¹¹ CYNAMON, Szachna Eliaz, et al. A experiência do Programa Universidade Aberta e suas contribuições para a transformação social. Revista Ciência & Saúde Coletiva, 2005, setembro-dezembro, 10, p. 199. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232005000500021. Acesso em 05 de abril de 2015.

- Formação de Técnicos em Vigilância Sanitária e Saúde Ambiental (Escola politécnica e Saúde Joaquim Venâncio)
- Universidade Aberta (Fiocruz/ENSP) – Associação de Moradores e Comunidade Organizada

Subprojetos da abordagem epidemiológica:

- Água e Vigilância Sanitária (DSSA/ENSP)
- Desenvolvimento de Metodologia para Monitoramento das Ações de Saúde no Âmbito de uma Unidade Local (CSEGSF/ENSP)

Subprojetos da abordagem ambiental:

- Tecnologia Adequada em Saneamento: água, esgoto e drenagem urbana (DSSA/ENSP)
- Investigação de Tecnologias Alternativas e Adequadas de Habitação e Urbanização (DSSA/ENSP)
- Viabilização de um Sistema de Coleta Seletiva e Reciclagem de Lixo em Áreas Carentes (DSSA/ENSP)

A aprovação do projeto pela Comissão de Avaliação do PAPES foi condicionada à reformulação de alguns itens, como o material permanente, que necessitava de justificativa, a realização do seminário, que não estava destacado nos objetivos do projeto e o pagamento de serviços pessoais para o trabalho de campo, para o qual foi solicitado esclarecimento. Além disso, tal aprovação indicou a alteração do valor do orçamento solicitado que foi ajustado para U\$50.000,00 (cinquenta mil dólares).¹¹²

2.3.1 - *Subprojetos da abordagem socioeconômica, cultural e educacional*

Na abordagem socioeconômica, cultural e educacional incluíam-se os subprojetos referentes à complementação de renda, etnografia de comunidades, formação de técnicos e também ao subprojeto denominado Universidade Aberta.

No que diz respeito ao subprojeto *Complementação de Renda: Oficinas das Mulheres/Oficinas de Artesanatos/Oficinas Mecânicas/Horta Comunitária (DCS/ENSP)*, este estava sob a coordenação da pesquisadora Maria Tereza de Oliveira Ewbank e apresentava como objetivo geral possibilitar a criação de ações que promovessem a complementação de

¹¹² Memorando Circular nº 017/93-VPPqA. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

renda das famílias do Complexo de Manguinhos. Em seus objetivos específicos, buscava incentivar mulheres e adolescentes a participarem das atividades propostas pelo Projeto Universidade Aberta, com o intuito de divulgar os conteúdos relativos à educação, saúde e ambiente.¹¹³

A coordenação apontava para a existência de uma relação direta entre condições de vida, alimentação, nutrição e renda familiar, e de que havia um problema quanto à guarda das crianças da região que poderia ser sanado com a permanência das mulheres em locais próximos as suas casas. De tal modo, o subprojeto buscou dirigir-se, a princípio, ao público feminino. Deveria atuar como multiplicador de ideias, ao passo que as mulheres que estavam reunidas nas oficinas destinadas à confecção de vestuário e artesanato de pano também poderiam divulgar os conteúdos relativos à educação sanitária. Previa-se, ainda, a construção de hortas comunitárias que deveriam ser geridas pelos próprios moradores da região, que produziriam alimentos da ordem dos hortifrutigranjeiros e de plantas medicinais, destinados a serem aproveitados por creches e escolas de Manguinhos, sendo seu excedente comercializado pelos próprios participantes das hortas.¹¹⁴ É possível perceber neste subprojeto a noção da necessidade de se elaborar alternativas que viessem a contribuir para a complementação de renda das populações de Manguinhos, ações estas que, no decorrer de sua execução, se sofisticaram e permitiram a construção de cooperativa popular.

O subprojeto referente à complementação de renda previa a consultoria proveniente de nutricionistas do Hospital Evandro Chagas, assim como com o envolvimento do DCS e DSSA. Contava, também, com a participação de alunos do Programa de Iniciação Científica, dos cursos de mestrado e de doutorado que, conforme descrição do projeto, ‘teriam a oportunidade de conhecer e experimentar a metodologia voltada para a pesquisa-ação¹¹⁵ no âmbito de problemáticas voltadas para a saúde’.¹¹⁶

¹¹³ Projeto Articulado de Melhoria de Qualidade de Vida – Universidade Aberta, 1993, p. 6.4. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

¹¹⁴ Projeto Articulado de Melhoria de Qualidade de Vida – Universidade Aberta, 1993, p. 2. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

¹¹⁵ Analisada por Michel Thiollent, a metodologia da pesquisa-ação se refere à busca de soluções de problemas por intermédio de ações coletivas planejadas de caráter social, educacional e técnico, com o intuito de promover transformações, esta não se limita exclusivamente ao levantamento de dados, pretende a participação de todos os interessados, tanto pesquisadores como o público pesquisado. Cf. THIOLENT, Michel Jean Marie, COLETTE, Maria Madalena. Pesquisa-ação, formação de professores e diversidade. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*. Maringá, v. 36, n. 2, p. 207-216, July-Dec., 2014.

¹¹⁶ Projeto Articulado de Melhoria de Qualidade de Vida – Universidade Aberta, 1993, p. 5. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

O subprojeto *Etnografia de Comunidades em Processo de Favelização: Compreensão do Processo Saúde, Doença, Ambiente e Educação (Núcleo de Doenças Endêmicas Samuel B. Pessoa)*, que contava também na sub-coordenação com o pesquisador Eduardo Alves Mendonça, propunha contextualizar os conhecimentos adquiridos e acumulados pelo Projeto Universidade Aberta, através de um estudo de cunho antropológico, tendo a etnografia como metodologia qualitativa sobre o Complexo de Manguinhos. Ao buscar compreender a realidade das Comunidades de Manguinhos, identificava uma série de problemas nesta região, reiterando que a precariedade das condições de saúde se relaciona com a situação econômica dos moradores e com a melhoria de sua qualidade de vida. Partia do pressuposto de que a vida social da população pobre do país havia piorado no decorrer dos anos de 1990, com base no ressurgimento de diversas doenças como hepatite, tuberculose e cólera, que figuravam no conjunto de doenças ligadas à qualidade de vida.¹¹⁷ Desta forma, o subprojeto expunha sua compreensão do que seria o processo saúde-doença, entendendo-a como

processo social amplo que envolve atitudes, condutas, comportamentos e práticas e que os sujeitos pelo modo de vida (estão relacionados) à produção e reprodução de doenças, urge a compreensão de dinâmicas típicas de populações em processo de favelização. Considerando que o nível de informação em saúde e ambiente é fator implicado no processo saúde/doença, coloca-se como importante o conhecimento das formas de explicação da realidade. A detecção de procedimentos favoráveis e obstáculos as ações em saúde pública têm implicações na relação custo-eficácia. Assim, ganha sentido a contextualização da situação social típica de comunidades que apresentem quadros endêmicos e epidêmicos relacionados à baixa qualidade de vida.¹¹⁸

Ao compreender o processo saúde-doença de forma mais ampla e considerando os aspectos sociais, o subprojeto sobre etnografia apontava para a relevância da identificação e conhecimento das dinâmicas dos grupos sociais, assim como as suas práticas e sua interação com o meio em que vivem. Nesta perspectiva, os estudos promovidos na região de Manguinhos previam contribuir para a construção de conhecimentos sobre a relação do corpo social neste processo, possibilitando a elaboração de estratégias de ação voltadas para a saúde pública a partir das informações coletadas pela pesquisa, visando contribuir também para o acesso à cidadania.¹¹⁹

¹¹⁷ Projeto Articulado de Melhoria de Qualidade de Vida – Universidade Aberta, 1993, p. 2. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

¹¹⁸ Projeto Articulado de Melhoria de Qualidade de Vida – Universidade Aberta, 1993, p. 2. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

¹¹⁹ Projeto Articulado de Melhoria de Qualidade de Vida – Universidade Aberta, 1993, p. 7. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

No Projeto Universidade Aberta, entre as estratégias possíveis para a melhoria da qualidade de vida, incluía-se a formação de profissionais especializados como proposta presente no subprojeto *Formação de Técnicos em Vigilância Sanitária e Saúde Ambiental (Escola politécnica e Saúde Joaquim Venâncio)*, composto pelos seguintes pesquisadores: Ignez Maria Ferreira Siqueira, Elizabeth Torres da Silveira e Justa Helena Braga Franco. Este subprojeto pretendia elaborar alternativas pedagógicas para a área da saúde articulando-a com a área da educação, criando cursos descentralizados de recursos humanos de nível médio em vigilância sanitária e ambiental. Esta habilitação técnica para o projeto atenderia a demanda relativa à necessidade de profissionais que atuariam nas comunidades, como a aplicação de novas práticas sanitárias, concomitante à realização de encontros, seminários e cursos que visavam a construção de “um conceito de saúde e mudança no quadro sanitário da população”.¹²⁰

O subprojeto de formação de técnicos buscava criar oportunidades e incentivar a população das comunidades a debaterem questões do âmbito da saúde, meio ambiente e cidadania existentes em sua região, além de possibilitar a elaboração e teste de metodologias de ensino junto à Manguinhos, integrando ações de educação, saúde e meio ambiente.¹²¹

O subprojeto, também intitulado *Universidade Aberta (Fiocruz/ENSP) – Associação de Moradores e Comunidade Organizada* seguia a diretriz de ação que visava atingir a “melhoria da qualidade de vida nos centros urbanos através da melhoria em áreas carentes” e apresentava como coordenadores Maria Tereza de Oliveira Ewbank, Jorge de Campos Valadares e Maria Cristina Botelho de Figueiredo, contando, ainda, com os pesquisadores Débora Cynamon Kligerman, Simone Cynamon Cohen, Maria José Salles, Eduardo Alves Mendonça, Odir Clécio da Cruz Roque, Carlos Alberto Silva Miranda, Dalton Marcondes Silva e Ana Marcela Ugarte Ramos. Pretendia, também,

ajudar no processo de aculturação, servir de campo de estudo multidisciplinar, buscar técnicas mais apropriadas, dar oportunidades de um intercâmbio maior da ‘Academia’ com a População, dar oportunidade de treinamento para alunos dos cursos de nível médio, de especialização e de pós-graduação.¹²²

¹²⁰ Projeto Articulado de Melhoria de Qualidade de Vida – Universidade Aberta, 1993, p. 2. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

¹²¹ Projeto Articulado de Melhoria de Qualidade de Vida – Universidade Aberta, 1993, p. 6.1. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

¹²² Projeto Articulado de Melhoria de Qualidade de Vida – Universidade Aberta, 1993, p. 6.1. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

Como se intitulava como multi e interinstitucional, suas atividades englobariam o máximo de recursos humanos disponíveis na própria Fiocruz, como pesquisadores, professores, alunos de cursos de pós-graduação, de especialização e de nível médio, almejando, ainda, que ocorresse a adesão substancial de personalidades do Rio de Janeiro ao projeto. Seu funcionamento deveria ocorrer tanto no espaço físico da própria Fiocruz, como da coletividade, das escolas, clubes e associações.¹²³

Este subprojeto destacava a falta de comunicação e de participação dos diversos segmentos da população, o que, para os profissionais, consistia em um grande obstáculo para a concretização de suas ações. Desta forma, buscava justificar a ideia de um projeto participativo, no qual o envolvimento dependeria da receptividade à proposta de ‘aculturação’ capaz de extinguir os impedimentos na comunicação e, conseqüentemente, no acesso à informação.¹²⁴ Reiterava a característica de modalidade de participação de caráter vertical que parecia ser assumida pelo projeto, segundo a qual a ‘academia’ seria detentora da solução dos ‘problemas’ indicados e advindos da comunidade. Para Denys Cuche¹²⁵, em seu estudo sobre antropologia cultural, o termo ‘aculturação’, que remete ao movimento de aproximação entre culturas, deveria ser definido tanto ao tipo, como ao que produz, e aos fatores que interferiram no processo de aculturação, o que não ocorre no Projeto Universidade Aberta.

O projeto identificava, ainda, a diversidade e a singularidade do perfil de Manguinhos como um dos obstáculos a serem enfrentados por se configurar como aglomeração de diversas comunidades com processos de construção e articulação governamentais distintas com demandas estruturais, econômicas e socioambientais diferentes. Para seus elaboradores, a região deveria se apresentar de forma global, o que facilitaria o encaminhamento de reivindicações de seus moradores. Como assinalado por uma das coordenadoras, Maria Cristina B. de Figueiredo:

Manguinhos é um Complexo que sempre teve muita dificuldade de diálogo entre seus Parques, suas favelas. Sempre teve muita dificuldade de se olhar como um todo. Acho que o Universidade Aberta trouxe a possibilidade das comunidades se olharem como Complexo favelado, e que a união delas

¹²³ Projeto Articulado de Melhoria de Qualidade de Vida – Universidade Aberta, 1993, p. 4. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

¹²⁴ Projeto Articulado de Melhoria de Qualidade de Vida – Universidade Aberta, 1993, p. 6.1. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

¹²⁵ CUCHE, Denys. A noção de cultura nas ciências sociais. Bauru: EDUSC, 1999, p. 114-115.

traria a possibilidade de uma luta externa maior, de buscar financiamento, de buscar recursos em conjunto (...) ¹²⁶

Importa ressaltar que a denominação de Complexo incorpora, neste caso, a perspectiva de homogeneidade e igualdade na região, o que certamente facilitaria a aplicação das ações do próprio projeto, e o mesmo espaço de diálogo. Todavia, estudos como o de Regina Bodstein e Lenira Zancan apontavam para a percepção de que o Complexo de Manguinhos apresentava “condições de vida e configurações sociais de ocupação das áreas geográficas marcadas por expressivas diferenças e contrastes socioeconômicos” ¹²⁷. O estudo elaborado por Tania Maria Fernandes e Renato da Gama-Rosa da Costa sobre Manguinhos ressalta a diversidade existente entre as diferentes comunidades, diante de suas histórias múltiplas e diversas, com ações governamentais e processos de ocupação particulares, o que caracteriza a região “como um espaço social heterogêneo e dinâmico” ¹²⁸. Os autores destacam, ainda, a perspectiva de alguns estudos e de políticas públicas em minimizarem e anularem esta diversidade, transformando o conjunto em um bloco homogêneo, simplificado com a denominação de complexo ¹²⁹.

A definição deste subprojeto reiterava, também, a concepção de dicotomia entre a “Academia, que busca soluções” e a “população, produtora de problemas”, sob a perspectiva de um “círculo vicioso”, que serviu de base de sustentação para todo o projeto e cuja a ruptura solucionaria a falta de entendimento entre as duas instâncias – academia e população. ¹³⁰ Acrescentava, ainda, como possíveis limitações do subprojeto

a própria ação na área de saúde e por último a disponibilidade de recursos que em boa parte existem mas terão que ser conquistados junto à população não carente, para que num processo solidário possa avançar a coletividade como um todo. ¹³¹

¹²⁶ FIGUEIREDO, Isabela Lira. 10 anos de Universidade Aberta: O encontro da Fiocruz com as comunidades de Manguinhos pela transformação social. 1ª ed. Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ, 2003, p. 19. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

¹²⁷ BODSTEIN, Regina, ZANCAN, Lenira. Avaliação das Ações de Promoção da Saúde em Contextos de Pobreza e Vulnerabilidade Social. In: BODSTEIN, Regina, ZANCAN, Lenira, MARCONDES, Willer B. (org.). Promoção da saúde como caminho para o desenvolvimento local: a experiência em Manguinhos. Rio de Janeiro: Abrasco/Fiocruz, 2002, p. 43.

¹²⁸ FERNANDES, Tania Maria, COSTA, Renato da Gama-Rosa. História de Pessoas e Lugares: Memórias das Comunidades de Manguinhos. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009, p. 31.

¹²⁹ FERNANDES, Tania Maria, COSTA, Renato da Gama-Rosa. História de Pessoas e Lugares: Memórias das Comunidades de Manguinhos. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

¹³⁰ Projeto Articulado de Melhoria de Qualidade de Vida – Universidade Aberta, 1993, p. 6.3. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

¹³¹ Projeto Articulado de Melhoria de Qualidade de Vida – Universidade Aberta, 1993, p. 6.3. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

Este apontava que sua relevância e impacto estariam na abertura da perspectiva de uma melhoria da saúde, o que poderia significar a melhoria da qualidade de vida de forma geral, além da ampliação dos canais de comunicação, o que ocasionaria um avanço no desenvolvimento técnico-científico na área da saúde.¹³² Importa ressaltar que o caráter participativo se colocava, na realidade, na perspectiva do aumento do apoio para a realização das atividades do projeto.

2.3.2 - *Subprojetos da abordagem epidemiológica*

Na abordagem epidemiológica incluem-se os subprojetos referentes a água e vigilância sanitária, e desenvolvimento de metodologia para monitoramento das ações de saúde no âmbito de uma unidade de local. Ambos os subprojetos previam a construção de uma base de dados criada, simultaneamente, ao ‘processo de aculturação’ da própria comunidade, estabelecendo-se como possibilidade de estudos e pesquisas e, também, de elaboração de trabalhos de mestrado e doutorado, além da formação de técnicos de nível médio no campo da vigilância sanitária. Mais uma vez, o processo de aculturação da comunidade é reforçado como ferramenta viabilizadora das propostas do projeto.

O subprojeto *Água e Vigilância Sanitária (DSSA/ENSP)* apresentava em seu corpo técnico os pesquisadores Maria José Salles, Carlos Alberto Silva Miranda, Paulo Soares D’Aguila, Angela Cristina de Souza Cordeiro. Seu objetivo geral era analisar a qualidade da água consumida pela população das comunidades, produzindo subsídios que pudessem detectar as possíveis áreas de risco sanitário que seriam instrumentos para elaboração de medidas referentes à saúde pública. Quanto aos seus objetivos específicos, englobavam a caracterização da qualidade da água consumida pela população de Manguinhos, por meio de ensaios quantitativos e qualitativos, o mapeamento de diversas fontes de distribuição de água voltadas para o Complexo de Manguinhos, a verificação da regularidade do abastecimento e as condições domiciliares de armazenamento de água, a implantação de um sistema de informação sanitária relativa ao conhecimento da qualidade de água consumida, o fornecimento de um campo de trabalho prático que possibilitasse o estudo e a pesquisa do curso de formação de técnicos em vigilância sanitária e saúde ambiental, e por fim, a

¹³² Projeto Articulado de Melhoria de Qualidade de Vida – Universidade Aberta, 1993, p. 7. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

verificação de pontos frágeis do sistema, como caixas d'águas sem tampas, entre outros.¹³³ O subprojeto, ao se dispor a realizar essas ações, inseria-se ao alinhamento das orientações dispostas na Lei 8.080, referente à promoção da saúde como prevenção, eliminação ou diminuição dos problemas sanitários oriundos, principalmente, do meio ambiente.

Este subprojeto ressalta, ainda, que alguns sistemas públicos de abastecimento de água não eram eficazes, nem quanto à qualidade, nem à quantidade, ocasionando diversos problemas em áreas 'favelizadas' e adensadas, consideradas como ambientes de risco. Outra preocupação se relacionava ao problema de doenças como o cólera, que necessitava de uma metodologia não-convencional de monitoramento da região de Manguinhos, visto que esta consistia em uma área com o sistema de esgoto sanitário complexo e irregular.¹³⁴ Este projeto previa em seu corpo técnico a contratação de dez agentes comunitários que atuariam na coleta de amostras, aplicação de questionário e levantamento de informação sobre as condições de armazenamento de água, além de um estagiário de nível superior e uma datilógrafa voltada para o trabalho em computador, desenhos de mapas, entre outros.¹³⁵ Como englobava diversos setores da Fiocruz em suas ações, a perspectiva era de que as unidades pudessem contribuir com a participação, do coordenador do projeto, dos agentes de saúde, além do favorecimento de atividades práticas direcionadas aos alunos do curso de formação de técnicos em vigilância sanitária e ambiental.¹³⁶

Quanto ao desenvolvimento tecnológico e científico, o subprojeto pretendia elaborar, ainda, uma proposta de indicadores de saneamento que deveriam ser aplicados pelos serviços de saúde a nível local, obtendo subsídios para a metodologia de controle de qualidade de água. Sua estrutura pretendia que a Fiocruz estivesse em articulação direta com a população de seu entorno, na perspectiva de possibilitar o surgimento de oportunidades que levassem à aproximação de técnicos com a população da região.¹³⁷

O subprojeto 'Desenvolvimento de Metodologia para Monitoramento das Ações de Saúde no Âmbito de uma Unidade Local (CSEGSF/ENSP)' desenvolveu-se na expectativa de

¹³³ Projeto Articulado de Melhoria de Qualidade de Vida – Universidade Aberta, 1993, p. 6.1. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

¹³⁴ Projeto Articulado de Melhoria de Qualidade de Vida – Universidade Aberta, 1993, p. 2. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

¹³⁵ Projeto Articulado de Melhoria de Qualidade de Vida – Universidade Aberta, 1993, p. 4. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

¹³⁶ Projeto Articulado de Melhoria de Qualidade de Vida – Universidade Aberta, 1993, p. 5. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

¹³⁷ Projeto Articulado de Melhoria de Qualidade de Vida – Universidade Aberta, 1993, p. 7. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

elaboração de uma metodologia que produzisse, também, o monitoramento no âmbito de uma unidade local. Este apresentava o corpo técnico formado por dois subcoordenadores, Eliane Portes Vargas e Maria Cristina Botelho de Figueiredo, e ainda contava com outros pesquisadores, como Celina Santos Boga Marques Porto, Antonio Sergio Almeida Fonseca, Elizabeth Andrade Romeiro, Maristela Cardozo Caridade, Silvia Maria Almeida Machado e Else Bartholdy Gribel. Consistia no desenvolvimento de uma metodologia que buscava construir uma ferramenta que identificasse e fosse capaz de enfrentar os problemas prioritários de saúde, a partir da necessidade da pesquisa.¹³⁸ Seus objetivos específicos eram:

incorporar ao sistema de informação novos indicadores que relacione as informações epidemiológicas e socioeconômicas existentes às condições sanitárias e ambientais, através da distribuição geográfica dos dados; sistematizar informações essenciais à tomada de decisões gerenciais e organização das ações de saúde; estimular a compreensão da relação entre condições sanitárias e ambientais e o quadro epidemiológico; definir ações que estimulem a continuidade e retroalimentação do sistema; criar instrumentos que facilitem a difusão das informações entre profissionais de saúde e população alvo, subsidiando-as para a intervenção; utilizar a metodologia desenvolvida na formação de recursos humanos a nível técnico, graduação e pós-graduação, bem como em cooperação técnica com demais unidades da Fiocruz e outras instituições.¹³⁹

O subprojeto previa a realização de trabalho de campo, o qual elencaria informações demográficas e ambientais, assim como o rastreamento das principais causas de consulta apontadas pelos estudos. Pretendia utilizar estagiários da própria comunidade, desenvolvendo um processo de aprendizagem de acordo com as necessidades da população por intermédio da integração dos técnicos envolvidos nas atividades.¹⁴⁰

Segundo o subprojeto para o monitoramento das ações de saúde, o avanço de uma possível consolidação de um modelo de atenção à saúde, o qual visasse a cobertura de conjuntos de populações expostas a determinados riscos de doenças e morte, contribuiria com os sistemas locais de saúde, buscando oferecer suporte necessário à sua extensão de cobertura. Na perspectiva das propostas do Projeto Universidade Aberta, este subprojeto somaria esforços para definição do projeto institucional da Fiocruz que contemplasse uma ‘política

¹³⁸ Projeto Articulado de Melhoria de Qualidade de Vida – Universidade Aberta, 1993, p. 2. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

¹³⁹ Projeto Articulado de Melhoria de Qualidade de Vida – Universidade Aberta, 1993, p. 6. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

¹⁴⁰ Projeto Articulado de Melhoria de Qualidade de Vida – Universidade Aberta, 1993, p. 4. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

institucional integrada com o compromisso social’ e a ‘modernização das formas de gestão administrativa’.¹⁴¹

2.3.3 - *Subprojetos da abordagem ambiental*

Na abordagem ambiental do Universidade Aberta incluíam-se os subprojetos referentes à tecnologia apropriada em saneamento, tecnologias de habitação e urbanização e sistema de coleta seletiva e reciclagem de lixo.

O subprojeto de *Tecnologia Apropriada em Saneamento: água, esgoto e drenagem urbana (DSSA/ENSP)* incorporava os pesquisadores Maria José Salles, Adacto Benedito Ottoni, Débora Cynamon Kligerman, Enio Tourasse e Washington Luiz Mourão Silva. Seu objetivo geral consistia na “melhoria da qualidade de vida através da conscientização da possibilidade de melhoria ambiental e ação através de soluções alternativas”.¹⁴² Possuía como objetivos específicos propor

as bases para a melhoria de infraestrutura através da demonstração de soluções alternativas de infraestrutura de água; esgotamento sanitário, drenagem urbana e lixo, a partir de projetos técnicos alternativos previamente discutidos e aprovados pela população; execução de propostas em conjunto com entidade locais; viabilidade de aceitação pela coletividade; busca dos canais de financiamento; criação de áreas de demonstração de soluções alternativas.¹⁴³

O subprojeto reforçava a orientação de que era necessário promover um avanço da participação da população na implantação e reformulação de melhorias de demonstração de saneamento apropriado alternativo, assim como a busca por possíveis formas de financiamento, apresentando soluções alternativas para água, esgoto, lixo, drenagem, habitação e urbanismo, questões que estavam presentes no Complexo de Manguinhos.¹⁴⁴

A realização desse subprojeto implicava na contratação de profissionais e em gastos com aquisição de material, visto que pretendia elaborar a execução de melhorias em água e esgoto com a implantação de um trecho de sistema não convencional de rede de esgoto e

¹⁴¹ Projeto Articulado de Melhoria de Qualidade de Vida – Universidade Aberta, 1993, p. 7. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

¹⁴² Projeto Articulado de Melhoria de Qualidade de Vida – Universidade Aberta, 1993, p. 6.2. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

¹⁴³ Projeto Articulado de Melhoria de Qualidade de Vida – Universidade Aberta, 1993, p. 6.2. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

¹⁴⁴ Projeto Articulado de Melhoria de Qualidade de Vida – Universidade Aberta, 1993, p. 2. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

tratamento, além da realização de drenagem pluvial no campus da Fiocruz.¹⁴⁵ Para sua execução estava prevista a integração com as associações de moradores, a CEDAE, a COMLURB, a SERLA, a SMDS e algumas unidades técnicas da fundação, como a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, a qual atuaria no treinamento de técnicos de vigilância sanitária e ambiental, e agentes comunitários, além da possibilidade de implantação de um sistema de monitoramento de cólera através do Instituto Oswaldo Cruz (IOC).¹⁴⁶

Embora o subprojeto buscasse trabalhar com a tecnologia que classificava como apropriada e que para o projeto consistia em uma ferramenta produtora de ‘soluções boas’, este previa a possibilidade de resistência do próprio corpo técnico da Fiocruz e o receio dos empresários de investirem em uma tecnologia de saneamento não consolidada que lhes poderia ocasionar prejuízos financeiros.¹⁴⁷ O projeto era apresentado também como um espaço de possibilidade de práticas experimentais, com a adoção e o desenvolvimento de metodologias, não se resumindo exclusivamente a um projeto de auxílio à comunidade, ainda que a melhoria da qualidade de vida da população configure-se em um de seus principais pressupostos. Além de destacar o interesse científico, o projeto ressalta que o desenvolvimento da pesquisa em Manguinhos suscitaria diversos benefícios, seja a redução da violência em seu entorno, a obtenção de um espaço destinado a testes e aplicação de pesquisas, ferramentas e tecnologias experimentais, o reconhecimento de seus pares, consolidação institucional, etc.

O subprojeto *Investigação de Tecnologias Alternativas e Apropriadas de Habitação e Urbanização (DSSA/ENSP)*, que idealizava a elaboração de instrumentos que contribuíssem para a melhoria das moradias, sob a responsabilidade dos pesquisadores Simone Cynamon Cohen, Jorge de Campos Valadares, Washington Luiz Mourão Silva, buscava o desenvolvimento de uma tecnologia apropriada em saneamento. Quanto aos seus objetivos específicos, neles constavam a

realização de trabalho de investigação como prática de demonstração e preparo de agentes comunitários para execução de ações de saneamento e melhoria habitacional no Complexo de Manguinhos; obter os subsídios necessários para uma avaliação de técnicas de melhoria aplicadas, com a ajuda da população interessada; identificação e confronto entre avaliação crítica do próprio

¹⁴⁵ Projeto Articulado de Melhoria de Qualidade de Vida – Universidade Aberta, 1993, p. 4. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

¹⁴⁶ Projeto Articulado de Melhoria de Qualidade de Vida – Universidade Aberta, 1993, p. 5. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

¹⁴⁷ Projeto Articulado de Melhoria de Qualidade de Vida – Universidade Aberta, 1993, p. 6.3. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

interessado (carente), a do técnico e da sociedade oficialmente presente nas obras, executadas, com relação aos problemas de urbanização, habitação e saneamento; apresentação de trabalho de análise crítica sobre a melhoria da qualidade de vida, através do saneamento e da habitação das áreas mencionadas, como subsídio.¹⁴⁸

Este subprojeto se propunha, também, a promover a articulação com vários setores da Fiocruz como a ENSP (Núcleo de Tecnologia Apropriada em Saneamento – DSSA, Núcleo de Doenças Endêmicas – DE, CSEGSF, DCS), EPSJV, além da SMDS e de associações de moradores, o que implicaria no entrecruzamento de informação (formação de banco de dados), consultoria (interconexão de aportes teóricos) e o desenvolvimento de ações integradas (inter-relação a nível de estratégia). Os coordenadores do Universidade Aberta reiteravam, frente a esta articulação institucional, que a adoção de projetos voltados para a “resolução de graves” problemas sociais poderiam contribuir para a definição do papel da Fiocruz na atuação do campo de pesquisa estratégica, assim como no cumprimento do seu avanço político com a sociedade civil organizada.¹⁴⁹

Os objetivos deste subprojeto só seriam alcançados por intermédio da articulação de diversos setores da Saúde Pública, como a assistência médica, a educação sanitária e ambiental, o saneamento, etc. Sua metodologia consistia em um estudo de caso, no qual seria possível realizar uma comparação entre duas áreas com ocupação diferenciada – uma de “ocupação espontânea, como estratégia de sobrevivência (favela)”, e outra “induzida tecnicamente por instituição oficial (loteamento Nelson Mandela e Samora Machel)”¹⁵⁰. Para tanto, pretendia-se realizar visitas locais, entrevistas e questionários com a população, buscando a opinião desta sobre as questões relativas à habitação. Previa visitas a instituições oficiais com o intuito de identificar as políticas habitacionais existentes, incluindo entrevistas com profissionais especializados, análise e avaliação das habitações existentes na região de Manguinhos, análise e avaliação do projeto embrião proposto pela SMDS, concomitante a realização do estudo comparativo entre os projetos Nelson Mandela e Samora Machel. Por fim, pretendia elaborar um projeto urbano que visasse propiciar condições básicas de infraestrutura, drenagem e esgotamento, entre outros.¹⁵¹

¹⁴⁸ Projeto Articulado de Melhoria de Qualidade de Vida – Universidade Aberta, 1993, p. 6.1. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

¹⁴⁹ Projeto Articulado de Melhoria de Qualidade de Vida – Universidade Aberta, 1993, p. 2. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

¹⁵⁰ Projeto Articulado de Melhoria de Qualidade de Vida – Universidade Aberta, 1993, p. 6.2-6.3. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

¹⁵¹ Projeto Articulado de Melhoria de Qualidade de Vida – Universidade Aberta, 1993, p. 6.2-6.3. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

A atuação deste subprojeto englobava nove comunidades entre as referenciadas pelo Projeto Universidade Aberta: Parque Carlos Chagas, o Loteamento Nelson Mandela, o Loteamento Samora Machel, o Parque João Goulart, a Vila Turismo, o CHP2, o Cabo Verde, Ex-Combatente e Vila União. O projeto definia sua área de abrangência por alcance de aproximadamente 30 mil habitantes, 6 mil habitações e alguns equipamentos, como um Centro Integrado de Educação Pública (CIEP), duas escolas municipais, sete associações de moradores, um centro comunitário, um centro de treinamento de pessoal, três creches, um centro de administração da SMDS, uma quadra da escola de samba, uma estação ferroviária, um campo de futebol, um espaço vazio que eventualmente era alugado para circo e/ou parque de diversões, entre outros.¹⁵²

O texto do subprojeto ressaltava que este pretendia colaborar com a comunidade no processo de busca da cidadania, elaborando um “instrumento de luta” que remetesse à consciência dos determinantes e condicionantes da saúde com a perspectiva de qualidade de vida através de um processo que eliminasse ou reduzisse os riscos físicos, sociais, tecnológicos provenientes do “uso inadequado da terra e impropriedade da habitação”, em um aspecto mais amplo de saúde. Acreditava, ainda, que a exclusão e a interrupção da educação ambiental e sanitária nas políticas habitacionais/sociais existentes dificultavam ações de saneamento básico e assistência médica.¹⁵³ Indicando como base um discurso que apontava para uma perspectiva mais holística no que se refere à saúde e seus desdobramentos, os coordenadores apontavam várias dificuldades nas ações de caráter intersetorial, no que tange a saneamento, habitação e coleta de lixo.

As propostas deste subprojeto calcavam-se, também, em torno da elaboração e execução de cursos no âmbito da educação ambiental e eram justificadas pela perspectiva de promoção e conscientização da comunidade de Manguinhos para temas como a preservação do meio ambiente. Nas bases para as ações desse subprojeto identifica-se a expectativa descrita como aumento de autoestima do indivíduo e valorização do espaço de habitação individual e coletivo.

No biênio 1995-1997, o subprojeto foi renomeado para “Qualidade de Vida – Habitação” com a justificativa de que com isso estaria alterando suas perspectivas e bases

¹⁵² Projeto Articulado de Melhoria de Qualidade de Vida – Universidade Aberta, 1993, p. 6.2-6.3. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

¹⁵³ Projeto Articulado de Melhoria de Qualidade de Vida – Universidade Aberta, 1993, p. 6.4. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

conceituais e agregando às suas propostas originais a realização de ações integradas de saneamento ambiental, saúde coletiva e educação ambiental, o que não foi possível avaliar pela documentação localizada. Entre 1997-1999 foi novamente reformulado, passando a ser denominado como “Projeto Articulado Progressivo de Urbanização, Habitação e Seguridade de uma Área Carente – Piloto: Complexo de Manguinhos”, sem uma justificativa clara.¹⁵⁴

Um folder do projeto Universidade Aberta – Habitação e Saúde indica uma nova denominação – “Subprojeto Intersectorial Progressivo de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável no Âmbito da Habitação e da Promoção dentro de uma Área Favelada Piloto: Complexo de Manguinhos” – cuja data não está explicitada, mas que o conteúdo induz à datação de 1999. Algumas questões podem ser apontadas em relação ao próprio título, como a inserção da terminologia referente à metodologia Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS), e a alteração da referência de área ‘carente’ por área ‘favelada’. Este folder apresenta a COOTRAM como colaboradora técnica e expõe, como expectativa para o projeto, ‘novos direcionamentos’ os quais permitiriam sua participação no “Projeto de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável do Complexo de Manguinhos – DLIS”, apontando ainda, a perspectiva de criação de um Fórum comunitário “seguindo os preceitos da Agenda 21 Local”, indicado como um espaço de diálogo e debates constantes entre corpo técnico, governamentais, entidades públicas e comunidades.¹⁵⁵

Entre os direcionamentos previstos no subprojeto anteriormente referenciado, incluem-se as ações indicadas no “Anteprojeto para Viabilização Financeira de Execução Semi-Autofinanciada de Habitações Populares Novas e Reforma de Antigas e de Lazer, Cultura e Arte”, a criação do Centro Comunitário de Melhoria de habitação e Urbanização de Manguinhos, além da realização de pesquisas que geram tecnologia não convencional.

Em 1997, o subprojeto tecnologias de habitação e urbanização indicava entre seus desdobramentos a criação da oficina de habitação, que apresentava como objetivo gerar renda e produzir artefatos de cimento, e que se transformou na fábrica de tijolos em convênio com a COOTRAM. A expectativa era de que se configurasse como um centro de referência, que

¹⁵⁴ Subprojeto Articulado de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável Direcionado Urbanização, Habitação, Saneamento e Promoção da Saúde dentro de uma Área Favelada Piloto: Complexo de Manguinhos - Projeto Articulado de Melhoria de Qualidade de Vida Universidade Aberta, p. 6. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

¹⁵⁵ FIOCRUZ/ENSP/DSSA/UNIVERSIDAABERTA. Projeto Universidade Aberta – Habitação e Saúde: Subprojeto Intersectorial Progressivo de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável no Âmbito da Habitação e da Promoção dentro de uma Área Favelada Piloto: Complexo de Manguinhos. Folder, s/d. Acervo Fundo Szachna Cynamon.

além de promover a melhoria do quadro habitacional da população, também proporcionaria o desenvolvimento de tecnologias não convencionais voltadas para o campo da habitação, urbanização e saneamento ambiental em Manguinhos.¹⁵⁶

O subprojeto *Viabilização de um Sistema de Coleta Seletiva e Reciclagem de Lixo em Áreas Carentes (DSSA/ENSP)* complementava os subprojetos apresentados anteriormente, voltados para a busca de ferramentas que permitissem a melhoria da infraestrutura básica da região de Manguinhos com o objetivo da redução dos danos à saúde e ecossistema. Este apresentava no seu corpo profissional os pesquisadores Odir Clécio da Cruz Roque, Dalton Marcondes Silva, Débora Cynamon Kligerman, e indicava como objetivo geral incentivar a promoção da educação sanitária e ambiental no Complexo de Manguinhos, através de uma ação conjunta da Fiocruz com a comunidade. Seus objetivos específicos buscavam promover a conscientização, organização e implantação de um sistema de coleta seletiva de lixo na comunidade, a organização necessária para a separação de material reciclável, a montagem e o suporte para o funcionamento de uma oficina de reciclagem de papel e a organização e instrução do uso da compostagem do lixo orgânico, através de ações de saneamento voltadas a educação sanitária e ambiental e de aculturação da população.¹⁵⁷

Estes três subprojetos, que abordavam saneamento, habitação, além da coleta e reciclagem de lixo, compunham o cerne do projeto, a partir do princípio de que Manguinhos se “apresentava como um território resultado da desatenção do poder público, seja em relação ao meio ambiente local, seja em relação às necessidades sociais de seus moradores.”¹⁵⁸ No decorrer da etapa de diagnóstico de problemas da região foram detectadas diversas questões relativas ao lixo e sua destinação nas comunidades. Foram encontrados vários depósitos inadequados de resíduos, sendo seu acúmulo em áreas impróprias, combinado com chuvas fortes, o responsável pela proliferação de algumas doenças, o que levou à criação de

¹⁵⁶ Subprojeto Articulado de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável Direcionado Urbanização, Habitação, Saneamento e Promoção da Saúde dentro de uma Área Favelada Piloto: Complexo de Manguinhos - Projeto Articulado de Melhoria de Qualidade de Vida Universidade Aberta, p. 7. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

¹⁵⁷ Projeto Articulado de Melhoria de Qualidade de Vida – Universidade Aberta, 1993, p. 6.1. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

¹⁵⁸ KLIGERMAN, Débora Cynamon, et al. Universidade Aberta: Uma Contribuição para a Gestão Ambiental Sustentável. In: BODSTEIN, Regina, ZANCAN, Lenira, MARCONDES, Willer B.(org.). Promoção da saúde como caminho para o desenvolvimento local: a experiência em Manguinhos. Rio de Janeiro, Abrasco/Fiocruz, 2002, p. 80.

estratégias alternativas, tais como coleta seletiva de lixo, palestras de conscientização ambiental, oficinas lúdicas de reciclagem artesanal de papel, entre outras.¹⁵⁹

O subprojeto relativo à coleta seletiva e reciclagem de lixo sinalizava as dificuldades existentes nas áreas de atuação, referentes ao manuseio e à destinação dos resíduos e atribuía a esses locais a ideia de que possuíam uma infraestrutura deficitária, o que configuraria um obstáculo à realização da coleta de lixo domiciliar e, conseqüentemente, ao acesso a serviços de limpeza urbana. Pretendia-se aplicar o método idealizado por Cynamon, no que diz respeito ao esgotamento sanitário¹⁶⁰, que incluía separação do material reciclável que poderia ser posteriormente vendido, contribuindo para a geração de renda na própria comunidade. Na aplicação desse método foi utilizado um diagnóstico referente à relação entre a produção de lixo por dia, por família e a quantidade de latões de lixo necessários para a coleta.¹⁶¹

Uma avaliação posterior do Projeto Universidade Aberta, formulada por alguns de seus pesquisadores, ressalta a importância do subprojeto coleta seletiva de lixo, assume a questão do lixo como ponto central e destaca, também, as parcerias construídas com a COMLURB, a Ação Comunitária do Brasil¹⁶² e a SERLA. Neste processo avaliativo, este subprojeto foi assumido como bem-sucedido, na medida em que alcançou articulação com a COMLURB e com a Petrobras que, inclusive, doou os latões de lixo utilizados para a coleta¹⁶³, além de contribuir para o processo de sensibilização da população da região, contando, ainda, com palestras, eventos e oficinas que mobilizaram amplamente a população infanto-juvenil.¹⁶⁴

¹⁵⁹ MACHADO, Roger Elias Bernabé. O Cotidiano de trabalho de Cooperativados no Serviço de Limpeza: um olhar sobre a inserção da Comunidade de Manguinhos na Fundação Oswaldo Cruz/RJ. Dissertação de mestrado em Ciências na área da Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004, p. 98.

¹⁶⁰ O método Cynamon, também conhecido como ‘sistema não convencional de esgoto a custo reduzido para pequenas coletividades e áreas periféricas’, “consiste em um sistema de esgoto não convencional e completo, que parte das residências com um tanque séptico, permitindo a transformação de esgoto em água suja. Ao final do processo, há uma estação de tratamento de esgoto, podendo ser subterrânea, que consiste em filtros anaeróbio ascendentes/descendentes/ascendentes seguidos de filtro de areia elementar. Este sistema ficou conhecido como Cynamon por ter sido desenvolvido pelo prof. Cynamon.” Cf. FIGUEIREDO, Isabela Lira. 10 anos de Universidade Aberta: O encontro da Fiocruz com as comunidades de Manguinhos pela transformação social. 1ª ed. Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ, 2003, p. 38. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

¹⁶¹ Projeto Articulado de Melhoria de Qualidade de Vida – Universidade Aberta, 1993, p. 2. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

¹⁶² Organização não governamental criada no ano de 1966, com o intuito de promoção do acesso a cidadania com ações voltadas para de indivíduos em situação de vulnerabilidade, atuando nas áreas temáticas como educação, economia solidária, trabalho e renda, e crianças e adolescentes.

¹⁶³ KLIGERMAN, Débora Cynamon, et al. Universidade Aberta: Uma Contribuição para a Gestão Ambiental Sustentável. In: BODSTEIN, Regina, ZANCAN, Lenira, MARCONDES, Willer B.(org.) Promoção da saúde como caminho para o desenvolvimento local: a experiência em Manguinhos. Rio de Janeiro, Abrasco/Fiocruz, 2002, p. 80-81.

¹⁶⁴ Relatório do Projeto Articulado em Recuperação Ambiental e Profissionalização de Adolescente. PAIRAPA- Abril de 2000. Relatório, p. 3. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

Importa ressaltar que no material analisado não foram constatados os critérios e a metodologia utilizados para monitorar e avaliar os subprojetos.

Figura 3: Pintura dos latões de lixo doados à COOTRAM. Publicação 10 anos de Universidade Aberta, 2003



Fonte: Fundo Szachna Cynamon, Acervo da Casa Oswaldo Cruz/Fiocruz

Este subprojeto incluía, ainda, a contratação de gari comunitário, que efetuaría a coleta de lixo, e de estagiário, para atuar junto a associações de moradores, associação de mulheres e grupos organizados da comunidade, na expectativa que, desta forma, fosse possível promover a conscientização e a organização de moradores para execução dos objetivos do projeto (coleta seletiva, reciclagem de materiais e compostagem do lixo). Contemplava, inclusive, a ideia de utilização do produto (adubo) da reciclagem do lixo orgânico para uma horta comunitária que estava sendo proposta para o interior da própria comunidade.¹⁶⁵

Propunha, também, o treinamento de pessoas da comunidade como agentes sanitários ou de saneamento, que, em conjunto com os estagiários da Escola Politécnica, auxiliariam na conscientização e organização da comunidade para a atividade de coleta seletiva, assim como para o processo de reciclagem.¹⁶⁶ Em abril de 1993 foram contratados 4 adolescentes moradores de Manguinhos para a coleta no interior da Fiocruz de papel para reciclagem, que foram, posteriormente, absorvidos pela COOTRAM, criada no ano seguinte.

O subprojeto que visava a coleta seletiva criou três linhas de atuação voltadas para trabalhos educativos. Entre estas linhas, uma foi desenvolvida diretamente nas comunidades de Manguinhos que, porém, devido à escassez de recursos para a contratação de técnicos, teve seu campo de atuação restrito apenas às comunidades Parque João Goulart, Vila Turismo e

¹⁶⁵ Projeto Articulado de Melhoria de Qualidade de Vida – Universidade Aberta, 1993, p. 4. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

¹⁶⁶ Projeto Articulado de Melhoria de Qualidade de Vida – Universidade Aberta, 1993, p. 5. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

CHP2. Outra teve lugar nas escolas municipais do Complexo de Manguinhos, nas quais ações se propunham à sensibilização e mobilização dos alunos através de trabalhos em arte/educação, na expectativa de possibilitar a compreensão das questões socioambientais da própria escola e de seu entorno. A terceira linha seria desenvolvida no campus Fiocruz, com atividades educativas, tanto para funcionários, quanto usuários, com o objetivo de apoiar a implantação da COOTRAM, assim como chamar atenção para os problemas ambientais.¹⁶⁷

Com a argumentação de que o projeto se deparava com falta de recursos financeiros para viabilizar a separação dos resíduos sólidos nas comunidades (ausência de estrutura, organização e local apropriado à coleta seletiva de lixo), além do aumento da violência, o subprojeto optou por realizar a coleta seletiva no próprio Campus da Fiocruz. A instituição concedeu uma Kombi para auxiliar no transporte de resíduos e um espaço para ser utilizado como galpão na separação do papel a ser reciclado.¹⁶⁸ Em 1995, o montante de resíduos sólidos recicláveis estava em torno de 5 a 6 toneladas/mês, o que conferia, na prática, a coleta seletiva. Outra ação desenvolvida refere-se à implantação de uma mini usina de compostagem que aproveitava o recolhimento de folhas, gramas e maravalhas, resultando em uma produção de 30 toneladas/mês que, quando não utilizada nos jardins do campus da instituição, era vendido para o consumo externo.¹⁶⁹

Em 1996, o subprojeto de coleta seletiva de lixo (conhecido como PAPES-LIXO) passou por um processo de reestruturação e ampliação, passando a denominar-se Projeto de Ações Integradas em Recuperação Ambiental e Profissionalização de Adolescente (PAIRAPA). Atuava na área interna do campus da Fiocruz através de quatro vertentes: curso de atualização em educação ambiental, acompanhamento socioeducativo para os adolescentes da COOTRAM, trabalhos em educação ambiental para funcionários da Fiocruz, e educação ambiental nas escolas municipais do entorno do Complexo de Manguinhos.¹⁷⁰

Como nova perspectiva, o PAIRAPA, em 2000, tinha como objetivo a criação de um núcleo em gestão ambiental que pudesse atender às demandas provenientes da população do entorno da Fiocruz, e por meio de ações integradas voltadas para a mobilização e

¹⁶⁷ Relatório do Projeto Articulado em Recuperação Ambiental e Profissionalização de Adolescente. PAIRAPA-Abril de 2000. Relatório, p. 3-4. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

¹⁶⁸ Relatório do Projeto Articulado em Recuperação Ambiental e Profissionalização de Adolescente. PAIRAPA-Abril de 2000. Relatório, p. 3. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

¹⁶⁹ Relatório do Projeto Articulado em Recuperação Ambiental e Profissionalização de Adolescente. PAIRAPA-Abril de 2000. Relatório, p. 3-4. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

¹⁷⁰ Relatório do Projeto Articulado em Recuperação Ambiental e Profissionalização de Adolescente. PAIRAPA-Abril de 2000. Relatório, p. 5. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

instrumentalização da população de Manguinhos, a elaboração do subprojeto Projeto de Sustentabilidade e Gestão Ambiental no Complexo de Manguinhos (Pró-Manguinhos)¹⁷¹. No entanto, parte de suas atividades foram interrompidas devido à proibição pelo Ministério do Trabalho da realização de atividades perigosas a menores de 18 anos, entre as quais a coleta de lixo e reciclagem de materiais.¹⁷²

2.3.4 - Subprojeto Seminário de Ocupação do Solo e Habitação Humana: uma proposta de amplos debates

O Projeto Universidade Aberta incluía, ainda, a realização do *Seminário de Ocupação do Solo e Habitação Humana*, indicado como um dos seus subprojetos. Sob a coordenação do pesquisador Jorge de Campos Valadares, pretendia ampliar o debate voltado para discussões acerca de questões relativas às condições de vida da população, como habitação, violência urbana, trabalho e educação.¹⁷³ Para tanto, tinha a expectativa de contar com a presença de representantes do governo, representantes internacionais (escritório “Exclusion par le logement”, programa “Discourse Studies”/Universidade de Amsterdam, Universidade de Paris, especialista sindical de Los Angeles), Ordem dos Advogados do Brasil, especialistas em saneamento ambiental e em biologia da territorialidade, representantes do movimentos dos Sem Terra, dos Sem Teto e dos Meninos de Rua, filósofo especialista em ocupação do espaço, entre outros.¹⁷⁴ O Seminário preconizava a ideia de que havia uma relação entre saúde e moradia, apontava a falta e/ou precariedade de habitação com uma questão ‘perversa de exclusão social’, e agregava à esta a degradação do saneamento básico, que poderia ser sanado a partir de soluções de tecnologia apropriadas, como o método Cynamon.¹⁷⁵

Este subprojeto ressaltava, também, a relação do processo de exclusão social com a fome, apontando a necessidade de se produzir ações de caráter definitivo, capaz de solucionar o problema, sem se ater apenas a soluções imediatistas, levando em conta análises mais

¹⁷¹ Relatório do Projeto Articulado em Recuperação Ambiental e Profissionalização de Adolescente. PAIRAPA-Abril de 2000. Relatório, p. 9. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

¹⁷² FIGUEIREDO, Isabela Lira. 10 anos de Universidade Aberta: O encontro da Fiocruz com as comunidades de Manguinhos pela transformação social. 1ª ed. Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ, 2003, p. 41. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

¹⁷³ Projeto Articulado de Melhoria de Qualidade de Vida – Universidade Aberta, 1993, p. 2. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

¹⁷⁴ Projeto Articulado de Melhoria de Qualidade de Vida – Universidade Aberta, 1993, p. 6.8-6.9. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

¹⁷⁵ Projeto Articulado de Melhoria de Qualidade de Vida – Universidade Aberta, 1993, p. 6.1. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

completas.¹⁷⁶ A fome, neste momento, adquiria um caráter de destaque no debate e na política internacional, o que, no Brasil, propiciou ao Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) a realização e divulgação, em março de 1993, de uma pesquisa conhecida como o Mapa da Fome, que foi utilizada para traçar a linha da pobreza, configurando-se como estratégia para estabelecer maior visibilidade às condições de vida da população mais pobre no Brasil.¹⁷⁷ Esta pesquisa previa contribuir com movimentos e ações sociais que se voltavam para a questão da miséria e da fome, além de produzir uma série de articulações entre as instituições públicas, entidades privadas e a sociedade civil.

Apesar da expectativa de realização do seminário e da introdução em sua programação de várias questões que extrapolavam o tema da ocupação do solo e habitação humana, como violência urbana, trabalho, educação e combate à fome, não se detectou entre os acervos visitados nenhuma referência à realização do evento.

2.4 - Universidade Aberta no Combate à Fome

Paralelo ao processo de implantação do Projeto, a Fiocruz iniciou uma aproximação com o Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida (COEP) e para consolidar esta parceria envolveu o Universidade Aberta, já que alguns de seus subprojetos apontavam para questões amplas relacionadas às condições de vida da população de Manguinhos. Durante reuniões, realizadas ao longo de 1994, no âmbito do Fórum de Ciência e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro¹⁷⁸, Paulo Buss, então vice-presidente da fundação, passou a representar a Fiocruz no comitê, conforme mencionado em depoimento sobre a criação do COEP:

Acompanhei o então presidente da Fiocruz, Carlos Morel, à reunião do Fórum de Ciência e Cultura. Lá, um grande contingente de megaempresas públicas, como a Petrobras e outras gigantes, e outras não tão megas assim, como a Fiocruz, não resistiram à potência do discurso de Betinho contra a fome e pelo enfrentamento da pobreza. Aderi na hora e me propus a representar a Fiocruz, o que foi imediatamente aceito por Morel e pelos

¹⁷⁶ Projeto Articulado de Melhoria de Qualidade de Vida – Universidade Aberta, 1993, p. 6.5. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

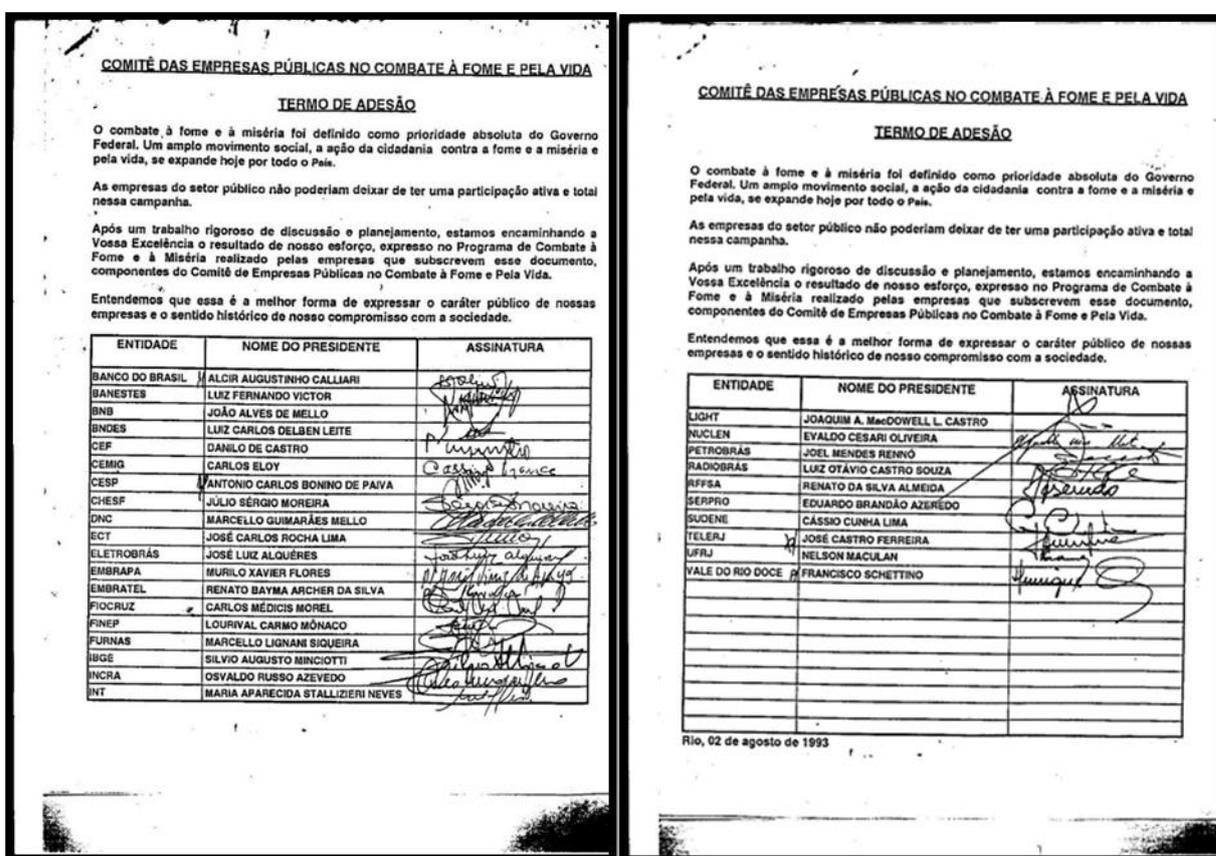
¹⁷⁷ REDE NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL COEP. Das ruas às redes: 15 anos de mobilização social na luta contra a fome e a pobreza/COEP. Rio de Janeiro: COEP, 2008, p. 73-74. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/ruas_redes_2008.pdf. Acesso em 22 de abril em 2015.

¹⁷⁸ REDE NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL COEP. Disponível em: <http://www.coeptbrasil.org.br/port al/publico/apresentarTrajetorias.aspx>. Acesso em 11 de novembro de 2016.

demais dirigentes da instituição. Assim, acabei na composição do COEP Nacional.¹⁷⁹

Esta reunião contou com a presença de Dom Mauro Morelli, presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), e do Deputado Roberto Freire, líder do Governo na Câmara dos Deputados, além de trinta dirigentes de instituições públicas que assinaram o termo de adesão ao COEP, firmando o Programa de Combate à Fome e à Miséria, coordenado pelo Betinho e assumindo o caráter público de suas organizações e o seu compromisso social. O então presidente da fundação, Carlos Médicis Morel, também assinou este documento, o que veio a favorecer a criação de um comitê específico na Fiocruz.¹⁸⁰

Figura 4 e 5: Termo de adesão ao COEP, Rio de Janeiro, 02/08/1993



Fonte: Rede Nacional de Mobilização Social COEP. Disponível em: <http://www.coeptbrasil.org.br/portal/publico/apresentarConteudo.aspx?CODIGO=C2008117192626312>. Acesso em 11 de novembro de 2016

O Projeto Universidade Aberta indicava, desde a configuração do projeto original, que sua constituição em subprojetos buscava articular diversas ações, estratégias e ferramentas

¹⁷⁹ COMITÊ DE ENTIDADES PÚBLICAS NO COMBATE À FOME E PELA VIDA. Disponível em: <http://www.coeptbrasil.org.br/coep20anos/publico/site.aspx?ID=543acf4c-af5d-4ea5-b5a1-4ca584681e4b&SiteID=25>. Acesso em 23 de outubro de 2016.

¹⁸⁰ REDE NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL COEP. Disponível em: <http://www.coeptbrasil.org.br/portal/publico/apresentarTrajetorias.aspx>. Acesso em 11 de novembro de 2016.

voltadas para a redução dos problemas relativos à saúde pública, através das três abordagens: ‘socioeconômica, cultural e educacional’, ‘epidemiológica’ e ‘ambiental’, ressaltando o esforço de articular as Unidades da Fiocruz, outras instituições e população de Manguinhos, público alvo das medidas elaboradas. Também explicitava a preocupação com ações que gerassem renda e trabalho, expressa, principalmente, nos subprojetos de complementação de renda e de coleta seletiva e reciclagem de lixo. Este último, ao propor a venda do material reciclável, buscava possibilitar a construção de uma atividade voltada para adequação da situação econômica da população da região. A produção de renda, ao longo do Projeto Universidade Aberta, foi incorporada como uma de suas principais ações, visto que, de acordo com o levantamento de informações sobre as Comunidades de Manguinhos, realizado, a princípio, pelas associações de moradores, o número de pessoas sem acesso a um trabalho formal era interpretado pelo projeto como expressivo. Apesar do reconhecido grau de desemprego em Manguinhos, os dados do projeto apontavam uma taxa de 81% de desempregados, o que não corresponde aos dados do IBGE, que indicavam uma média de 4% para áreas metropolitanas.¹⁸¹ Tanto as avaliações elaboradas posteriormente pela equipe, como o próprio projeto Universidade Aberta, não reconhecem as relações de trabalho fora do vínculo regido pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), o que certamente produziu a disparidade neste número de desempregados na região.

Este Projeto obteve seu financiamento renovado através do Programa de Apoio à Pesquisa da Fiocruz (PAPES 2), em 1997, o que, porém, segundo os coordenadores, não foi suficiente para a sua manutenção, nem tampouco para viabilizar sua renovação através do financiamento do PAPES 3, em 2002.¹⁸² Vários fatores contribuíram para a mudança e diminuição do perfil do projeto, sendo suas atividades condensadas, de modo que, em 2003, foram agregadas em 2 subprojetos – Pró-Manguinhos e Espaço Construído e Saúde da Família (Habitação).¹⁸³ Entres estes fatores que propiciaram mudanças no projeto e nos subprojetos, destacam-se, na avaliação dos coordenadores, um distanciamento, tanto entre os subprojetos, como entre estes e a coordenação geral, além da “especificidade de objetivo de

¹⁸¹ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme/pmec112002.shtm>. Acesso em 02 de maio de 2017.

¹⁸² CYNAMON, Szachna Elias., et al. A experiência do Programa Universidade Aberta e suas contribuições para a transformação social. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, 2005, p. 201. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232005000500021. Acesso em 05 de abril de 2015.

¹⁸³ FIGUEIREDO, Isabela Lira. 10 anos de Universidade Aberta: O encontro da Fiocruz com as comunidades de Manguinhos pela transformação social. 1ª ed. Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ, 2003, p. 9-10. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

cada um”, das “dificuldades encontradas dentro de seus departamentos e unidades”, e mesmo do afastamento físico entre os subprojetos e a coordenação central.¹⁸⁴ Em 1995, entre as mudanças ocorridas, incluem-se o desligamento do coordenador do subprojeto de ‘etnografia de comunidades’, assim como os novos direcionamentos dos subprojetos ‘monitoramento ações de saúde’ e ‘água e vigilância sanitária’. O subprojeto de ‘tecnologia apropriada em saneamento’ foi englobado pelo subprojeto voltado para ‘habitação’, enquanto os subprojetos ‘universidade aberta’ e ‘complementação de renda’ foram incorporados à COOTRAM, então recém-criada. Por fim, os subprojetos ‘viabilização de um sistema de coleta seletiva e reciclagem de lixo’ e ‘habitação e urbanização’ ampliaram suas atividades, tendo seus nomes substituídos por Pró-Manguinhos (atuando com o planejamento e a gestão ambiental) e Espaço Construído e Saúde da Família (atuando junto à Organização Pan-americana de Saúde e outras instituições), respectivamente.¹⁸⁵ A equipe do Universidade Aberta, neste momento, estava composta pelo Szachna Elias Cynamon, ainda como coordenador geral, Débora Cynamon Kligerman, Lilian dos Santos Seabra, Natanael dos Santos, Alcenira Ferreira Gomes, Simone Cynamon Cohen, Luis Perucci e, como colaboradora, Nilda Cristina.¹⁸⁶

Na publicação comemorativa de dez anos do Universidade Aberta, organizada sob a responsabilidade de Isabela L. Figueiredo, os coordenadores do projeto reafirmavam os pressupostos originais calcados na perspectiva de busca de ampliação do diálogo com as comunidades através da aproximação do meio acadêmico com a realidade da região de Manguinhos, apontando o planejamento e a gestão participativa como pontos fundamentais. Destacavam, ainda, quanto à importância da ‘aproximação entre os saberes acadêmicos e os populares’, que este movimento poderia favorecer a criação, nas Comunidades de Manguinhos, de condições que permitissem a “autonomia para construir novos caminhos e resolver os problemas emergentes do seu cotidiano”.¹⁸⁷

¹⁸⁴ CYNAMON, Szachna Elias., et al. A experiência do Programa Universidade Aberta e suas contribuições para a transformação social. Revista Ciência & Saúde Coletiva, 2005, p. 201. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232005000500021. Acesso em 05 de abril de 2015.

¹⁸⁵ FIGUEIREDO, Isabela Lira. 10 anos de Universidade Aberta: O encontro da Fiocruz com as comunidades de Manguinhos pela transformação social. 1ª ed. Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ, 2003, p. 21. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

¹⁸⁶ FIGUEIREDO, Isabela Lira. 10 anos de Universidade Aberta: O encontro da Fiocruz com as comunidades de Manguinhos pela transformação social. 1ª ed. Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ, 2003, p. 59. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

¹⁸⁷ FIGUEIREDO, Isabela Lira. 10 anos de Universidade Aberta: O encontro da Fiocruz com as comunidades de Manguinhos pela transformação social. 1ª ed. Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ, 2003, p. 12. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

O Projeto Articulado de Melhoria de Qualidade de Vida – Universidade Aberta, como o próprio nome apontava, previa a articulação de diversos setores da sociedade, como um processo que, segundo seus elaboradores, nesta avaliação decenal, ocorreu junto à população por meio de palestras educativas, seminários, cursos de formação técnica, atividades socioeducativas, ações concretas relativas à saúde pública, entre outras.¹⁸⁸

Esta mesma publicação ressalta a importância de Cynamon, coordenador do Universidade Aberta e Paulo Buss, então Diretor da ENSP, ao assumirem este projeto e a criação da COOTRAM, como “missão institucional e pessoal, por acreditarem que cada um possui um pequeno papel para tornar as grandes mudanças realidade.”¹⁸⁹ Entre os desdobramentos do Projeto estavam incluídos, também, a proposta de urbanização da Comunidade Mandela de Pedra, e a elaboração de um Sistema de Informação Geográfica relativo ao serviço de assistência básica à saúde, por meio da tecnologia produzida para o desenvolvimento de metodologias para o monitoramento das ações de saúde, como a pesquisa para a caracterização da qualidade de água da área de Manguinhos, com identificação das regiões de risco ambiental e sanitário. Foi implantada a coleta seletiva de lixo no campus da Fiocruz com a participação de adolescentes e, posteriormente, em parte das Comunidades de Manguinhos, contribuindo para o acesso à coleta de lixo regular, com o auxílio dos garis comunitários. O Projeto Universidade Aberta, configurou-se, também, como um espaço experimental de técnicas e métodos produzidos pela articulação de algumas Unidades da Fiocruz com a expectativa de implantar o método de tratamento de esgoto não convencional idealizado pelo prof. Cynamon na ENSP. Todos os resultados relacionados ao projeto que se articulavam às questões relativas à qualidade da água, meio ambiente, saneamento, urbanização, coleta de lixo, emprego e fome estavam, na realidade, envolvidos ou foram mesmos desenvolvidos pela COOTRAM, o que justifica a mudança de foco do projeto para a cooperativa.

O termo aculturação, no decorrer do Projeto Universidade Aberta, foi substituído por noções que relacionavam educação e ‘transformação social’. Para os coordenadores, o projeto cedeu espaço para a ideia de educação como forma de ‘transformação social’, justificada pela introdução da educação nas ações do projeto na perspectiva de construção do processo

¹⁸⁸ FIGUEIREDO, Isabela Lira. 10 anos de Universidade Aberta: O encontro da Fiocruz com as comunidades de Manguinhos pela transformação social. 1ª ed. Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ, 2003, p. 11. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

¹⁸⁹ FIGUEIREDO, Isabela Lira. 10 anos de Universidade Aberta: O encontro da Fiocruz com as comunidades de Manguinhos pela transformação social. 1ª ed. Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ, 2003, p. 13. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

participativo. Neste sentido, afirmavam que o cidadão deveria conhecer e aprender a elaborar o seu conhecimento, pois, assim, a educação figuraria como um ‘ato político’, e o processo educativo como alavanca para a ‘transformação social’.¹⁹⁰ Seus idealizadores ressaltavam, como ideia norteadora, a ‘construção da cidadania’ aliada à aplicação da metodologia da pesquisa-ação, que, para estes, contemplaria a resolução dos problemas a partir do envolvimento cooperativo ou participativo de seus pesquisadores e participantes. Garantiam, ainda, que buscavam “estabelecer um processo de informação contínuo e desbloquear os entraves que existiam no sistema de comunicação, estabelecendo, assim, uma troca permanente entre o caminho técnico-científico e o saber popular”.¹⁹¹ No entanto, a efetiva participação da população da região na construção do conhecimento, através de uma possível troca de saberes, não é apresentada explicitamente nas avaliações posteriores do projeto, assim como também não foi indicada a forma como a população de Manguinhos contribuía para esse processo que parece configurar-se mais fortemente como um espaço de pesquisa acadêmica.

Os pesquisadores do projeto também afirmavam que as questões relativas ao meio ambiente possuíam um significativo caráter mobilizador, o qual estimulava a participação comunitária por agregar diferentes interesses em torno da resolução conjunta de problemas.¹⁹² Conferiram, ainda, a maior visibilidade e resultados do projeto, à atuação do subprojeto Viabilização de um Sistema de Coleta Seletiva e Reciclagem de Lixo em Áreas Carentes, que pelo emprego de ações em educação ambiental e adoção de diversas estratégias práticas foi reconhecido, também, pelos órgãos governamentais, propiciando a melhoria de atendimento de alguns serviços básicos na região.¹⁹³ Estes ainda identificavam o Projeto Universidade Aberta como uma “experiência de intervenção social” bem-sucedida, norteadas pela

¹⁹⁰ FIGUEIREDO, Isabela Lira. 10 anos de Universidade Aberta: O encontro da Fiocruz com as comunidades de Manguinhos pela transformação social. 1ª ed. Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ, 2003, p. 52. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

¹⁹¹ CYNAMON, Szachna Elias., et al. A experiência do Programa Universidade Aberta e suas contribuições para a transformação social. Revista Ciência & Saúde Coletiva, 2005, p. 198. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232005000500021. Acesso em 05 de abril de 2015.

¹⁹² CYNAMON, Szachna Elias., et al. A experiência do Programa Universidade Aberta e suas contribuições para a transformação social. Revista Ciência & Saúde Coletiva, 2005, p. 197. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232005000500021. Acesso em 05 de abril de 2015.

¹⁹³ CYNAMON, Szachna Elias., et al. A experiência do Programa Universidade Aberta e suas contribuições para a transformação social. Revista Ciência & Saúde Coletiva, 2005, p. 199. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232005000500021. Acesso em 05 de abril de 2015.

mobilização e participação social, com forte atuação da COOTRAM.¹⁹⁴ Apontavam que o objetivo do projeto havia sido alcançado, pois acreditavam que

a realização de um trabalho participativo que permite a troca constante entre o saber técnico-científico e o saber popular, foi conseguida a aproximação efetiva da academia com a comunidade, promovendo a sensibilização, mobilização e organização comunitária. Foi possível garantir passos progressivos para o processo de melhoria da qualidade de vida da população moradora do Complexo de Manguinhos e envolvida no projeto.¹⁹⁵

A articulação com outras áreas da Fiocruz, presente desde o projeto original, possibilitou agregar valor à experiência do Universidade Aberta, o que favoreceu o recebimento, em 2002, do título de projeto estratégico da Escola de Governo em Saúde da Escola Nacional de Saúde Pública.¹⁹⁶ A partir de 2003, o projeto começou um processo de mudança para a característica de programa, com vinculação à Escola de Governo em Saúde da Escola Nacional de Saúde Pública, a qual é descrita como responsável por “reorientação estratégica dos programas de ensino, pesquisa e cooperação técnica da ENSP/Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) para a preparação de quadros e a produção de conhecimentos, visando a ampliação da capacidade de governo em saúde”.¹⁹⁷

Esse reconhecimento incentivou o Universidade Aberta a reproduzir sua experiência ao longo de sua atuação, expandindo suas atividades para outros municípios, na Baixada Fluminense, principalmente no que se refere às ações de busca pela melhoria da qualidade de vida.¹⁹⁸ Na empresa de Tratamento de Resíduos Industriais de Belford Roxo (TRIBEL), a qual se propunha a desenvolver atividades junto às comunidades circunvizinhas para subsidiar ações comunitárias no âmbito da educação ambiental, a equipe do projeto realizou um

¹⁹⁴ CYNAMON, Szachna Elias., et al. A experiência do Programa Universidade Aberta e suas contribuições para a transformação social. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, 2005, p. 204. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232005000500021. Acesso em 05 de abril de 2015.

¹⁹⁵ CYNAMON, Szachna Elias., et al. A experiência do Programa Universidade Aberta e suas contribuições para a transformação social. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, 2005, p. 204. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232005000500021. Acesso em 05 de abril de 2015.

¹⁹⁶ FIGUEIREDO, Isabela Lira. 10 anos de Universidade Aberta: O encontro da Fiocruz com as comunidades de Manguinhos pela transformação social. 1ª ed. Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ, 2003, p. 58. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

¹⁹⁷ BUSS, Paulo Marchiori. Promoção e educação em saúde no âmbito da Escola de Governo em Saúde da Escola Nacional de Saúde Pública. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 15 (Sup. 2), 1999, p. 181.

¹⁹⁸ CYNAMON, Szachna Elias., et al. A experiência do Programa Universidade Aberta e suas contribuições para a transformação social. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, 2005, p. 202. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232005000500021. Acesso em 05 de abril de 2015.

levantamento sobre as condições sociais, ambientais, econômicas e culturais das comunidades da região.¹⁹⁹

No âmbito internacional, o projeto se articulou com a Rede Brasileira de Habitação Saudável (RBHS), espaço de interação entre instituições governamentais, acadêmicas, agências técnico-científicas, e sociedade civil que visava contribuir para a melhoria da qualidade habitacional da área urbana e rural. Neste fórum eram realizados contatos internacionais, como o estabelecido com a Rede Interamericana de Habitação Saudável, propiciando o surgimento, entre outros, de oportunidades de cooperação e novos investimentos.²⁰⁰ A proposta de urbanização da Comunidade Mandela de Pedra também alcançou visibilidade internacional ao ser premiada em 2002, no Concurso Pan Americano de Vivienda Saludável, sob a responsabilidade da Organização Pan-americana de Saúde.²⁰¹

Embora o projeto original não aponte de forma explícita a questão da violência na região de Manguinhos como um elemento propulsor da criação do Universidade Aberta, estudos posteriores agregam esta preocupação como um dos motivos para sua elaboração, implementação e continuidade. A violência no espaço, no entanto, é apontada como uma dificuldade imposta ao desenvolvimento do projeto, pois, segundo seus coordenadores, seu aumento na região contribuiu para que as atividades do Universidade Aberta se restringissem às ações no espaço da Fiocruz, como o Centro de Saúde, as associações de moradores e as escolas municipais.²⁰²

Importa ressaltar que em um Projeto de Pesquisa – Universidade Aberta, assinado por Szachna Cynamon,²⁰³ há uma reordenação do objetivo geral do projeto, segundo o qual a violência apareceria

nas mais diversas formas nas relações humanas e cada caso específico pode ter suas explicações, mas na base está a falta de

¹⁹⁹ FIGUEIREDO, Isabela Lira. 10 anos de Universidade Aberta: O encontro da Fiocruz com as comunidades de Manguinhos pela transformação social. 1ª ed. Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ, 2003, p. 58. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

²⁰⁰ FIGUEIREDO, Isabela Lira. 10 anos de Universidade Aberta: O encontro da Fiocruz com as comunidades de Manguinhos pela transformação social. 1ª ed. Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ, 2003, p. 58-59. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

²⁰¹ FIGUEIREDO, Isabela Lira. 10 anos de Universidade Aberta: O encontro da Fiocruz com as comunidades de Manguinhos pela transformação social. 1ª ed. Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ, 2003, p. 59. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

²⁰² CYNAMON, Szachna Elias., et al. A experiência do Programa Universidade Aberta e suas contribuições para a transformação social. Revista Ciência & Saúde Coletiva, 2005, p. 201. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232005000500021. Acesso em 05 de abril de 2015.

²⁰³ Projeto de Pesquisa/Projeto Articulado de Melhoria de Qualidade de Vida – Universidade Aberta. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

entendimento entre pessoas e do reconhecimento de uns com relação aos outros do território de cada um; e quando se apresenta da sociedade maior para no indivíduo o desconhecimento do que se convencionou chamar de direito da cidadania.²⁰⁴

No 1º Relatório Anual do Projeto PAPES (nº 148), no anexo II, foram apresentadas diversas propostas para o ano de 1995, entre elas, a ampliação das atividades do projeto, com a implantação efetiva do Universidade Aberta, e a sinalização do aumento dos esforços voltados para implantação da “Cooperativa Mista do Complexo de Manguinhos, dentro do espírito da luta de Betinho e D. Mauro Morelli de luta contra a fome, a miséria e o desemprego”.²⁰⁵ Nesta perspectiva, o projeto da cooperativa seria credenciado como ‘sociedade civil’, com o objetivo de enquadramento nos benefícios da lei em vigor e das possíveis contribuições da “sociedade civil não carente”.²⁰⁶ Destacou-se, ainda neste relatório, como primeiros passos do Projeto Universidade Aberta, o seu redirecionamento e alinhamento, também, para as questões relativas à geração de emprego e renda, em especial, para o fortalecimento da Cooperativa de Trabalhadores Autônomos de Manguinhos (COOTRAM).

²⁰⁴ Projeto de Pesquisa/Projeto Articulado de Melhoria de Qualidade de Vida – Universidade Aberta, p. 1. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

²⁰⁵ Projeto de Pesquisa/Projeto Articulado de Melhoria de Qualidade de Vida – Universidade Aberta, Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

²⁰⁶ Projeto de Pesquisa/Projeto Articulado de Melhoria de Qualidade de Vida – Universidade Aberta. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

Capítulo III

COOTRAM e Fiocruz: a construção de uma proposta de desenvolvimento social e econômico de Manguinhos

Capítulo III

COOTRAM e Fiocruz: a construção de uma proposta de desenvolvimento social e econômico de Manguinhos

Pretende-se analisar a trajetória histórica da COOTRAM, na perspectiva de compreender sua caracterização como uma cooperativa popular, assim como perceber os princípios que regiam sua estrutura e organização, em especial a ideia de que esta, através da gestão participativa, promoveria o desenvolvimento e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade de vida da população da região de Manguinhos.

Cabe, ainda, ressaltar na proposta a perspectiva de análise das articulações e das parcerias com instituições públicas, organizações civis, esferas públicas, produzidas e que vieram possibilitar a instalação e funcionamento da COOTRAM, em especial, a estabelecida entre a cooperativa e a Fiocruz, bem como seus desdobramentos.

3.1 - Criação da COOTRAM: uma nova atuação da Fiocruz

Em 22 de novembro de 1994, durante uma assembleia geral, na qual participaram pesquisadores da Fiocruz, moradores da região de Manguinhos e representantes das associações de moradores foi criada, pelo Projeto Universidade Aberta, a Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos do Complexo de Manguinhos Ltda. (COOTRAM). Esta contava com o apoio da Presidência da Fiocruz, e também da “Ação pela Cidadania Contra a Miséria e pela Vida”²⁰⁷, do Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida (COEP)²⁰⁸, do Banco do Brasil e da Incubadora de Cooperativas da COPPE-UFRJ. A criação da

²⁰⁷ A Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida “nasceu em 1993, formando uma imensa rede de mobilização de alcance nacional para ajudar 32 milhões de brasileiros que, segundo dados do Ipea, estavam abaixo da linha da pobreza.” A AÇÃO DA CIDADANIA CONTRA A MISÉRIA E PELA VIDA. Disponível em: <http://www.acaodacidadania.com.br/?page=quemsomos>. Acesso em 15 de novembro de 2015.

²⁰⁸ “O Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e Pela Vida - COEP é um colegiado, de caráter associativo, sem fins lucrativos, criado em 02 de agosto de 1993, no Fórum de Ciência e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Resultado de um movimento de mobilização da sociedade civil contra a pobreza e a exclusão, liderado pelo sociólogo Herbert de Sousa, o Betinho, o COEP reúne cerca de 700 entidades distribuídas em 20 comitês estaduais com o objetivo articular e incentivar ações que promovam e desenvolvam programas e projetos para o Combate à Fome e à Miséria e construção de segurança alimentar, em atendimento ao Artigo 3 a da Constituição Federal de 1988.” Cf. RUAS, João Luiz de Lima. ITCP – Uma Cronologia Documental. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, [s/d.].

COOTRAM se relacionava às ideias vigentes na década de 1990, as quais buscavam alternativas estratégicas para o desenvolvimento social e econômico das regiões caracterizadas como vulneráveis e a opção pelo cooperativismo. A princípio, pareceu englobar os fatores que seus elaboradores julgavam necessários ao alcance de uma sociedade mais justa e solidária.

Como descrito em sua Ata de Criação e Estatuto Social, a COOTRAM tinha como objetivo atuar na “defesa socioeconômica de seus associados por meio da ajuda mútua, procurando libertá-los do intermediário trabalhista, mediante o trabalho autônomo em atividades agropecuárias, industriais, comerciais, prestação de serviços e exploração mineral”²⁰⁹. Na assembleia de criação, procedeu-se a aprovação do estatuto social, definido após o debate de seu projeto, através do voto dos cooperados fundadores, estabelecendo-se o valor das quotas a serem financiadas pelos cooperados, a fim de possibilitar a formação do capital social da cooperativa. Na mesma ocasião foram indicados, através do processo de votação, os membros que comporiam os órgãos sociais da cooperativa conforme orientação do próprio estatuto. Assim, foram eleitos, na assembleia de criação, como presidente Szachna Elias Cynamon (Fiocruz/DSSA) e como secretário Washington Luiz Mourão Silva (Fiocruz/DSSA). Para compor o conselho administrativo foram indicados Eduardo Alves Mendonça (Fiocruz/DSSA), João Pedro Silva (Comunidade Cabo Verde), Lucia Cristina dos Santos Souza (Comunidade Parque Carlos Chagas), Deoclécio Figueira da Silva (Comunidade Parque Oswaldo Cruz), Lucia Tereza Venâncio (Conjunto Habitacional Nelson Mandela), Carlos Castilho de Nascimento (Conjunto Habitacional Nelson Mandela), José Armando da Silva (Radio Trans-Manguinhos), Sueli Vieira Gomes (Comunidade CHP2), Ney Mendonça (Vila Turismo), Aldo Pacheco Ferreira (Fiocruz/Dirac), Manoel Rodrigues Tavares, Maria Cristina Botelho de Figueiredo (Fiocruz/CSEGSF) e Elizabeth Torres da Silveira (Fiocruz/EPJSV). Como membros do conselho fiscal foram eleitos Gilberto da Silva (Comunidade Parque Carlos Chagas), João Caetano dos Santos Ramos (Comunidade CHP2) e Erotides Araújo da Silva (Comunidade Parque Carlos Chagas).²¹⁰ A cooperativa, como previsto em seu estatuto, apresentava em sua constituição uma organização que articulava em cargos estratégicos tanto pesquisadores da Fiocruz, quanto moradores da região de Manguinhos. No que se referia à diretoria da cooperativa, esta foi estabelecida, conforme

²⁰⁹ Ata de Assembleia Geral de Constituição da Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos de Manguinhos Ltda. 22/11/1994. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

²¹⁰ Ata de Assembleia Geral de Constituição da Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos de Manguinhos Ltda. 22/11/1994. Acervo do Fundo Szachna Cynamon; Estatuto Social da Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos de Manguinhos Ltda. 22/11/1994. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

descrito em seu estatuto social, durante a primeira reunião do conselho administrativo.²¹¹ Cabe ressaltar que, até este momento, a Fiocruz estava regida pelo estatuto aprovado e sancionado pelo Presidente da República, Ernesto Geisel, em 1976, no qual não estava incluída a possibilidade de sua atuação voltada, também, para o caráter social. A partir do ano de 1988, a Fiocruz iniciou um processo de mudança em seu Estatuto, cujas indicações foram apresentadas no 1º e 2º congressos internos para debate, sendo somente aprovado em junho de 2003.

3.2 - COOTRAM: algumas parcerias e articulações

O estatuto social da cooperativa condensava em seu regulamento o conjunto de regras que a organização pretendia pôr em prática para seu funcionamento. Definia seus objetivos sociais, entre os quais destacam-se os princípios da educação relativa ao cooperativismo com o aperfeiçoamento profissional técnico de seus associados e dependentes, a ‘participação de campanhas’ que viessem a expandir o cooperativismo e difundissem a ideia da vida comunitária. A cooperativa previa que poderiam associar-se tanto trabalhadores autônomos da região, como moradores de outras áreas, desde que não houvesse trabalhadores com as especificidades requeridas nas Comunidades de Manguinhos, assim como pessoas que exercessem atividades na Fiocruz. Além disso, também poderiam integrar a cooperativa técnicos, professores e servidores, quando necessários, devido às suas especialidades.²¹² Elaborada, em especial, para atender à necessidade verificada pelos pesquisadores do Projeto Universidade Aberta, de criação de vagas de empregos formais nas áreas circunvizinhas, a COOTRAM, em seu estatuto social, não estabelecia, no entanto, como pré-requisito exclusivo que os associados fossem moradores de Manguinhos. Estava previsto pelo estatuto que os pretendentes a sócios da cooperativa, antes de serem efetivados, deveriam ter acesso a uma explicação sobre os objetivos da COOTRAM, a qual englobasse informações sobre como

²¹¹ Ata de Assembleia Geral de Constituição da Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos de Manguinhos Ltda.

Estatuto Social da Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos de Manguinhos Ltda. 22/11/1994. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

²¹² Estatuto Social da Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos de Manguinhos Ltda. P.3-4. 22/11/1994. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

seria sua atuação, quais seriam suas finalidades, direitos e deveres, assim como uma elucidação sobre o cooperativismo de forma geral.²¹³

Conforme descrito no Projeto Piloto da COOTRAM, a ideia de constituir uma cooperativa popular partiu, inicialmente, da presidência da Fiocruz, que já se encontrava formalmente vinculada ao COEP.²¹⁴ O interesse e o contato da fundação com a questão da fome e seus desdobramentos, em especial sua participação no comitê de combate à fome, contribuíram para a elaboração da proposta de criação da cooperativa de trabalhadores em Manguinhos. Apesar da COOTRAM estar, desde sua origem, vinculada ao Projeto Universidade Aberta, este não apresentava claramente incluído em seus objetivos a questão da fome nem, tão pouco, a possibilidade de articulação com o COEP, embora a ENSP já apresentasse interesse pelo tema.

No decorrer do Fórum de Ciência e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que ocorreu em 28 de maio de 1993, sob coordenação de Luiz Pinguelli (Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia-Coppe/UFRJ), em parceria com Herbert de Souza (secretário executivo do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas-IBASE), foi organizada uma reunião, na qual foi criado o Comitê de Empresas Públicas (COEP), mais adiante denominado de Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida, que contou, entre outros, com representantes da Fiocruz. A missão do COEP consistia na mobilização e articulação de organizações e pessoas para o desenvolvimento de iniciativas de combate à fome e à miséria no Brasil e previa uma atuação descentralizada, sem hierarquia, com preservação da autonomia e da lógica empresarial. O Comitê estruturaria suas ações a partir de amplos temas, como ‘segurança alimentar e nutricional’, ‘desenvolvimento comunitário com geração de trabalho e renda’, ‘participação social e políticas públicas’, ‘comunicação e informação’ e ‘direitos humanos e sociais’.²¹⁵

²¹³ Estatuto Social da Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos de Manguinhos Ltda. 22/11/1994. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

²¹⁴ Projeto Piloto de Implantação de Cooperativa de Trabalhadores Autônomos do Complexo de Manguinhos, s/d. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

²¹⁵ Histórico. In: Rede Nacional de Mobilização Social COEP. Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida 1993-2002: “Nove Anos Construindo Caminhos”. 2002. Disponível em: <http://www.coepbrasil.org.br/coep20anos/UploadArquivo/files/LivroDocumentosCOEP.pdf>. Acesso em 24 de abril de 2015.

Figura 6: Reunião do Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ, 1993



Fonte: COEP. Disponível em: <http://www.coepbrasil.org.br/coep20anos/publico/Home.aspx>. Acesso em 11 de novembro de 2016

Em junho, a ESNP, em parceria com o Conselho Regional de Nutricionistas e com a participação, como palestrante, de Herbert de Souza, organizou o “Fórum de debates sobre as políticas de combate à fome: prioridades?”, o qual buscava promover uma discussão sobre as políticas públicas voltadas para a questão da fome no Brasil como, por exemplo, os programas de cunho assistencialista que, quase sempre, atuavam com ações emergenciais e não promoviam o enfrentamento das questões estruturais que possibilitariam a superação do quadro da fome do país. Endossava a ideia, corrente no momento, da necessidade de transformar a Segurança Alimentar em prioridade do governo.²¹⁶A aproximação da Fiocruz, em especial da ENSP, com os idealizadores e integrantes do COEP, assim como sua atuação nos debates voltados ao combate à fome e à miséria, vai se consolidando, ao passo em que a instituição auxiliava e promovia fóruns de discussão sobre o tema e indicava representantes para reuniões do comitê de combate à fome, como percebido nos dois fóruns que ocorreram no ano de 1993.

²¹⁶ Memorando nº 073/93 – GD/ENSP. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

A constituição dos dois fóruns, tanto o da UFRJ como o da ENSP, não contava formalmente com os formuladores da proposta do Projeto Universidade Aberta, apesar desta já estar em fase de elaboração, o que denota, claramente, a incorporação do tema da fome no projeto somente após sua implantação. A incorporação das diretrizes formuladas pelo COEP ao Projeto Universidade Aberta se processou a partir dos esforços da direção da ENSP em adequar as propostas e sugestões de Herbert de Souza às atividades desenvolvidas na Fiocruz, como relata Paulo Buss, no trecho de entrevista a seguir:

Eu fui acompanhando como vice-presidente, eu fui acompanhando o Morel numa reunião que aconteceu no fórum da UFRJ na praia vermelha, estavam vários dirigentes, porque o Betinho tinha uma capacidade de convocatória particularmente... eu animado e tendo combinado com o Morel eu me joguei um pouco mais em fazer propostas. Eu já tinha sido diretor da escola de saúde pública e nós tínhamos um projeto na escola muito ligado ao tema que eu trabalhei e depois, durante a década de 90, foi a promoção da saúde... e de lá eu já vim pensando como que envolveria escola de saúde pública que eu era diretor, que a escola tem uma vocação natural pra isso... ela tinha um centro de saúde chamado Centro de Saúde Germano Sinval Faria que atendia e atende até hoje as pessoas da comunidade de Manguinhos.²¹⁷

A fundação, que já se inseria nas redes de mobilizadores sociais, alinhou as diversas propostas sugeridas pelas organizações com o desenvolvimento de propostas próprias de busca de soluções para a questão da fome. A sensibilidade da instituição para os problemas sociais já transparecia em alguns projetos a serem desenvolvidos pela instituição em Manguinhos, como, por exemplo, o Projeto Articulado de Melhoria de Qualidade de Vida – Universidade Aberta, ainda em fase de implementação, o qual almejava o desenvolvimento da região do entorno.

Diante do destaque conferido às questões sociais voltadas para o combate à miséria e para a melhoria da qualidade de vida, no decorrer da década de 1990, foram produzidos diversos estudos voltados para a identificação e mensuração da desigualdade, distribuição de renda e condições de vida elaborados por vários órgãos. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por exemplo, a partir de dados do censo demográfico de 1991, elaborou o mapa do desenvolvimento humano, o qual revelou informações sobre a vida da população brasileira. Dentre estas, as que compunham o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que permitiu a elaboração da escala de desenvolvimento dos 161 bairros do município do Rio de Janeiro. Ocupando a posição 155ª, o bairro de Manguinhos apresentava um dos mais baixos

²¹⁷ Entrevista concedida por Paulo Buss, no dia 03 de outubro de 2016, para o projeto História de Manguinhos, entrevistado por Tania Maria Fernandes, André Luiz da Silva Lima e Vanêssa Alves Pinheiro no CRIS Fiocruz.

índices de desenvolvimento humano da cidade do Rio de Janeiro.²¹⁸ Outra pesquisa realizada neste período refere-se ao Mapa da Fome, produzida pelo IPEA, que contribuiu para a identificação de áreas onde se localizava a população mais pobre do Brasil. Em conjunto com outros estudos, tais pesquisas conferiram destaque às questões relativas à miséria e à fome no país, fomentando diversas ações e articulações entre instituições e a sociedade civil em prol da erradicação e/ou minimização da pobreza no país.

A mobilização de diversos segmentos da sociedade civil contribuiu para a criação da Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida, que surgiu como um dos desdobramentos do Movimento Pela Ética na Política,²¹⁹ em 1993. A Ação da Cidadania, tendo como coordenadora da secretaria executiva nacional Maria José Jaime, buscava sensibilizar a sociedade para a necessidade de se promover mudanças na esfera política, econômica e social do Brasil, sendo composta por 7 entidades da sociedade civil: Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Cáritas, representando a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Conselho Federal de Economia (Cofecon), Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (Inesc), Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes).²²⁰ Na mesma ocasião, o então presidente do Partido dos Trabalhadores (PT), Luís Inácio Lula da Silva, dirigiu uma proposta de plano de combate à fome ao Presidente da República Itamar Franco, que assumia como prioridade de governo a erradicação da fome.

O plano proposto se pautava na noção de ‘segurança alimentar’ e relacionava o combate à fome à reforma agrária e à distribuição de renda²²¹, incorporando, ainda, a sugestão

²¹⁸ BODSTEIN, Regina, ZANCAN, Lenira. Avaliação das Ações de Promoção da Saúde em Contextos de Pobreza e Vulnerabilidade Social. In: BODSTEIN, Regina, ZANCAN, Lenira, MARCONDES, Willer B. (org.). Promoção da saúde como caminho para o desenvolvimento local: a experiência em Manguinhos. Rio de Janeiro: Abrasco/Fiocruz, 2002, p. 42.; PIVETTA, Fatima. Laboratório Territorial como Instância para a Promoção da Saúde Contribuição para as Discussões acerca do Programa DLIS Manguinhos. In: BODSTEIN, Regina, ZANCAN, Lenira, MARCONDES, Willer B. (org.). Promoção da saúde como caminho para o desenvolvimento local: a experiência em Manguinhos. Rio de Janeiro: Abrasco/Fiocruz, 2002, p. 266.

²¹⁹ Criado em julho de 1992, no Rio de Janeiro, sob a liderança de Herbert de Souza, o Movimento pela Ética na Política consistia em uma ampla mobilização nacional em prol do fim da corrupção e dos problemas sociais, como a fome. Este contribuiu para o impeachment do presidente da república, Fernando Collor de Mello. Cf. NASCIMENTO, Renato Carvalheira do. A fome como uma questão social nas políticas públicas brasileiras. Revista IDeAS, v. 3, n. 2, p. 197-225, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4059720.pdf>. Acesso em: 23 de maio de 2016.

²²⁰ SECRETARIA EXECUTIVA NACIONAL DA AÇÃO DA CIDADANIA. I Conferência Nacional de Segurança Alimentar/ Conselho Nacional de Segurança Alimentar. Brasília, 1995, p. 12. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/1deg-conferencia-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional/11-conferencia-completa-1.pdf/view>. Acesso em 04 de julho de 2016.

²²¹ RADIS. Súmula nº 45, abril, 1993. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=Radi>

de criação de um conselho específico para ordenação dos trabalhos voltados à questão da fome. Após ampla discussão sobre a questão, foi estabelecida a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea),²²² órgão de caráter consultivo vinculado à Presidência da República, cuja instalação oficial ocorreu em maio de 1993, apresentando como missão a realização de ações voltadas para o combate à miséria e à fome e para reivindicação junto ao governo de soluções estruturais²²³. A este competia propor e opinar sobre:

I - ações voltadas para o combate à fome e o atingimento de condições plenas de segurança alimentar no Brasil, no âmbito do setor governamental e não-governamental;

II - medidas capazes de incentivar a parceria e integração entre os órgãos públicos e privados, nacionais e internacionais, visando a garantir a mobilização e racionalização do uso dos recursos, bem como a complementariedade das ações desenvolvidas;

III - campanhas de conscientização da opinião pública para o combate à fome e à miséria, com vistas à conjugação de esforços do governo e da sociedade;

IV iniciativas de estímulo e apoio à criação de comitês estaduais e municipais de combate à fome e à miséria, bem como para a unificação e articulação de ações governamentais conjuntas entre órgãos e pessoas da Administração Pública Federal direta e indireta e de entidades representativas da sociedade civil, no âmbito das matérias arroladas nos incisos anteriores.²²⁴

Presidido pelo bispo da Diocese de Duque de Caxias (RJ), Dom Mauro Morelli, o Consea era formado por 8 ministros de Estado²²⁵ e 21 representantes da sociedade civil, sendo 19 destes indicados pela Ação da Cidadania.²²⁶

Em 28 de outubro de 1993, o COEP, em parceria com o Consea, elaborou um plano de ação com quatro frentes de trabalho, o qual sugeria a formação de um grupo de trabalho composto pela Fiocruz, Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), Conselho de

s20&pesq=dados. Acesso em: 12 de janeiro de 2017.

²²² Em 1995, Fernando Henrique Cardoso ao assumir a presidência da república lançou o Programa Comunidade Solidária, que resultou no fim de algumas estruturas voltadas ao combate à fome e a pobreza, entre elas do Consea. Cf. SILVA, Sandro Pereira. A Trajetória Histórica da Segurança Alimentar e Nutricional na Agenda Política Nacional: Projetos, Descontinuidades e Consolidação. Texto para discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília/Rio de Janeiro: Ipea, 2014, pp. 26-27. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3019/1/TD_1953.pdf. Acesso em: 19 de novembro de 2016.

²²³ SECRETARIA EXECUTIVA NACIONAL DA AÇÃO DA CIDADANIA. I Conferência Nacional de Segurança Alimentar/ Conselho Nacional de Segurança Alimentar. Brasília, 1995, p.14. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/1deg-conferencia-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional/1-conferencia-completa-1.pdf/view>. Acesso em: 04/07/2016.

²²⁴ BRASIL. Decreto nº 807, de 22 de abril de 1993. Institui o Conselho Nacional de Segurança Alimentar Consea e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil Brasília, 24 de abril de 1993.

²²⁵ Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República; Fazenda; Chefe da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República; Saúde; Educação e do Desporto; Trabalho; Bem-Estar Social; Agricultura.

²²⁶ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Herbert José de Sousa. Verbete biográfico. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/herbert-jose-de-sousa>. Acesso em: 17 de março de 2016.

Missão entre Povos Indígenas (COMIN) e Empresa de Telecomunicações (Embratel), com o objetivo de criar uma proposta de treinamento à distância de recursos humanos, no campo do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN). Outro grupo de trabalho constituído pela Fiocruz, Consea, INAM, COMIN, Banco do Brasil e Embratel, também foi formado, visando a discussão de alternativas à proposta do “mapeamento das crianças desnutridas menores de cinco anos – Criança Contra a Fome e pela Vida”.²²⁷

O COEP também estabeleceu uma série de projetos prioritários. Entre eles o ‘Treinamento de Recursos Humanos para Vigilância Nutricional’, o qual necessitaria da parceria do Ministério da Saúde, Fiocruz, secretarias estaduais e municipais, entre outros, e que deveria ser formulado entre a Embratel e a Fiocruz.²²⁸ O comitê previa a constituição de duas linhas de atuação, uma voltada para ações emergenciais com resultados assistenciais e imediatos e outra com ações de cunho estrutural, que fomentariam diversas propostas com aplicabilidade a nível nacional, como um plano voltado para a geração de emprego e renda.²²⁹

A evidência da questão da fome motivou a realização da I Conferência Nacional de Segurança Alimentar, em Brasília, entre os dias 27 e 30 de julho de 1994, na qual estiveram presentes cerca de duas mil pessoas, entre delegados, convidados, observadores do país e do exterior, o presidente Itamar Franco, Dom Mauro Morelli, Herbert de Souza, ministros de Estado, parlamentares, embaixadores e quase todos os conselheiros do Consea. Os temas selecionados para discussão na conferência eram ‘Alimentação e Nutrição’, ‘Condições e Requisitos para a Segurança Alimentar’, ‘Propostas para uma Política de Segurança Alimentar’ (subdividido em questão agrária e desenvolvimento rural, políticas agrícolas e de abastecimento alimentar, desenvolvimento urbano, assistência social, saúde, educação, geração de emprego e renda, participação popular e democrática)²³⁰. Os objetivos do evento consistiam em:

²²⁷ Plano de Ação do Comitê de Empresas Estatais, 28/10/1993. Rede Nacional de Mobilização Social COEP. Disponível em: <http://www.coeptbrasil.org.br/portal/publico/apresentarConteudo.aspx?CODIGO=C200812315188156>. Acesso em: 15 de outubro de 2016.

²²⁸ Histórico. In: Rede Nacional de Mobilização Social COEP. Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida 1993-2002: “Nove Anos Construindo Caminhos”. 2002, p. 5. Disponível em: <http://www.coeptbrasil.org.br/coep20anos/UploadArquivo/files/LivroDocumentosCOEP.pdf>. Acesso em 24 de abril de 2015.

²²⁹ Histórico. In: Rede Nacional de Mobilização Social COEP. Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida 1993-2002: “Nove Anos Construindo Caminhos”. 2002, p. 2. Disponível em: <http://www.coeptbrasil.org.br/coep20anos/UploadArquivo/files/LivroDocumentosCOEP.pdf>. Acesso em 24 de abril de 2015.

²³⁰ SECRETARIA EXECUTIVA NACIONAL DA AÇÃO DA CIDADANIA. I Conferência Nacional de Segurança Alimentar/ Conselho Nacional de Segurança Alimentar. Brasília, 1995, p. 30-31. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/1deg-conferencia-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional/1-conferencia-completa-1.pdf/view>. Acesso em 04 de julho de 2016.

discutir o conceito de segurança alimentar como componente de um projeto nacional transformador da realidade que produz e reproduz a fome, a miséria e a exclusão social; obter consenso sobre prioridades e diretrizes para formulação de políticas e proposição de instrumentos de intervenção; discutir o processo de construção da cidadania; identificar alternativas e promover a troca de experiências em desenvolvimento na sociedade; e identificar novas formas e mecanismos de parceria e articulação entre ações governamentais e não governamentais, tendo em vista a construção de uma nova relação Estado/Sociedade.²³¹

A questão da fome, como pode ser observado, além de adquirir um contorno mais amplo, à medida em que as ações para a erradicação da miséria e da fome não se encontravam restritas apenas à distribuição de alimentos à população pobre do país, deveria ser discutida no âmbito da ‘segurança alimentar’. A noção do termo segurança alimentar é descrita pelo Mapa da Fome²³² e, também, verificada na I Conferência Nacional de Segurança Alimentar como o acesso permanente de “todas as pessoas e em todos os momentos a uma alimentação suficiente para uma vida ativa e saudável”.²³³ O que se constatou na década de 1990 foi um debate abrangente de diversos setores da sociedade em busca de medidas e estratégias que eliminassem as causas da questão alimentar.

Para o IPEA, no efetivo combate à fome, o governo deveria assumi-lo como ponto central de estratégia de desenvolvimento.²³⁴ Assim, a conferência de 1995 instituiu algumas diretrizes para uma política nacional de segurança alimentar definida por 3 eixos que visavam, cada qual, respectivamente: ampliar as condições de acesso à alimentação e reduzir o seu peso familiar; assegurar saúde, nutrição e alimentação a grupos populacionais determinados; assegurar a qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos e seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilo de vida saudável. Ao longo destes eixos estavam distribuídas 10 prioridades, sendo a primeira, a orientação referente ao

²³¹ SECRETARIA EXECUTIVA NACIONAL DA AÇÃO DA CIDADANIA. I Conferência Nacional de Segurança Alimentar/ Conselho Nacional de Segurança Alimentar. Brasília, 1995, p. 30. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/1deg-conferencia-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional/1-conferencia-completa-1.pdf/view>. Acesso em 04 de julho de 2016.

²³² No início da década de 1990 há uma ampliação do debate acerca dos determinantes da fome e de possíveis estratégias para sua eliminação que culminaram no alargamento do conceito e também em uma maior utilização do termo por diversos órgãos, sendo afirmado como um direito básico. Cf. SILVA, Sandro Pereira. A Trajetória Histórica da Segurança Alimentar e Nutricional na Agenda Política Nacional: Projetos, Descontinuidades e Consolidação. Texto para discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília/Rio de Janeiro: Ipea, 2014, p. 13. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3019/1/TD_1953.pdf. Acesso em 19 de novembro de 2016.

²³³ INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. O Mapa da Fome: subsídios à formulação de uma política de segurança alimentar. Documento de Política nº 14, vol.1. Brasília, p. 5.

²³⁴ INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. O Mapa da Fome: subsídios à formulação de uma política de segurança alimentar. Documento de Política nº14, vol.1. Brasília, p. 6.

‘desenvolvimento para a geração de empregos e distribuição de renda’²³⁵. A I Conferência Nacional de Segurança Alimentar consistiu em um espaço para um amplo debate sobre estratégias e políticas públicas voltadas para a erradicação da fome e miséria no Brasil, tendo o COEP contribuído para o evento, entre outros, também, com sugestões de temas a serem discutidos.

Consoante ao Mapa da Fome, a carência alimentar que atingia cerca de 32 milhões de brasileiros, não poderia ser explicada apenas pela falta de alimentos, visto que o país possuía uma significativa capacidade produtiva. O cerne da questão estaria na distorção entre o poder aquisitivo da população e o custo relativo à aquisição de alimentos. Neste sentido, buscando novas propostas para o enfrentamento da questão da fome, em fevereiro de 1994, ocorreu a 1ª reunião ordinária do Consea, na qual o grupo 5, relativo às empresas públicas, elaborou diversas propostas de resoluções ao conselho, como o ‘Programa de Aproveitamento de Águas Públicas para Produção de Pescado (Psicultura)’, o ‘Aproveitamento dos Poços já Perfurados da Petrobrás’, o ‘Uso de Terra das Empresas Estatais’, o ‘Programa Leite é Saúde’, a ‘Ação das Empresas Estatais no Programa de Combate à Fome e à Miséria’, a ‘Tele-educação para a Área de Saúde (Canal da Saúde)’. Esta última proposta, sob responsabilidade do Ministério da Saúde, da Embratel e da Fiocruz, indicava a importância da assinatura de um convênio ou documento similar, de caráter formal, que permitisse a implantação do Canal Saúde.²³⁶

O Canal Saúde, criado em fevereiro de 1994, instituído pela parceria entre a Fiocruz, o Ministério da Saúde e a Embratel, teve como objetivo, entre outros, implantar a educação continuada à distância no campo da saúde, cuja coordenação geral ficaria sob a responsabilidade da fundação, além de contar com um conselho diretor como órgão superior. Este configuraria, também, “como instrumento de captação de produções e de sua disseminação por meio de uma programação que atendesse às necessidades da população e do Sistema Único de Saúde.”²³⁷

²³⁵ SECRETARIA EXECUTIVA NACIONAL DA AÇÃO DA CIDADANIA. I Conferência Nacional de Segurança Alimentar/ Conselho Nacional de Segurança Alimentar. Brasília, 1995, pp. 90-91. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/1deg-conferencia-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional/1-conferencia-completa-1.pdf/view>. Acesso em: 04 de julho de 2016.

²³⁶ Propostas de Resolução do Consea, 02/1994. Rede Nacional de Mobilização Social COEP. Disponível em: <http://www.coeptbrasil.org.br/portal/publico/apresentarConteudo.aspx?CODIGO=C2008123154337734>. Acesso em 15 de outubro de 2016.

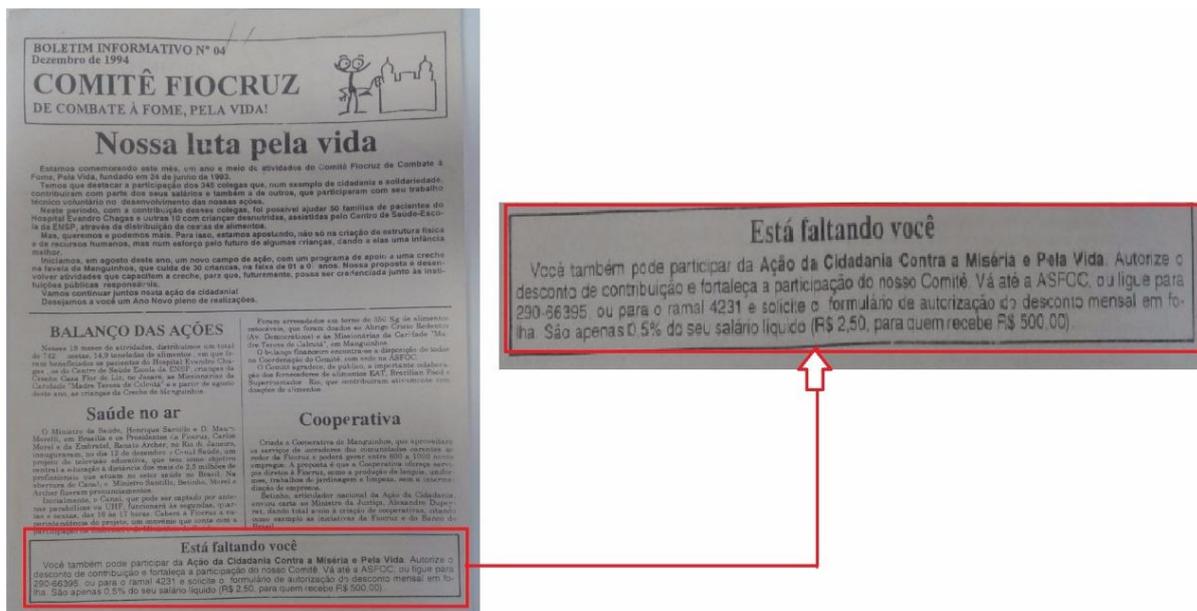
²³⁷ Canal Saúde, s/d. Rede Nacional de Mobilização Social COEP. Disponível em: <http://www.coeptbrasil.org.br/portal/publico/apresentarConteudo.aspx?CODIGO=C201133015280321>. Acesso em 15 de outubro de 2016.

3.3 - Fiocruz e COOTRAM: o combate à fome pela geração de trabalho e renda

Em junho de 1994, Paulo Buss, então vice-presidente da Fiocruz e representante da instituição no Comitê das Empresas Públicas, indicou formalmente as contribuições da fundação ao 'Plano de Combate à Fome pela Vida' em documento no qual explicitava ações específicas, como a divulgação das atividades do Consea e do COEP em publicações do Radis (Proposta, Tema, Dados e Súmula), que já havia produzido, inclusive, um número especial da revista *Dados* referente ao Mapa da Fome. O mesmo documento informava, também, a realização de treinamento de recursos humanos nas áreas de vigilância nutricional e organização de programas de saúde e nutrição que, para tal, teria utilizado o sistema de cursos descentralizados de saúde pública da ENSP. Além disso, indicava que a Fiocruz teria elaborado, através da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, um material de cunho pedagógico sobre saúde e nutrição voltado para o esclarecimento da relação entre a miséria, a fome e a saúde. Mencionava, ainda, no documento, a realização de estudos e pesquisas sobre saúde e nutrição que contribuiriam com o INAM, além de ressaltar a proposta do Canal Saúde e a criação e implantação da educação à distância, via satélite, e a elaboração do projeto piloto de cooperativa popular. O COEP possuía uma célula na Fiocruz (Comitê Fiocruz) que incluía, também, a distribuição de cestas básicas com o subsídio proveniente do desconto de 0,5% do salário de funcionários por intermédio da Associação dos Funcionários da Fiocruz (ASFOC).²³⁸ O Comitê Fiocruz, entre várias atividades, elaborava um boletim informativo para divulgar as ações do COEP e solicitar apoio para suas atividades, inclusive na obtenção de recursos, como o percebido no quadro no final do boletim a seguir, o qual incentivava a filiação e conseqüente pedido de doação aos funcionários da fundação.

²³⁸ Memorando circular n° 27/94 – VPEI. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

Figura 10: Boletim Informativo, nº4, dezembro de 1994



Fonte: Fundo Szachna Cynamon, Acervo da Casa Oswaldo Cruz/Fiocruz

O documento elaborado por Paulo Buss sobre a contribuição da Fiocruz ao Plano de Combate à Fome e pela Vida apontava para a inserção de ‘novas bandeiras’ ao COEP, e ressaltava que somente o processo de obtenção e distribuição de alimentos não seria capaz de efetivamente erradicar o problema da miséria e da fome no país, assim indicando a necessidade de outras medidas, inclusive ações de cunho estrutural.²³⁹

A interlocução entre o COEP e a Fiocruz, em certa medida, contribuiu para o desenvolvimento e ampliação de algumas ideias já expostas no Projeto Universidade Aberta, como a criação de atividades que gerassem emprego e renda para as Comunidades de Manguinhos, em especial a construção de uma cooperativa. No informe do Grupo Saúde do comitê, em 17 de fevereiro de 1994, o COEP elegeu quatro áreas prioritárias para o desenvolvimento de seu trabalho:

- 1- Contribuir na capacitação de recursos humanos do sistema de saúde para a gerências do Programa Leite é Saúde, através do treinamento de pessoas para o SISAN
- 2- Organizar um sistema permanente de capacitação de recursos humanos para o setor saúde, através da educação à distância pela televisão, via satélite.
- 3- Desenvolver pesquisas no campo da “epidemiologia da fome”
- 4- Antecipar-se ao Programa de Geração de emprego, com a proposta de organização de cooperativas populares nas áreas próximas às sedes das

²³⁹ Memorando circular nº 27/94 – VPEI. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

Empresas Estatais, visando substituir as empresas privadas prestadoras de alguns serviços pelas empresas cooperativas.²⁴⁰

Paulo Buss, representante da Fiocruz, responsável pelo relatório do Grupo de Saúde do COEP ao Consea, buscou estruturar no interior da instituição um processo voltado para a implantação de uma cooperativa popular que se tornasse um ‘estudo de caso’ ou ‘experiência piloto’, funcionando como estratégia para a substituição das empresas privadas de prestação de serviço por cooperativas, organizadas pelos próprios trabalhadores com o intuito de conferirem maiores rendimentos ou promover uma melhor distribuição dos recursos dispendidos pelas entidades públicas com a prestação de serviços.²⁴¹ Assim, houve a incorporação das ideias relativas à necessidade de promover a geração de trabalho e renda, como a criação de cooperativas populares em regiões próximas às sedes das entidades públicas voltadas para a criação de postos de trabalho para os moradores vizinhos às instituições. Por outro lado, Paulo Buss, por ser vice-presidente da Fiocruz e membro da ENSP, encontrava-se ligado a uma instituição pública localizada em uma região na qual havia a necessidade de criação de trabalhos formais. A fundação contava, ainda, com a implantação do Projeto Universidade Aberta, que previa, em seus subprojetos, ações voltadas para a complementação de renda. A COOTRAM representaria a concretização das estratégias de combate à fome estimuladas pelo COEP, que visava ações para além das atividades-fim das instituições públicas, como mencionado em depoimento por Paulo Buss: “O COEP criou uma nova cultura entre os dirigentes e funcionários das empresas públicas que dele participaram, que foi o compromisso social, para além das fronteiras restritas dos objetivos próprios de cada empresa”²⁴². O conceito de ‘compromisso social’ apresentado pelo COEP se relacionava com o desenvolvimento nas empresas de uma cultura voltada para a responsabilidade social das empresas públicas frente às questões relativas à miséria e à exclusão, inclusive com a divulgação de seus balanços sociais, os quais tratariam das atividades executadas em prol da sociedade²⁴³. Embora o ‘compromisso social’ da Fiocruz se referisse também às melhorias da

²⁴⁰ Informe. In: Rede Nacional de Mobilização Social COEP. Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida 1993-2002: “Nove Anos Construindo Caminhos”. 2002. Disponível em: <http://www.coeptbrasil.org.br/coep20anos/UploadArquivo/files/LivroDocumentosCOEP.pdf>. Acesso em 24 de abril de 2015.

²⁴¹ Informe. In: Rede Nacional de Mobilização Social COEP. Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida 1993-2002: “Nove Anos Construindo Caminhos”. 2002. Disponível em: <http://www.coeptbrasil.org.br/coep20anos/UploadArquivo/files/LivroDocumentosCOEP.pdf>. Acesso em 24 de abril de 2015. Memorando circular nº 27/94 – VPEI, Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

²⁴² REDE NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL COEP. Das ruas às redes: 15 anos de mobilização social na luta contra a fome e a pobreza/COEP. Rio de Janeiro: COEP, 2008, p. 96. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/ruas_redes_2008.pdf. Acesso em: 22 de abril em 2015.

²⁴³ PEITER, Gleyse. O papel do Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida. In: COEP. Compromisso social: Um novo desafio para as organizações. Rio de Janeiro: Oficina Social, 1999; REDE NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL COEP. Das ruas às redes: 15 anos de mobilização social na luta

qualidade de vida da população, este conceito se relacionava com a busca de respostas relativas aos problemas apresentados pelo quadro sanitário do país, no âmbito da saúde, com formação de recursos humanos, produção científica e tecnológica, etc.²⁴⁴

Como a implementação de cooperativas populares configuraria na contratação de uma empresa de prestação de serviço, os articuladores da COOTRAM constataram que sua viabilidade incidiria na necessidade de uma revisão da legislação referente à lei de licitações públicas e, conseqüentemente, sua adequação a tal proposta.²⁴⁵ Ainda em 1994, elaborou uma carta endereçada ao Ministro da Justiça, com o intuito de reforçar o apoio às ações do COEP de iniciativas voltadas para a geração de trabalho, em especial, na articulação do Banco do Brasil com a Fiocruz para a viabilização de cooperativas de prestação de serviço para as entidades públicas. Solicitava, portanto, que se promovessem alterações legais que pudessem viabilizar a implantação de cooperativas.²⁴⁶ O apoio à criação da COOTRAM também foi demonstrado publicamente pelo Consea através de uma moção de apoio, na qual destacava o caráter pioneiro e experimental da cooperativa.²⁴⁷

contra a fome e a pobreza/COEP. Rio de Janeiro: COEP, 2008, p. 144. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/ruas_redes_2008.pdf. Acesso em: 22 de abril em 2015.

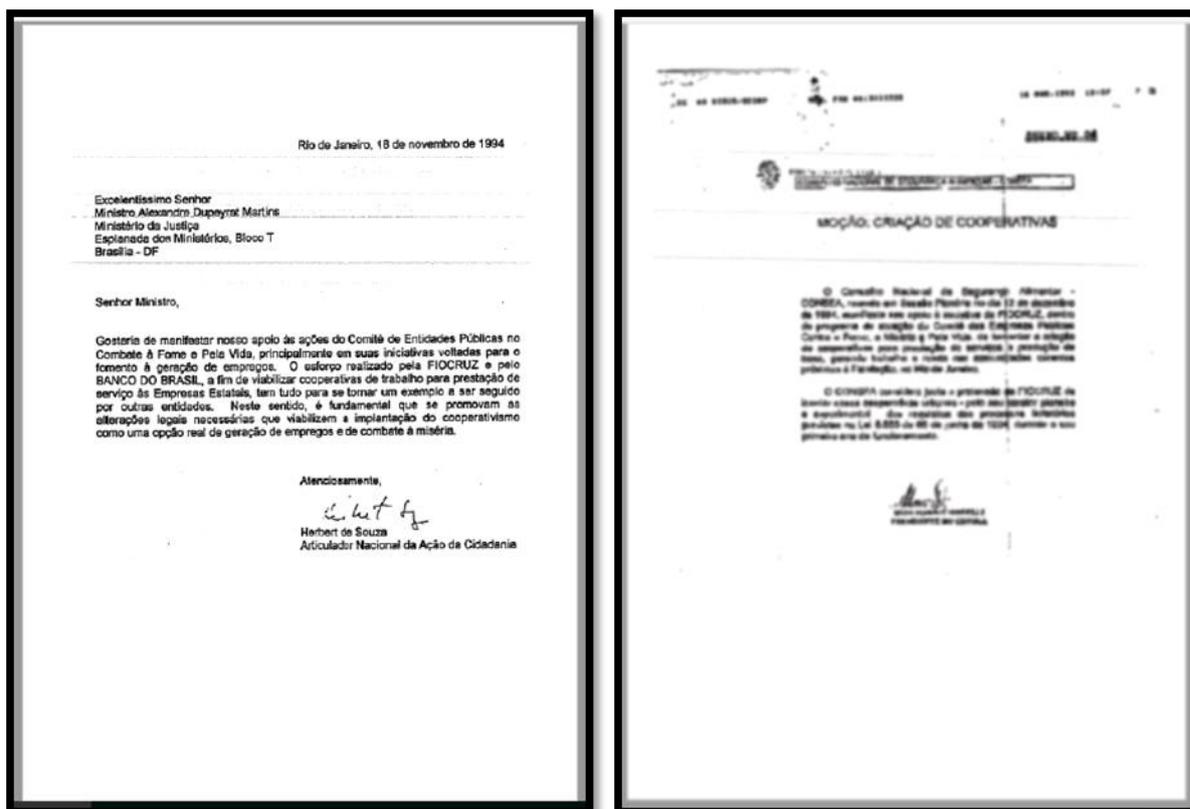
²⁴⁴ Relatório Final. II Congresso Interno: Ciência e Saúde: Compromisso Social da Fiocruz. Rio de Janeiro. Fiocruz. 1994, p. 26.

²⁴⁵ Histórico. In: Rede Nacional de Mobilização Social COEP. Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida 1993-2002: “Nove Anos Construindo Caminhos”. 2002. Disponível em: <http://www.coepbrasil.org.br/coep20anos/UploadArquivo/files/LivroDocumentosCOEP.pdf>. Acesso em 24 de abril de 2015.

²⁴⁶ Carta. In: Rede Nacional de Mobilização Social COEP. Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida 1993-2002: “Nove Anos Construindo Caminhos”. 2002, p. 122. Disponível em: <http://www.coepbrasil.org.br/coep20anos/UploadArquivo/files/LivroDocumentosCOEP.pdf>. Acesso em 24 de abril de 2015.

²⁴⁷ Moção. In: Rede Nacional de Mobilização Social COEP. Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida 1993-2002: “Nove Anos Construindo Caminhos”. 2002, p. 123. Disponível em: <http://www.coepbrasil.org.br/coep20anos/UploadArquivo/files/LivroDocumentosCOEP.pdf>. Acesso em 24 de abril de 2015.

Figuras 11 e 12: Carta ao Ministro da Justiça, 1994 (à esq.) e Moção de Apoio, 1994 (à dir.)



Fonte: Rede Nacional De Mobilização Social COEP. Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida 1993-2002: “Nove Anos Construindo Caminhos”. 2002. Disponível em: <http://www.coeprasil.org.br/coep20anos/UploadArquivo/files/LivroDocumentosCOEP.pdf>. Acesso em 11 de novembro de 2016

Quanto à Fiocruz, o apoio prático e efetivo ocorreu com a elaboração do anteprojeto do estatuto social da cooperativa, que para ser analisado foi encaminhado ao departamento jurídico do Banco do Brasil, o qual havia se disposto a auxiliar a implantação da COOTRAM. À fundação coube, ainda, o auxílio na

formação do fundo inicial permitindo a organização e implantação da coleta seletiva de lixo no campus com a venda do produto; com a doação de material inservível alienado para permitir a venda com o mesmo fim; com a compra, dentro do possível, de produtos e serviços da cooperativa.²⁴⁸

Esses pontos foram fundamentais para o início das atividades da COOTRAM, visto que propiciaram a obtenção de recursos financeiros para o funcionamento da cooperativa. Outro ponto, que contribuiu para sua implantação, refere-se às reuniões organizadas por alguns professores junto às lideranças locais, as quais ressaltavam o significado de uma cooperativa, esclarecendo seus preceitos legais.

²⁴⁸ Projeto Piloto de Implantação de Cooperativa de Trabalhadores Autônomos do Complexo de Manguinhos, s/d. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

O projeto piloto da cooperativa assumia, ainda, como base para sua implementação, o resultado do levantamento que indicava a existência de 98% de moradores favoráveis à implantação de uma cooperativa e de 81% de desempregados na região de Manguinhos, apesar de destacar que os moradores desempregados possuíam diversas habilitações profissionais.²⁴⁹ Os procedimentos utilizados para a obtenção desses dados, que justificaria a implantação da cooperativa na região, não foram, no entanto, descritos no projeto piloto, o que pode ter ocasionado uma distorção das informações divulgadas e discordância com os dados do IBGE.

Quanto à consultoria técnica, esta ficou a cargo do Banco do Brasil, que contratou para prestar assessoria os profissionais Irineu Righi (prof. da Universidade Federal de Santa Maria e vice-presidente da Federação de Cooperativas de Trabalhadores do Rio Grande do Sul) e Magle Jackeline Rauber (técnica da Cooperativa de Trabalhadores da Região Centro do Estado-COOTRASMA).²⁵⁰

A operacionalização da COOTRAM foi viabilizada por intermédio do Convênio de Cooperação (nº018/95), firmado, em 1995, com a Fiocruz, configurando-se como sua principal fonte de recursos e com duração inicial de 12 meses. Prorrogado diversas vezes, o convênio estabelecia um acordo de cooperação técnica de produção, de serviços e treinamento de pessoal e previa como objeto em sua Primeira Cláusula:

o desenvolvimento conjunto do projeto piloto de Implantação de Cooperativa de Trabalhadores Autônomos do Complexo de Manguinhos, vinculado ao Programa “Universidade Aberta”, com vistas a capacitação e treinamento de recursos humanos, através da oportunidade de aprendizado e trabalho, nas diversas áreas da Fiocruz.²⁵¹

Este convênio, conforme a cláusula referente aos recursos financeiros, estimava a disponibilização do montante de R\$ 3.258.164,70 (três milhões, duzentos e cinquenta e oito mil, cento e sessenta e quatro reais e setenta centavos) para as despesas referentes a sua execução, sendo os recursos repassados de acordo com o cronograma descrito no Plano de Trabalho da COOTRAM. Esta cláusula ainda informava que estava “vedada a realização de despesas relativas à prestação de serviços de consultoria, assistência técnica ou assemelhados,

²⁴⁹ Projeto Piloto de Implantação de Cooperativa de Trabalhadores Autônomos do Complexo de Manguinhos, s/d. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

²⁵⁰ Projeto Piloto de Implantação de Cooperativa de Trabalhadores Autônomos do Complexo de Manguinhos, s/d. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

²⁵¹ Convênio n ° 018/95. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

por servidor da administração direta ou indireta, que pertencesse, estivesse lotado ou em exercício em qualquer dos órgãos convenientes”.²⁵²

Também previa que as obrigações da Fiocruz deveriam consistir em

- 3.1. Disponibilizar, dentro de suas possibilidades, estrutura física e material necessária ao desenvolvimento profissional dos integrantes da COOTRAM;
- 3.2. Disponibilizar seus recursos humanos, dentro de suas possibilidades, principalmente seu corpo docente, para realização de cursos e treinamento destinados à capacitação dos cooperativados;
- 3.4. Coordenar e supervisionar as tarefas a serem desenvolvidas pelos cooperativados, no Campus da Fiocruz, com vistas a orientação, acompanhamento, controle e avaliação;
- 3.5. Repassar, de acordo com as suas disponibilidades orçamentárias, recursos necessários a operacionalização do objeto do presente instrumento.²⁵³

Importa ressaltar que este convênio celebrado entre Fiocruz e COOTRAM, o qual dispõe a configuração jurídica e legal da prestação de serviços da cooperativa à instituição, apresenta em sua elaboração um alinhamento com as políticas governamentais voltadas ao enfrentamento da miséria, principalmente quando observado que sua formalização contava como testemunhas Herbert de Souza e Ruth Cardoso, então representantes do Programa Comunidade Solidária.

O Programa Comunidade Solidária encontrava-se vinculado à Presidência da República, e apresentava como objeto “coordenar as ações governamentais voltadas para o atendimento da parcela da população que não dispõe de meios para prover suas necessidades básicas e, em especial, o combate à fome e à pobreza”²⁵⁴. Caracterizava-se por ser um órgão de caráter consultivo, que visava diversas ações governamentais como a geração de trabalho e renda, defesa de direitos e promoção social. Seus princípios norteadores eram ‘parceria’, ‘solidariedade’, ‘descentralização’ e ‘integração e convergência de ações’, elementos que foram preconizados nos discursos da Ação da Cidadania e do Plano de Combate à Fome e à Miséria, os quais buscavam promover uma sensibilização da sociedade para as questões sociais.²⁵⁵

²⁵² Convênio n° 018/95. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

²⁵³ Convênio n° 018/95. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

²⁵⁴ BRASIL. Decreto n° 1.366, de 12 de janeiro de 1995. Dispõe sobre o Programa Comunidade Solidária e dá outras providências. Brasília, 12 de janeiro de 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decret o/1995/D1366.htm. Acesso em: 11 de junho de 2016.

²⁵⁵ VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Fome, solidariedade e ética: uma análise do discurso da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida. História, Ciências, Saúde, vol. 11, maio-ago. Maguinhos: 2004; PELIANO, Ana Maria T. Medeiros, RESENDE, Luis Fernando de Lara, BEGHIN, Nathalie. O Comunidade Solidário: uma Estratégia de Combate à Fome e à Pobreza. Planejamento e políticas públicas n°

O Convênio de Cooperação nº018/95 alinha-se com os princípios supracitado, apresentando em destaque os seguintes pontos:

- 1- A necessidade de promover uma verdadeira parceria Estado-Comunidade, dada pela obrigação ética do poder público em melhorar a distribuição de renda da população, assumindo a sua função de fomento e de incentivo ao desenvolvimento econômico e social;
- 2- A atenção preferencial prevista pelo Programa Comunidade Solidária na implementação de programas e ações governamentais nas áreas de alimentação e nutrição, serviços urbanos, desenvolvimento rural, geração de emprego e renda, defesa de direitos e promoção sócia;
- 3- A própria essência da Fiocruz, que é também a de promover o bem-estar social da população através de uma saudável evolução da sua qualidade de vida, assim como os objetivos intrínsecos da cooperativa em unir uma população carenciada ante um objetivo comum de ascensão social e profissional;
- 4- A prática, em forma pioneira, de mecanismos que possam incentivar as demais Entidades Públicas, cada uma no seu âmbito, a promoção de programas análogos que multipliquem o efeito esperado de tal iniciativa.²⁵⁶

Este convênio apresentava ainda, em anexo, o plano de trabalho que contava com atividades como treinamentos voltados aos aspectos de uma cooperativa, levantamento dos serviços de limpeza e conservação, acompanhamento e supervisão das atividades da cooperativa, produção de relatórios, entre outros.²⁵⁷

3.4 - COOTRAM: sua constituição e atividades desenvolvidas

A COOTRAM iniciou seus trabalhos com 50 membros indicados como ‘sócios-fundadores’. Após 18 meses de funcionamento, contava com cerca de 650 pessoas apontadas como ‘cooperados’ (incluindo os sócios-fundadores), distribuídos nos seguintes segmentos: coleta seletiva e reciclagem de lixo; limpeza predial, de laboratórios e jardinagem; corte e costura. Devido ao convênio Fiocruz-COOTRAM, o setor com maior destaque encontrava-se no segmento de limpeza e jardinagem, embora a coleta seletiva e reciclagem de lixo fosse apontada como a primeira atividade da cooperativa, o que solucionou grande parte dos problemas relativos ao descarte de materiais da instituição (lixo). Assim, a instituição reduzia seus gastos com aluguel de containers e com contratação de empresas específicas de recolhimento de material para o descarte, ao mesmo tempo em que participava da diminuição dos danos ao meio ambiente. Com a criação da cooperativa foi possível substituir as empresas

12, jan/jun, 1995. Disponível em: <http://www.en.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/139/141>. Acesso em 24 de setembro de 2016.

²⁵⁶ Convênio nº 018/95. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

²⁵⁷ Convênio nº 018/95. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

prestadoras de serviços à Fiocruz, resultando em uma economia de 15% no valor gasto com esses serviços de manutenção, além de proporcionar a cada trabalhador receber 75% mais do que quando empregado da prestadora de serviços anterior.²⁵⁸

O COEP/Fiocruz, com participação da ASFOC, doou à cooperativa 20 (vinte) máquinas de costura industriais, que eram utilizadas por cerca de 40 (quarenta) mulheres e adolescentes que confeccionavam os uniformes dos cooperados, e de outros segmentos da fundação, além de roupas de cama para as unidades hospitalares da Fiocruz,²⁵⁹ o que constituía a oficina de corte e costura. A COOTRAM também executava serviços que envolviam o controle de vetores, setor da cooperativa voltado para os serviços de higienização e conservação de acervos bibliográficos e documentais, além de ser responsável pela atividade de concentração de enxames em apiários, a qual previa questões de segurança e a produção de mel e própolis. A cooperativa ainda atuava na fabricação de tijolos, com uma produção de mais de 30 mil unidades por mês, além de fabricação de vasos, pias, vigas pré-moldadas, etc.²⁶⁰

Figuras 13 e 14: Oficina de Corte e Costura (à esq.) e Serviços de Jardinagem na Fiocruz (à dir.)



Fonte: MEDEIROS, Amelia. *Caminhos para mudar o Brasil - Oficina Social*. Rio de Janeiro: Centro de Tecnologia, Trabalho e Cidadania - Oficina Social, 1998, p. 3. Disponível em: <http://www.coeptbrasil.org.br/livro/indices/cap21h.htm>. Acesso em 24 de agosto de 2016 (Figura 13) e Rede Nacional De Mobilização Social COEP. Disponível em: <http://www.coeptbrasil.org.br/coep20anos/publico/site.aspx?ID=970dc0ae-77c4-46a6-90b8-b23c68599437&SiteID=5>. Acesso em 24 de agosto de 2016 (Figura 14)

²⁵⁸ BUSS, Paulo Marchiori. *Parceria Estado-Comunidade no Nível Local: A Experiência da Fiocruz com a Cooperativa de Manguinhos*. P.2 VPEI/Fiocruz, fevereiro de 1996. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

²⁵⁹ BUSS, Paulo Marchiori. *Parceria Estado-Comunidade no Nível Local: A Experiência da Fiocruz com a Cooperativa de Manguinhos*. P.3 VPEI/Fiocruz, fevereiro de 1996. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

²⁶⁰ OFICINA SOCIAL - CENTRO DE TECNOLOGIA, TRABALHO E CIDADANIA. COOTRAM, *Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos de Manguinhos*. Caderno Oficina Social II. 1999, p. 3; Vídeo. OFICINA SOCIAL - CENTRO DE TECNOLOGIA, TRABALHO E CIDADANIA. COOTRAM, *Construindo Cidadania*. 13'42". Disponível em: <http://www.coeptbrasil.org.br/coep20anos/publico/Home.aspx>. Acesso em 23 de março de 2016.

A COOTRAM possuía uma sede própria, localizada na região de Manguinhos, que tratava da operacionalidade e organização da cooperativa. Nesta, a administração controlava as atividades de cadastro de cooperados, realização de pagamentos, etc.²⁶¹ A cooperativa, para o desenvolvimento de parte de suas atividades sociais, regulamentou a criação de diversos fundos, que se destinavam à obtenção e reunião de recursos para a produção de diversas benesses aos cooperados, em 23 de setembro de 1995. Estabeleceu, para tal, alguns fundos: o Fundo de Reserva, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, o Fundo Social e o Fundo de Expansão. O Fundo de Reserva, o qual deveria ser utilizado para reparar perdas eventuais. O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, cuja aplicação voltar-se-ia para a instrução pessoal dos cooperativados, na educação de seus filhos e dependentes, na compra de material escolar, na assistência à saúde, com a alimentação, seguros pessoais e eventos sociais. O Fundo Social deveria ser usado para o descanso anual, nas festividades natalinas, no auxílio à recreação e em necessidades urgentes, como falta de trabalho, acidente de trabalho, afastamento, exclusão ou desistência, etc. O Fundo de Expansão se destinava aos investimentos em maquinário, tecnologias, imóveis e móveis e em veículos, na construção, ampliação e reforma das instalações da cooperativa e em possíveis despesas da administração. Todos os fundos deveriam apresentar semestralmente a movimentação dos recursos aos cooperados, independentemente do balanço anual, com exceção do Fundo Social que deveria apresentá-lo trimestralmente.²⁶²

Para seus idealizadores a atuação da COOTRAM atendia às suas principais expectativas, em especial, gerar empregos e melhorar a renda da população da região, com ‘capacidade de mobilização’ e ‘representatividade’. Propiciava o debate sobre os principais problemas da região, e, junto aos técnicos do Projeto Universidade Aberta, reorientou suas atividades com o envolvimento, também, de problemas relativos às condições habitacionais de Manguinhos. Assim, se estabeleceu a perspectiva de criação de um departamento voltado para o urbanismo e habitação na cooperativa, almejando o alcance de um ‘processo autossustentável’, que englobasse o abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta e destinação do lixo, canalização de córregos e drenagem de terras, e construção de casas.²⁶³

²⁶¹ Vídeo. OFICINA SOCIAL - CENTRO DE TECNOLOGIA, TRABALHO E CIDADANIA. COOTRAM, Construindo Cidadania. 13'42". Disponível em: <http://www.coepbrasil.org.br/coep20anos/publico/Home.aspx>. Acesso em 23 de março de 2016.

²⁶² Regulamento dos Fundos da Cooperativa de Trabalhadores Autônomos do Complexo de Manguinhos. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

²⁶³ BUSS, Paulo Marchiori. Parceria Estado-Comunidade no Nível Local: A Experiência da Fiocruz com a Cooperativa de Manguinhos. VPEI/Fiocruz, fevereiro de 1996, p. 3. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

Para a implantação do projeto referente à habitação era prevista a incorporação da mão-de-obra existente nas Comunidades de Manguinhos e a aplicação da tecnologia desenvolvida pelo Departamento de Saneamento e Saúde Ambiental da ENSP/Fiocruz, com a utilização do material (tijolos, bloquetes, manilhas, tanques, pias, etc.) fabricado pela própria cooperativa.²⁶⁴ Importa ressaltar que a COOTRAM, por estar vinculada ao Projeto Universidade Aberta, configurava-se em um espaço de experimentação técnica e social do DSSA, visto que a tecnologia a ser aplicada era a do ‘sistema não convencional tipo Cynamon’.

Com o objetivo específico de construir, a princípio, 2 mil habitações na comunidade Mandela de Pedra, e fazer melhorias em mil e quinhentas habitações, foi elaborado o “Anteprojeto para Viabilização Financeira de Execução Semi-Autofinanciamento de Habitações Populares Novas e Reforma de Antigas, e de Lazer, Cultura e Arte Através da Co-Participação de Gerações Universidade Aberta/COOTRAM – Piloto: Complexo de Manguinhos”. Para seus elaboradores, este projeto deveria ser semi-autofinanciado, por pressupor, além do autofinanciamento parcial, com a participação de moradores, a contribuição também de instituições estatais, programas de financiamento de bancos e ação financeira social. A viabilização desse anteprojeto deveria ocorrer por intermédio de um consórcio, para o qual cada participante deveria contribuir ao realizar a inscrição, e do qual receberia em parcelas 50% do custo da construção, ao passo que comprovasse os gastos, sendo o restante a cargo do consorciado. Conforme mencionando anteriormente, a COOTRAM contribuiria com o fornecimento de mão-de-obra dos moradores da região e com o material necessário, que seria vendido, a preço de custo, sendo o investimento total necessário para a execução do projeto de R\$45.600.000,00 (quarenta e cinco milhões, seiscentos mil reais).²⁶⁵ A construção de unidades habitacionais como as descritas pelo anteprojeto supracitado refere-se a uma parceria entre a COOTRAM, os moradores e outras instituições, entre elas a Fiocruz, o que certamente poderia gerar problemas, visto que a fundação é por natureza uma instituição da área da saúde e não voltada para questões de infraestrutura urbana.

²⁶⁴ BUSS, Paulo Marchiori. *Parceria Estado-Comunidade no Nível Local: A Experiência da Fiocruz com a Cooperativa de Manguinhos*. VPEI/Fiocruz, fevereiro de 1996, p. 3. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

²⁶⁵ Anteprojeto para Viabilização Financeira de Execução Semi-Autofinanciamento de Habitações Populares Novas e Reforma de Antigas, e de Lazer, Cultura e Arte Através da Co-Participação de Gerações Universidade Aberta/COOTRAM – Piloto: Complexo de Manguinhos. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

Em 1998, a COOTRAM ampliou suas atividades, desenvolvendo também projetos para além da geração de empregos, como o Programa Cultural e Educativo, no qual foram realizados cursos de dança afro-brasileira que atendiam 120 adolescentes, aulas de capoeira para 220 adolescentes, um curso na modalidade de supletivo à noite, em conjunto com o CIEP Juscelino Kubitschek, atendendo 120 pessoas, e cursos em educação ambiental e profissionalizante, em parceria com a Fiocruz.²⁶⁶

Figura 15: Grupo de Dança Afro do Centro Cultural Pixinguinha



Fonte: MEDEIROS, Amelia. *Caminhos para mudar o Brasil - Oficina Social*. Rio de Janeiro: Centro de Tecnologia, Trabalho e Cidadania - Oficina Social, 1998, p. 3. Disponível em: <http://www.coepbrasil.org.br/livro/indices/cap21h.htm>. Acesso em 24 de agosto de 2016

3.5 - COOTRAM e suas relações institucionais: Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, Fórum de Cooperativismo e o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares

A criação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ICTP) foi formalizada em maio, no Rio de Janeiro, em uma reunião no Centro Cultural do Banco do Brasil, na qual foram apresentadas as ‘diretrizes e recomendações para 1995’ do Programa Comunidade Solidária que era parceiro e apoiador das atividades do Comitê de Combate à Fome e pela Vida. Nesta reunião, a COOTRAM foi reconhecida como uma tecnologia social e, devido ao ‘sucesso’ que lhe foi conferido, estimulou a elaboração de um protocolo que visava possibilitar o financiamento para a Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em

²⁶⁶ FOLHETO, A Experiência da Fiocruz com a Cooperativa de Manguinhos. Folheto, p. 9. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coope/UFRJ) e viabilizar a implantação da referida incubadora.²⁶⁷

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP), constituída pela Coppe/UFRJ, configurava-se uma das primeiras ações da COOTRAM para fora de seu campo previsto de atuação, na medida em que acrescentava à incubadora a característica de cooperativa popular. A universidade, que já contava com uma incubadora voltada para empresas, passava a apresentar a ITCP como diferencial, por esta prestar assessoria técnica a um ‘trabalho com excluídos’. A expectativa da Coppe/UFRJ, a princípio, seria igual à da Fiocruz – constituir uma cooperativa popular, para propiciar estratégias que permitissem a contratação das comunidades ao redor do campus da universidade²⁶⁸. Pretendia-se, inicialmente, replicar a experiência da COOTRAM para prestação de serviços à UFRJ, porém, após uma reunião na Coppe, surgiu a ideia de transformar a experiência da cooperativa em um modelo que pudesse ser aplicado na construção de outras cooperativas. Assim, a Coppe disponibilizaria professores e estagiários, o Banco do Brasil contribuiria com o conhecimento sobre o cooperativismo e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) disponibilizaria recursos²⁶⁹. Para João Luiz de Lima Ruas, a incubadora buscava

inverter uma lógica histórica nas ações tradicionais de inserção social que privilegiavam a competitividade capitalista. Além da inserção no mercado, o que a ITCP se propunha era promover através do trabalho a organização popular e criar uma rede solidária que representasse uma resposta ao modelo excludente de economia, gerando alternativas de trabalho, renda e cidadania através de empreendimentos solidários auto gerenciados, ampliando assim os direitos dos trabalhadores envolvidos.²⁷⁰

Em 1996, foi criado o Fórum Nacional de Cooperativismo, fruto de articulação entre o COEP, o Programa Comunidade Solidária e a Gerência de Negócios do Sistema Cooperativista do Banco do Brasil (GCOOP), que possuía como foco o debate sobre

²⁶⁷ REDE NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL COEP. Das ruas às redes: 15 anos de mobilização social na luta contra a fome e a pobreza/COEP. Rio de Janeiro: COEP, 2008, p. 320. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/ruas_redes_2008.pdf. Acesso em: 22 de abril em 2015.

²⁶⁸ GUIMARÃES, Gonçalo. Ossos do ofício: cooperativas populares em cena aberta. Rio de Janeiro: COPPE: FINEP, 1998, pp. 39-41

²⁶⁹ Entrevista de Lécio Lima da Costa. In: REDE NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL COEP. Das ruas às redes: 15 anos de mobilização social na luta contra a fome e a pobreza/COEP. Rio de Janeiro: COEP, 2008, p. 317. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/ruas_redes_2008.pdf. Acesso em: 22 de abril em 2015.

²⁷⁰ RUAS, João Luiz de Lima. RUAS, João Luiz de Lima. ITCP – Uma Cronologia Documental. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, [s/d.], p. 7. Disponível em: <http://www.itcp.coppe.ufrj.br/pdf/Cronologia.ITCP.pdf>. Acesso em 13 de maio de 2015.

mecanismos e estratégias capazes de apoiar o desenvolvimento sustentável.²⁷¹ Suas principais metas consistiam em

diagnosticar situações sociais que possam ter resposta no modelo cooperativista; propor sugestões e soluções para os problemas detectados; propor ações de governo; criar mecanismos que viabilizem e agilizem o apoio creditício, em especial às populações de baixa renda, como alternativa às limitações impostas pelos modelos tradicionais; viabilizar a implementação das propostas em articulação com os diversos órgãos envolvidos; incentivar o cooperativismo de trabalho; viabilizar a interlocução entre Governo e sociedade com objetivo de fortalecer o cooperativismo de trabalho.²⁷²

No fórum, entre suas diversas pautas, estava o acompanhamento do projeto de lei que visava à isenção do processo licitatório no primeiro ano de funcionamento das cooperativas populares para sua viabilização, que se constituía uma demanda oriunda do projeto piloto da COOTRAM.²⁷³ Com o intuito de que seus participantes conhecessem algumas ações práticas, convencionou-se, ao longo do evento, que a reunião seguinte do fórum deveria ser realizada no Rio de Janeiro, o que permitiria a visita ao projeto de incubadora de cooperativas populares da UFRJ e da cooperativa popular implantada pela Fiocruz.²⁷⁴

Em agosto de 1997, como resultado da articulação entre Finep, Banco do Brasil, Coppe/UFRJ, COEP e Comunidade Solidária, foi criado o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (Proninc), o qual objetivava a disseminação da experiência adquirida com as cooperativas populares.²⁷⁵

A Finep, que em 1995 já havia contribuído com recursos para a implantação da ITCP, dois anos depois disponibilizou novos recursos para a consolidação de 15 cooperativas populares da incubadora. A divulgação dessas experiências foi facilitada com a assinatura do

²⁷¹ REDE NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL COEP. Disponível em: <http://www.coepbrasil.org.br/coep20anos/publico/site.aspx?ID=fa9759fb-f6e8-4811-a3e3-23b13848a12d&SiteID=5>. Acesso em: 17 de junho de 2016.

²⁷² OFICINA SOCIAL - CENTRO DE TECNOLOGIA, TRABALHO E CIDADANIA. O Fórum de Cooperativismo: Construindo alternativas de geração de trabalho e renda: PRONINC – Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares. Cadernos da Oficina Social 10. Rio de Janeiro. 2002, p. 4.

²⁷³ Ata de Reunião do Fórum de Cooperativismo, 30/07/1996, p. 3. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

²⁷⁴ Ata de Reunião do Fórum de Cooperativismo, 30/07/1996, p. 5. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

²⁷⁵ Protocolo de Intenções do Proninc. In: Rede Nacional de Mobilização Social COEP. Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida 1993-2002: “Nove Anos Construindo Caminhos”. 2002. Disponível em: <http://www.coepbrasil.org.br/coep20anos/UploadArquivo/files/LivroDocumentosCOEP.pdf>. Acesso em 24 de abril de 2015.

Protocolo de Intenções, que contava com o apoio financeiro da Finep também para eventos de divulgação das incubadoras, assim como a própria implantação destas nas universidades.²⁷⁶

A COOTRAM configurou-se, desta forma, como uma das primeiras experiências ditas como cooperativa popular no país, com um processo de articulação diferenciada que buscava conciliar comunidade, órgãos públicos, instituições financiadoras e sociedade civil. Inspirou diversas outras ações por produzir uma metodologia específica para implantação e funcionamento de cooperativas populares, com a perspectiva não só de geração de trabalho e renda, mas também de desenvolvimento sustentável com a melhoria da qualidade de vida da população.

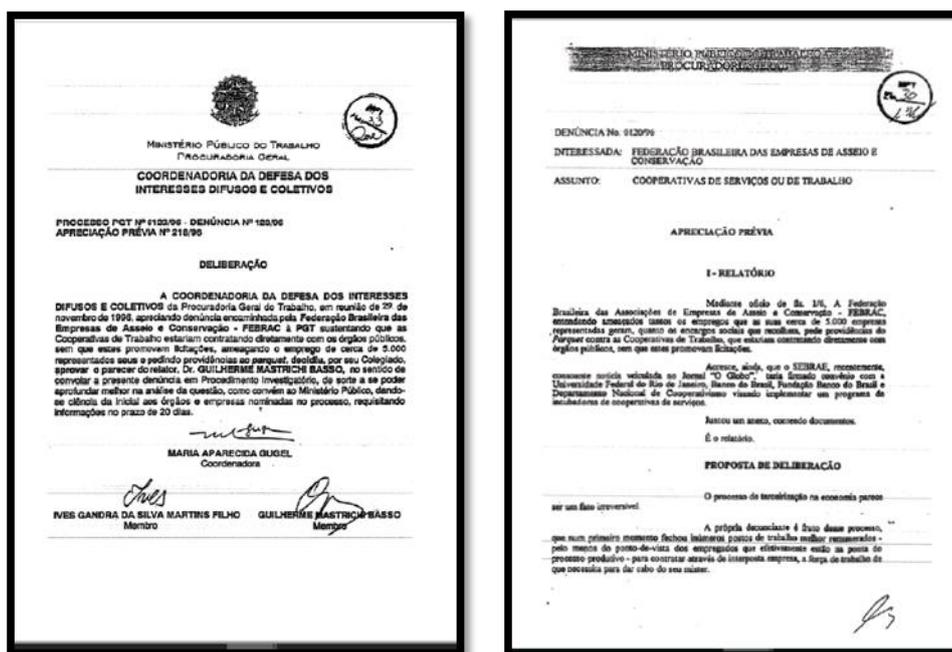
3.6 - Conflitos e obstáculos para a COOTRAM

Desde o início de suas atividades, a COOTRAM enfrentou diversos obstáculos, entre eles a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que determinava a regulamentação das normas para as licitações e contratos na administração pública. Esta previa que a contratação de serviços deveria ser precedida por um processo licitatório²⁷⁷, o que não ocorreu durante a contratação da COOTRAM pela Fiocruz, favorecendo a denúncia encaminhada pela Federação Brasileira das Empresas de Asseio e Conservação, referente à contratação direta de cooperativas de trabalho sem a divulgação de editais de licitação.

²⁷⁶ OFICINA SOCIAL - CENTRO DE TECNOLOGIA, TRABALHO E CIDADANIA. Construindo alternativas de geração de trabalho e renda: PRONINC – Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares. Cadernos da Oficina Social 10. Rio de Janeiro. 2002, p. 37-38.

²⁷⁷ BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Brasília, 21 de junho de 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm. Acesso em 04 de novembro de 2016.

Figuras 16 e 17: Deliberação (à esq.) e Denúncia (à dir)



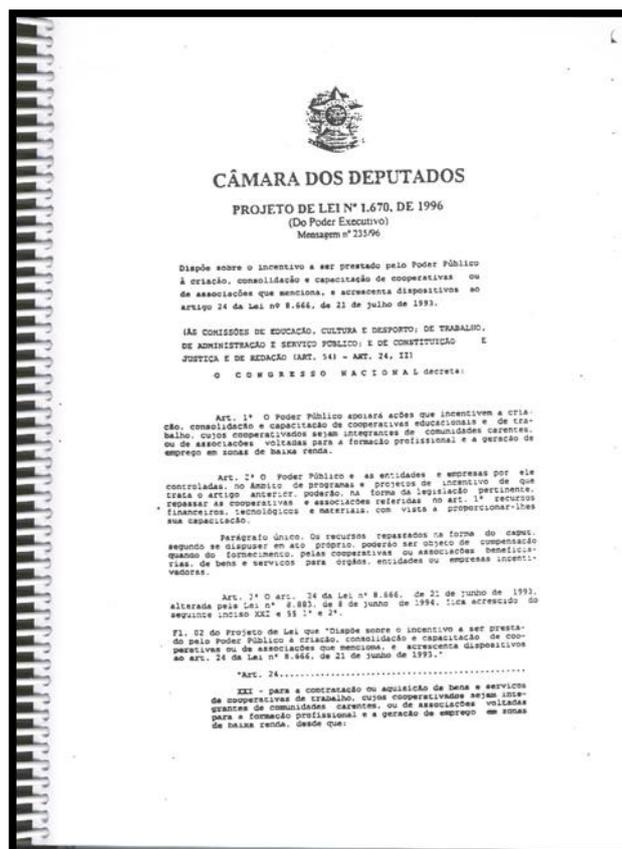
Fonte: In: Rede Nacional de Mobilização Social COEP. *Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida 1993-2002: “Nove Anos Construindo Caminhos”*. 2002. Disponível em: <http://www.coeprasil.org.br/coep20anos/UploadArquivo/files/LivroDocumentosCOEP.pdf>. Acesso em 24 de abril de 2015

Diante do questionamento em relação aos contratos sem licitação, diversas instituições e personagens envolvidos na constituição das cooperativas populares buscaram não só arregimentar apoio público para a COOTRAM, a ITCP e o Proninc, como para a elaboração de um projeto de lei que permitisse a contratação por instituições públicas de cooperativas de cunho popular sem o processo licitatório. Em entrevista ao COEP, Lécio Lima da Costa²⁷⁸ refere-se ao Projeto de Lei 1.670/96, que previa a reformulação da lei das licitações, que possibilitaria que uma cooperativa popular fosse contratada durante um ano com a dispensa de licitação.²⁷⁹

²⁷⁸ Funcionário do Banco do Brasil e responsável pela coordenação de assuntos referentes ao cooperativismo, em especial, os relacionados ao Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida.

²⁷⁹ REDE NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL COEP. Das ruas às redes: 15 anos de mobilização social na luta contra a fome e a pobreza/COEP. Rio de Janeiro: COEP, 2008, p. 318. Disponível em: http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/ruas_redes_2008.pdf. Acesso em: 22 de abril em 2015.

Figura 18: Projeto de Lei, 1996



Fonte: Rede Nacional de Mobilização Social COEP. Disponível em: <http://www.coeptbrasil.org.br/portal/publico/apresentarConteudo.aspx?CODIGO=C2008124155825593>. Acesso em 04 de setembro de 2016

A questão da licitação, no decorrer das atividades da COOTRAM, configurou-se em um entrave, que ainda persistia em 2001, como apontou o Relatório Final do Diagnóstico de Reconhecimento Situacional da COOTRAM, produzido pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Tecnológico, Educacional e Associativo (IBRAES), e que se tornou alvo de contestação pelos órgãos de controle e fiscalização das atividades públicas. Este salientava a necessidade da realização do processo licitatório na contratação de empresas pelas instituições públicas, como no caso da Fiocruz. O convênio firmado de cooperação com a COOTRAM, cujo objeto descrito seria o “desenvolvimento conjunto do projeto piloto de implantação”²⁸⁰ da cooperativa popular de Manguinhos, tratava-se, na prática, da contratação de uma empresa para prestação de serviços e, desta forma, este convênio deveria ter sido submetido à Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 8.666/93). A Fiocruz, desta forma, poderia celebrar este convênio com a COOTRAM desde que se enquadrasse nos termos jurídicos que

²⁸⁰ Convênio nº 018/9. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

tratava do “processo administrativo”, o qual permitiria a contratação sem a necessidade da divulgação de um edital licitatório.²⁸¹

O relatório referente ao diagnóstico indicava, ainda, que a COOTRAM apresentava desarticulação técnica e política, possivelmente oriunda de seu próprio crescimento que não havia acompanhado as novas demandas da cooperativa. Configurando-se, segundo o relatório, no

reflexo de um processo de crescimento não assistido pela direção da cooperativa e pelo esquecimento que o processo cooperativo precisa ser transparente, participativo e educativo. A tão somente visão voltada ao assistencialismo sem preservar o lado empresarial, esta, condição essencial para a sobrevivência de qualquer empresa, que hoje se apresenta, não conseguirá manter a cooperativa operando e ativa por muito tempo.²⁸²

Neste relatório, são apresentadas críticas à administração da cooperativa, o que sugere distanciamento entre a diretoria e os cooperados diante dos princípios norteadores do cooperativismo, não tendo estes superado a relação ‘patrão/empregado’, por não se perceberem como parte integrante da cooperativa, mas sim como seus funcionários.

Traços desse não entendimento do sentido do cooperativismo podem ser percebidos nas atas de reuniões do Conselho de Administração, as quais apresentavam, por exemplo, entre suas ocorrências e deliberações, a solicitação do presidente da cooperativa de que fossem travadas conversas com os trabalhadores da fábrica de tijolos para que fossem mais atenciosos e passassem a “trabalhar direito e quebrar menos blocos”²⁸³. Além disso, uma das atas de reunião destaca, também, a indicação de afastamento de três membros da COOTRAM, um devido à acusação de furto de alumínio²⁸⁴, outro relativo ao caso do cooperado que “ia embora para casa no horário de cumprir suas atividades cooperativistas e dormia no campus da Fiocruz,”²⁸⁵ e ainda o cooperativado que sumiu e não apresentou nenhuma justificativa e

²⁸¹ Relatório Final do Diagnóstico de Reconhecimento Situacional da COOTRAM. 07/2001. Relatório. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

²⁸² Relatório Final do Diagnóstico de Reconhecimento Situacional da COOTRAM. 07/2001, p. 7. Relatório. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

²⁸³ Ata da Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos do Complexo de Manguinhos, 14/08/2001. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

²⁸⁴ Ata da Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos do Complexo de Manguinhos, 14/08/2001. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

²⁸⁵ Ata da Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos do Complexo de Manguinhos, 07/08/2001. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

nem resposta para as tentativas de comunicação da cooperativa, o que denota o tipo de relação contrária à ideia de cooperativismo.²⁸⁶

No relatório de diagnóstico também foi incluída uma pesquisa de opinião realizada com 5% dos cooperados em um universo de 1094,²⁸⁷ na qual concluiu-se que os cooperados, em sua maioria, desconheciam o estatuto social e o funcionamento de uma cooperativa. Este diagnóstico se contrapunha a uma das prerrogativas expostas no próprio estatuto da cooperativa para a admissão de novos membros,²⁸⁸ conforme demonstra o seguinte trecho: “Todo o candidato à sócio [cooperado] deverá submeter-se antes de sua aprovação, a uma explanação individual ou coletiva sobre os objetivos, a atuação, finalidades e seus direitos e deveres como associado da Cooperativa, como também sobre o Cooperativismo em geral”.²⁸⁹

Segundo os dados desta pesquisa com os cooperados, 59,58% das pessoas entrevistadas atuavam na cooperativa há cinco ou mais anos, 65,96% não conheciam o estatuto, 85,11% não sabiam como funcionava a cooperativa, 89,36% não havia participado do curso de cooperativismo, 78,72% não haviam recebido informações sobre a cooperativa e 70,22% já haviam participado de assembleias da cooperativa.²⁹⁰ Embora o universo pesquisado fosse reduzido, o que foi, inclusive, questionado pela administração da cooperativa, que afirmava que a pesquisa deveria ter sido realizada com uma amostra de 4 estratos com o mínimo de 120 pessoas²⁹¹, o resultado do relatório de diagnóstico apontava para o desconhecimento dos cooperados a respeito dos princípios que norteavam uma cooperativa, da destinação dos recursos e da rotina da COOTRAM. Cabe ressaltar, que um número significativo de pesquisados informou ter participado das assembleias gerais, no entanto, afirmavam não terem ciência das práticas relativas ao cooperativismo.

²⁸⁶ Ata da Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos do Complexo de Manguinhos, 07/08/2001. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

²⁸⁷ Pesquisa realizada com os cooperados dos segmentos de limpeza, jardinagem, manutenção e administração vinculados ao convênio da Fiocruz.

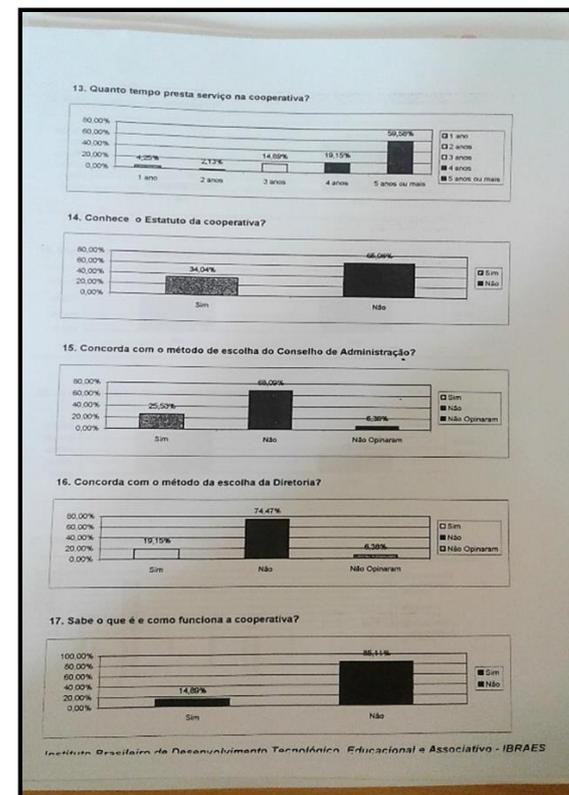
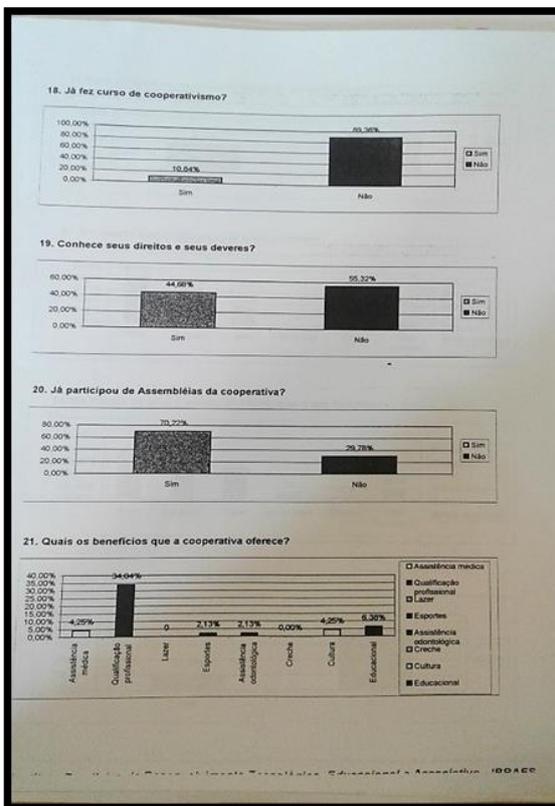
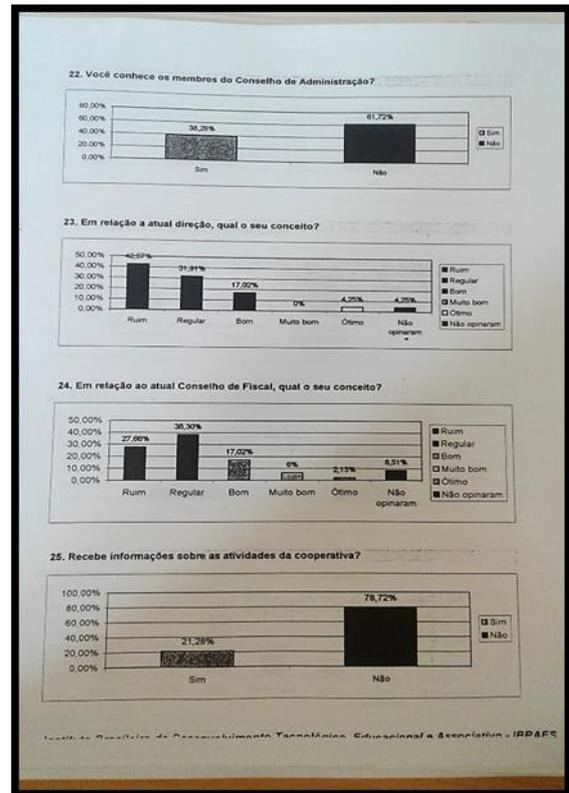
²⁸⁸ O Estatuto Social da COOTRAM foi alterado 3 vezes, em assembleia geral, no entanto, em sua última versão, em 2001, o artigo quinto é o que dispõe sobre explanação dos princípios do cooperativismo, conservando no parágrafo quinto texto idêntico ao parágrafo quarto do estatuto original.

²⁸⁹ Estatuto Social da Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos de Manguinhos Ltda. 22/11/1994. Acervo do Fundo Szachna Cynamon. Capítulo terceiro, § quarto, artigo 4º.

²⁹⁰ Relatório Final do Diagnóstico de Reconhecimento Situacional da COOTRAM. 07/2001. Relatório. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

²⁹¹ CYNAMON, Szachna Eliasz. Comentário sobre o relatório final do IBRAES. 18/08/2001. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

Figuras 19, 20, 21 e 22: Relatório Final do Diagnóstico e Reconhecimento Situacional da COOTRAM 07/2001



Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Tecnológico, Educacional e Associativo - IBRAES

Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Tecnológico, Educacional e Associativo - IBRAES

Fonte: Fundo Szachna Cynamon, Acervo da Casa Oswaldo Cruz/Fiocruz

O relatório de diagnóstico da COOTRAM, em 2001, repercutiu nas assembleias do Conselho Administrativo da cooperativa, tornando-se ponto de debate e alvo de críticas, conforme o descrito no trecho da ata a seguir:

1ºItem-Ordem do dia – Análise do Relatório Final do IBRAES – Há uma diferença quanto a nossa realidade com o relatório final que foi entregue, se vem alguns estudos feitos tem uma série de impropriedade... O Relatório destes atingiu poucos cooperados. Este relatório da forma em que foi feito não é um relatório social é técnico e precisa ser respondido... se a COOTRAM está com dificuldades é porque cresceu muito...²⁹²

A análise desse relatório resultou na elaboração por Szachna Cynamon, de um documento com comentários sobre os questionamentos acerca da COOTRAM, além de ações efetivas, como a renúncia de Gilberto da Silva que ocupava o cargo de vice-presidente e integrava o conselho administrativo.²⁹³ No que se referia à direção da cooperativa, a escolha para os cargos dos conselhos configurava-se em uma das principais questões expostas no relatório, no qual a direção ressaltava que

no que diz respeito às questões direcionais e administrativas, temos a relatar que o processo democrático hoje não existe, pois as ações quanto a tomada de decisões não tem a participação efetiva dos reais representantes da cooperativa. Elas ocorrem de forma ditatorial desrespeitando os princípios cooperativos e sem revelar o lado empresarial. Quando falamos que a tomada de decisões não possui participação efetiva dos cooperados, é dizendo que o Conselho Administrativo que possui representantes da Fiocruz e das comunidades, não foi eleito pelos cooperados, e sim, indicado para posterior ratificação em assembleia, o que fere a lei 5.764/71 que rege as cooperativas.²⁹⁴

Havia indícios de que o processo, mencionado pelo relatório, de indicação aos cargos do conselho administrativo, consistia em uma prática comum na COOTRAM, sendo percebida com a renúncia do vice-presidente e a posterior indicação de Alexandre Francisco Araújo, como relatado da ata de reunião a seguir:

Presidente prof. Cynamon – O assunto foi debatido e já resolvido foi aceita a carta renúncia do vice-presidente, que devido a problemas na transferência deve atuar até o dia 01/09/2001. Nós pedimos humildemente ao conselheiro Alexandre Francisco de Araújo assumo até o novo estatuto ficar pronto... eu proponho que elejamos ao Alexandre Francisco de Araújo como vice-presidente...²⁹⁵

²⁹² Ata da Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos do Complexo de Manguinhos, 07/08/2001. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

²⁹³ Carta de Renúncia. 14/08/2001. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

²⁹⁴ Relatório Final do Diagnóstico de Reconhecimento Situacional da COOTRAM. 07/2001, p 7. Relatório. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

²⁹⁵ Ata da Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos do Complexo de Manguinhos, 14/08/2001. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

Nos comentários sobre o relatório, Szachna Cynamon sinalizava que o processo decisório estava coerente com o Estatuto Social, e informava, ainda, que “grandes diretrizes políticas são levadas às assembleias gerais, decisões sobre assuntos executivos novos ao do conselho; e assuntos operacionais à diretoria e logo abaixo, gerentes e supervisores e ação supervisionada pelos encarregados”²⁹⁶. Desta forma, este buscava demonstrar que as decisões não eram tomadas de forma unilateral e autoritária e indicava, ainda, que diversos assuntos e questões eram discutidos na cooperativa. Todavia, esta justificativa não expõe, de forma clara, como essas tomadas de decisão estavam de acordo com o processo democrático.

As críticas sobre o processo eleitoral da cooperativa, mencionadas anteriormente no relatório de diagnóstico, são questionadas e rebatidas por Szachna Cynamon, com a justificativa de que no Estatuto Social da COOTRAM, na parte referente ao Conselho de Administração, a

ausência de eleição direta é somente parcial, no artigo 26 do estatuto aparece que o Conselho de Administração se compõe dos representantes eleitos das comunidades participantes do Complexo de Manguinhos e mais dos representantes da Fiocruz ambos devendo ser ratificadas em Assembleia Geral Ordinária: A forma aceita é fruto da necessidade de atender ao fato de que a COOTRAM em termos de postos de trabalho nasceu para atender o Complexo de Manguinhos e a presença dos conselheiros representantes da Fiocruz a necessidade de manter algum controle das somas invertidas.²⁹⁷

Cabe salientar que o trecho do Estatuto Social da COOTRAM que tratava da composição do conselho administrativo correspondia ao art. 25, no qual havia a descrição de como este deveria ser estruturado, e não ao art. 26, como referido no destaque anterior.

Art.25 – A cooperativa será administrada por um Conselho de Administração composto por quinze (15) membros, sendo nove (9) eleitos pelas nove comunidades das quais pertencem do Complexo de Manguinhos e (6) representantes da Fundação Oswaldo Cruz, apresentados na Assembleia Geral e nela votados, para um mandato de três (3) anos, sendo obrigatória, ao término de cada período do mandato, a renovação de, no mínimo, um terço (1/3) dos seus componentes, inclusive os membros da direção.²⁹⁸

De fato, o artigo relativo à composição do conselho administrativo sugeria que houvesse eleição dos representantes das comunidades, mas não apresentava de forma clara se os representantes da Fiocruz também deveriam ser escolhidos por meio de eleição, o que

²⁹⁶ CYNAMON, Szachna Eliazs. Comentário sobre o relatório final do IBRAES. 18/08/2001. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

²⁹⁷ CYNAMON, Szachna Eliazs. Comentário sobre o relatório final do IBRAES. 18/08/2001. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

²⁹⁸ Estatuto Social da Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos de Manguinhos Ltda. 22/11/1994. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

contribuía para a justificativa formulada por Szachna Cynamon de um processo eleitoral parcial. No entanto, como o exposto em uma das reuniões do Conselho Administrativo, havia indícios da prática de indicação aos cargos destinados aos representantes das comunidades o que, a longo prazo, dificultaria o estabelecimento de uma gestão democrática na COOTRAM.

Em 14 de dezembro de 2001, na Assembleia Geral, perante as críticas e sugestões do relatório de diagnóstico, foram formuladas diversas alterações no Estatuto Social da COOTRAM, inclusive no item correspondente ao conselho administrativo, passando a constituir-se da seguinte forma:

Artigo 34 – A COOTRAM será administrada por um Conselho de Administração composto por 15 (quinze) membros, sendo que 04 (quatro) desses membros assumirão as funções de Diretores Executivos: 01 Presidente, 01 Diretor Administrativo/financeiro, 01 Diretor Comercial, 01 Diretor Social, sendo os 11 restantes Conselheiros Vogais, que juntos comporão este Conselho, todos sócios, eleitos em Assembleia Geral Ordinária para mandato de 03 (três) anos, sendo obrigatória, ao término de cada período do mandato, a renovação de no 1/3 (um terço) dos seu componentes.²⁹⁹

Nesta nova composição, o Conselho Administrativo não previa a representação da Fiocruz, tal como era apresentada no Estatuto Social original, que se justificava pela necessidade de manter um determinado controle sobre as questões financeiras da cooperativa, conforme assinalado por Szachna Cynamon. No Convênio de Cooperação Fiocruz/COOTRAM, de fato, havia a orientação de que a Fiocruz deveria coordenar e supervisionar as tarefas desenvolvidas pela cooperativa, no entanto, não há nenhuma menção de obrigatoriedade de representação no conselho administrativo com cargos permanentes³⁰⁰. Porém, o novo estatuto estabelecia a constituição de um Conselho Consultivo, órgão sem caráter deliberativo, com a função de orientar e apoiar o Conselho de Administração e a Assembleia Geral de Sócios, sendo composto por 3 membros da Fiocruz e 1 membro representante de cada associação de moradores do Complexo de Manguinhos³⁰¹. Essas modificações sugerem uma expectativa de reestruturar a cooperativa de modo que sua gestão pudesse retratar seu caráter participativo e autônomo.

²⁹⁹ Estatuto Social da Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos de Manguinhos Ltda. 14/12/2001. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

³⁰⁰ Convênio n.º 018/95. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

³⁰¹ Estatuto Social da Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos de Manguinhos Ltda. 14/12/2001. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

No novo estatuto social, outro ponto relevante pode ser notado na substituição, no capítulo referente aos associados, dos parágrafos 2º e 3º³⁰², os quais, respectivamente, tratavam da possibilidade de associação de funcionários da Fiocruz à COOTRAM, por um item mais restritivo como a seguir:

Parágrafo 2º - Também poderão associar-se os profissionais de especialização superior, desde que se enquadrem no objeto social e se submetam ao presente estatuto, não podendo, no entanto, ser funcionários ou servidores ativos dos clientes da COOTRAM.³⁰³

A cooperativa apresentava como principal cliente a Fiocruz, embora prestasse serviço, também, a outras instituições. Desta forma, o novo estatuto buscava restringir a associação de funcionários da Fiocruz à COOTRAM.

Um aspecto que pode ser percebido a partir das críticas, sugestões e posteriores mudanças no estatuto social antes de sua reformulação, verifica-se na recorrente ambiguidade institucional estabelecida entre o Projeto Universidade Aberta e a COOTRAM, visto que, na composição da cooperativa, havia cargos destinados a representantes da Fiocruz, além da possibilidade de associação de funcionários da fundação à COOTRAM. Importa ressaltar que esta imprecisão pode ser percebida, inclusive, nos documentos produzidos, que contavam, quase sempre, com ‘assinatura’ tanto do Projeto Universidade Aberta, quanto da COOTRAM, além de apresentarem pontos comuns em seus logotipos atribuídos nas figuras a seguir na folha de rosto de um dos Projetos conjuntos.

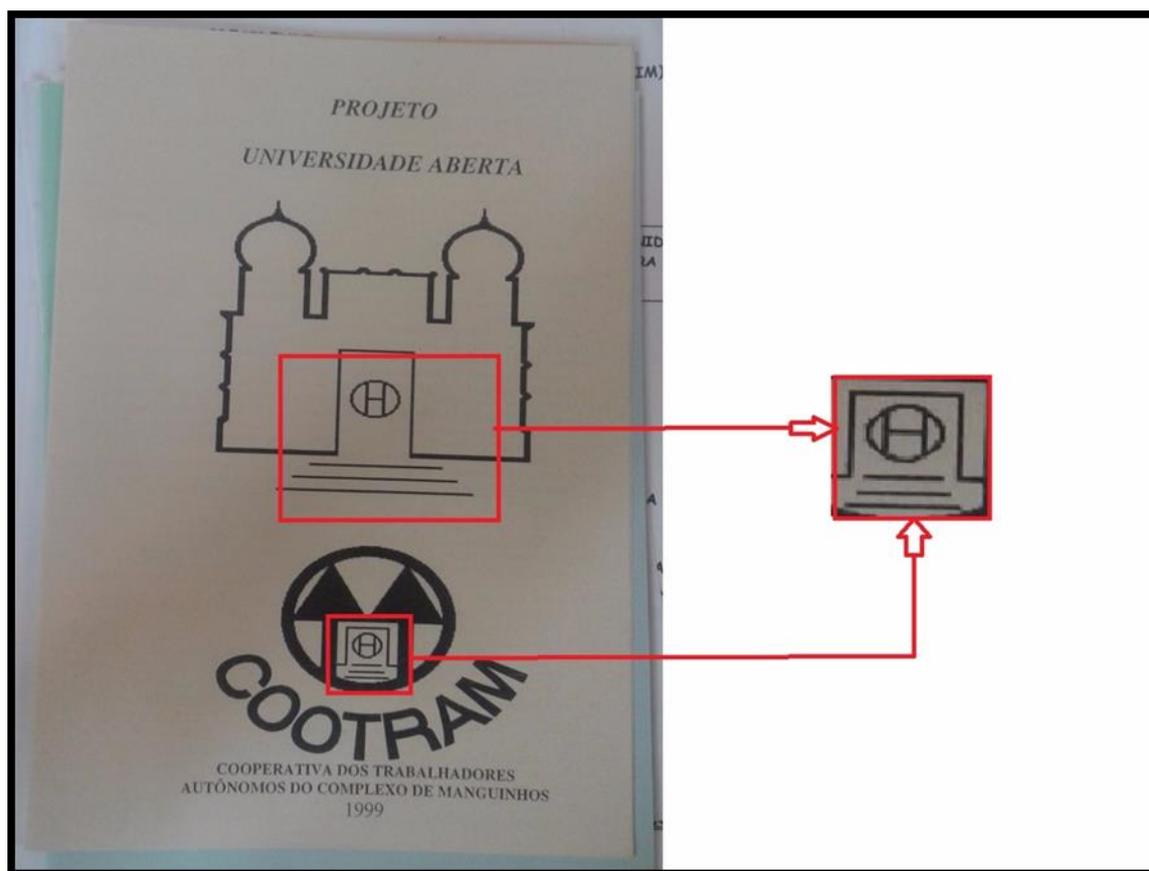
³⁰² “§2º - Também poderão associar-se trabalhadores que exerçam atividades na Fundação Oswaldo Cruz.

§3º - Também poderão associar-se técnicos, professores e servidores, em suas especialidades, necessários às atividades da Cooperativa.”

Cf. Estatuto Social da Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos de Manguinhos Ltda. 22/11/1994. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

³⁰³ Estatuto Social da Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos de Manguinhos Ltda. 14/12/2001. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

Figura 23: Folheto, 1999



Fonte: Fundo Szachna Cynamon, Acervo da Casa Oswaldo Cruz/Fiocruz

Neste folheto, a parte interna dos logotipos, tanto do Projeto Universidade Aberta, quanto da COOTRAM, apresentam a mesma figura, sendo que a principal diferença incidia em sua disposição. No logotipo referente ao projeto, a figura se localizava no interior do símbolo que remete ao castelo da Fiocruz, enquanto no logotipo da cooperativa, esta encontrava-se no interior do símbolo que remete ao cooperativismo³⁰⁴ e que está presente, em geral, nas simbologias das cooperativas.

A COOTRAM, ao longo de sua trajetória, enfrentou alguns conflitos e obstáculos, que giravam em torno questões legais, administrativas e institucionais, cuja convergência contribuiu para a impossibilidade de seu funcionamento, culminando, em 2005, na extinção da cooperativa.

³⁰⁴ O símbolo do cooperativismo é representado por um círculo com um desenho que remete a dois pinheiros em seu interior. Cf. GAWLAK, Albino, RATZKE, Fabiane. Cooperativismo: primeiras lições. 3a. Ed. Brasília: SESCOOP, 2007. Disponível em: <http://www.sicoobuniaocentrooeste.com.br/util/cartilha.pdf>. Acesso em 26 de outubro de 2016.

3.7 - Extinção da COOTRAM: convergência de vários fatores

O fim das atividades da COOTRAM foi ocasionado pela convergência de vários fatores, como: a exigência de sua participação em processos de licitação; a disputa pelo mercado de prestação de serviços; a falta de uma cultura cooperativista e indícios de influência do tráfico de drogas ilícitas em Manguinhos.

A ausência de licitação dos serviços da COOTRAM, questionada desde sua implantação, gerou o processo jurídico correspondente ao exame das contas da Fiocruz relativas ao exercício do ano de 1999, as quais foram aprovadas, apesar da sinalização pelo Tribunal de Contas da União de algumas questões que deveriam ser atendidas, entre elas:

- a) cumprir os parâmetros estipulados nos artigos 22 e 23 da Lei nº 8.666/93, de modo a regularizar a contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de jardinagem, limpeza e manutenção predial, sendo fixado para tal o prazo de seis meses;
- b) nas licitações que tenham como participantes cooperativas, observar o disposto no art. 23 da Lei nº 8.212/91 (recolhimento ao Instituto Nacional do Seguro Social do valor correspondente à alíquota de 15% (quinze por cento) sobre a fatura de prestação de serviços), providenciando o devido acréscimo ao preço ofertado;³⁰⁵

Além dessas duas medidas, o TCU indicava a obrigatoriedade de observar outros itens da Lei, no que diz respeito à realização das licitações, que implicavam diretamente na contratação de empresas para a prestação de serviços.³⁰⁶

Para Paulo Buss (2016), uma das fragilidades da COOTRAM consistia na dificuldade de adequação legal da cooperativa e, também, na resistência das empresas privadas de asseio e conservação à possibilidade da contratação de cooperativas populares por instituições públicas, conforme mencionado na entrevista a seguir:

esse projeto tinha uma fragilidade que era a lei, no fundo era isso. Quer dizer, o Ministério Público do Trabalho exigia que a gente fizesse uma licitação aberta a comunidade, organizada e as empresas privadas que obviamente não engoliam esse projeto. Que esse projeto pudesse se estender para outros órgãos públicos. Que eles pudessem perder limpeza e jardinagem, conserto, uma séria de coisas e pressionaram. Eu fui chamado várias vezes ao Tribunal e eu ia dizendo: olha, eu não aceito os argumentos que vocês têm porque nós, simplesmente, estamos deixando na mão da

³⁰⁵ Ata nº8, de 22 de março de 2005, da sessão ordinária do Tribunal de Contas da União, Secretaria Geral das Sessões, Primeira Câmara, p. 24. Disponível em: <http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2045414.PDF>. Acesso em: 01 de março de 2016.

³⁰⁶ Lei nº 8.666/93, artigos 3º, § 1º e § 2º, inciso II; 14; 15, § 7º, inciso II; 21, § 2º, 25, incisos I a III e parágrafos 1º e 2º, 32, § 5º, 38, caput, inciso III e parágrafo único, 40, § 1º e § 2º, inciso II; 43, incisos I a IV; 45, § 2º, 48, inciso II e parágrafos 1º e 2º e 109, § 1º. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm. Acesso em 04 de novembro de 2016.

comunidade a mais valia que as empresas privadas ao contratar trabalhadores com ela ficam. Com essa mais valia. Sim, quebrando essa ..., esse conceito de que, enfim, só a iniciativa privada podia...³⁰⁷

Para Fiocruz, devem ser apreciados dois itens além de sua inserção como uma instituição de participação social ativa. A contratação de uma cooperativa popular envolvia para a Fiocruz, além do não recolhimento do seguro social a dispensa de licitação.

A Fundação Oswaldo Cruz foi intimada a responder judicialmente por não ter acatado de imediato a determinação do TCU, em especial a não regularização da contratação da COOTRAM como empresa que prestava serviços de jardinagem, limpeza e manutenção predial à Fiocruz.

Cabe ressaltar que, a princípio, a determinação indicava um prazo de seis meses para que a Fiocruz regularizasse a contratação da prestadora de serviços, solicitando, na realidade, a regularização do convênio e não a obrigatoriedade de sua rescisão.³⁰⁸ O TCU, afirmava, ainda, que para

contrapor a obrigatoriedade de licitação, a Fundação apresenta argumentos genéricos de cunho social, no sentido de que a contratação propiciaria a inclusão social das comunidades vizinhas, mediante sua capacitação para o mercado de trabalho. Afirma, ainda, que, agindo desta maneira, está colocando em prática o art. 23 da Constituição Federal, que inclui entre as competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios o combate às causas de pobreza e aos fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos.³⁰⁹

Os argumentos apresentados pela Fiocruz para a defesa do convênio com a COOTRAM, com base no ‘caráter social da contratação’, significavam para o tribunal tentativas de justificar a ausência da conformidade legal, ou seja, a falta de licitação para prestação de serviços.³¹⁰

A opção por protelar a aplicação das determinações do TCU, e a interpretação de que poderia haver uma desvinculação da missão da Fiocruz, são relatadas a seguir por Paulo Buss:

³⁰⁷ Entrevista concedida por Paulo Buss, no dia 03 de outubro de 2016, para o projeto História de Manguinhos, entrevistado por Tania Maria Fernandes, André Luiz da Silva Lima e Vanêssa Alves Pinheiro no CRIS Fiocruz.

³⁰⁸ Ata nº8, de 22 de março de 2005, da sessão ordinária do Tribunal de Contas da União, Secretaria Geral das Sessões, Primeira Câmara, p. 24. Disponível em: <http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2045414.PDF>. Acesso em 01 de março de 2016.

³⁰⁹ Ata nº8, de 22 de março de 2005, da sessão ordinária do Tribunal de Contas da União, Secretaria Geral das Sessões, Primeira Câmara, p. 25. Disponível em: <http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2045414.PDF>. Acesso em 01 de março de 2016.

³¹⁰ Ata nº8, de 22 de março de 2005, da sessão ordinária do Tribunal de Contas da União, Secretaria Geral das Sessões, Primeira Câmara, p. 24. Disponível em: <http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2045414.PDF>. Acesso em 01 de março de 2016.

eu fui ao TCU. Porque eles mandaram. Durante muito tempo eles mandaram que a gente cortasse o contrato, e eu fiz, não sei se tá certo, eu não me lembro mais, eu fiz “ouvidos de mercador”. Não é assim? É assim que se usa? Eu fui empurrando com a barriga em última análise, porque eu não queria destruir o programa, porque eu sabia que se a gente cortasse o contrato da Fiocruz não ia acontecer mais. Então eu fui chamado no Tribunal algumas vezes. Me defendi no tribunal sempre alegando que era um projeto que não era um tipo de gestão das práticas da gestão pública que não foi, lamentavelmente, (...), regulamentado, mas que eu, nós aqui na Fiocruz, considerávamos uma experiência muito importante que isso ajudou muito a pacificar as relações da Fiocruz com as comunidades do entorno.³¹¹

Com relação à possível atuação da Fiocruz na pacificação da região, que se encontrava subordinada ao domínio do tráfico de drogas, Paulo Buss assinala que

eu ouvi de um dos juízes, sei lá o que ... lá do tribunal: mas vocês não são órgão de segurança. Ele disse que o problema era de segurança, eu disse: eu discordo de vossa excelência, mas eu acho que a questão social, a questão da violência não se resolve com violência. Nós tivemos uma experiência de redução substantiva dos conflitos, das dificuldades da Fiocruz com seu entorno com um projeto dessa natureza. Aí ele falou: Mas essa alegação..., foi um bate-boca, né? Bate boca não, eu tinha o direito a falar. [E o Juiz disse] Mas essa alegação não me serve, o senhor descumpriu por muito tempo uma recomendação, depois uma determinação do tribunal.³¹²

Além do questionamento com relação à função da Fiocruz diante de ações de segurança pública, havia suspeita de que parte de membros da cooperativa estaria envolvida com o tráfico de drogas ilícitas na região de Manguinhos, o que gerou, em 2003, uma denúncia veiculada pelo Jornal O DIA,³¹³ o que contribuiu, também, para o fim das atividades da COOTRAM.³¹⁴

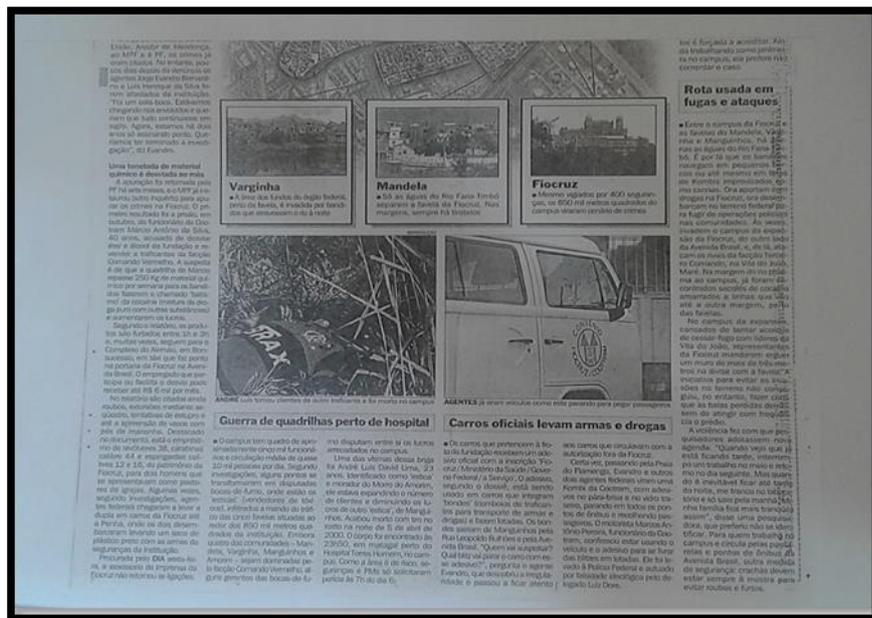
³¹¹ Entrevista concedida por Paulo Buss, no dia 03 de outubro de 2016, para o projeto História de Manguinhos, entrevistado por Tania Maria Fernandes, André Luiz da Silva Lima e Vanêssa Alves Pinheiro no CRIS Fiocruz.

³¹² Entrevista concedida por Paulo Buss, no dia 03 de outubro de 2016, para o projeto História de Manguinhos, entrevistado por Tania Maria Fernandes, André Luiz da Silva Lima e Vanêssa Alves Pinheiro no CRIS Fiocruz.

³¹³ Reportagem no caderno de polícia de 02/11/2003 do Jornal O DIA. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

³¹⁴ TRINDADE, Cláudia. "Não se faz omelete sem quebrar os ovos": Política Pública e Participação Social no PAC Manguinhos - Rio de Janeiro. Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012, p. 158. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1427.pdf>. Acesso em: 22 de abril de 2016.

Figura 24 e 25: Jornal O DIA, 2003



Fonte: Fundo Szachna Cynamon, Acervo da Casa Oswaldo Cruz/Fiocruz

A referida reportagem mencionava que no livro de ocorrências da Fiocruz, no dia 10 de novembro de 2000, havia uma descrição de tentativa de invasão de ‘bandidos’ à Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz, os quais buscavam o cooperado Gilberto da Silva, então vice-presidente da COOTRAM. Outro destaque da reportagem diz respeito ao suposto desvio de material químico da instituição por funcionários, que poderia contabilizar cerca de uma tonelada ao mês, entre álcool e éter, a ser revendida para traficantes de drogas ilícitas. A reportagem ainda informava que um jardineiro cooperado da COOTRAM havia sido morto

por traficantes da região por denunciar o esquema de funcionamento do tráfico na região, inclusive sua rotina em relação à Fiocruz. Além disso, salientava o uso indevido da Kombi da cooperativa que estaria sendo utilizada para fazer ‘lotadas’ e não ser parada em possíveis *blitzs* policiais. Diante desses acontecimentos, e com o aumento da violência na região, o jornal informava que entre as medidas assumidas pela Fiocruz, estava o erguimento de um muro no prédio da expansão e a indicação de que os funcionários se locomovessem pela região com os crachás institucionais sempre visíveis.³¹⁵

A infiltração do tráfico de drogas ilícitas na COOTRAM também foi mencionada por Paulo Buss, como um dos fatores que contribuíram para sua extinção, como relatado adiante:

Mas é assim... é brutal a pressão, e acabou que nós também tivemos problemas com o tráfico. O narcotráfico, ele avançou sobre a direção dessas cooperativas, ou dessa cooperativa, e acabou pela intimidação. Acabou elegendo o presidente e aí o projeto começou a ter grandes dificuldades exatamente porque houve uma apropriação por parte do tráfico legal, entre aspas, porque botou gente pesada para ser presidente e ameaçam os cooperativados na hora do voto. Eu recebi várias delegações de funcionários que diziam... eu tô pressionado Dr. Paulo, eu tô... E a gente começou a viver uma situação muito tensa, digamos... Mas eram traficantes que queriam se apropriar de uma fachada de legalidade pra fazer seus negócios e tal. Chegou um momento aí, eu já tinha me afastado...³¹⁶

A relação com o tráfico de drogas na cooperativa criou condições para que ocorresse intimidação de alguns cooperados, como coação dos membros da cooperativa durante o processo eleitoral, além do esvaziamento do apoio da Fiocruz à cooperativa e o indício de afastamento dos funcionários da fundação, tanto da estrutura como das atividades da COOTRAM. O fim de suas atividades deve ser conferido à junção de diversos elementos como a questão da licitação, o aumento da violência, a falta de apoio e a ausência de uma ‘cultura cooperativista’ dentro da COOTRAM, fatores que somados impossibilitaram a continuação da cooperativa.

No que diz respeito à atuação da COOTRAM e à sua extinção, Paulo Buss ressalta uma pluralidade de fatores e destaca que

acho que foi uma linda experiência que infelizmente o manejo de uma pressão, ao invés da justiça nos ajudar, da polícia nos ajudar, a legalização da justiça do trabalho nos ajudar, e tantas outras coisas, nós fomos

³¹⁵ Reportagem no caderno de polícia de 02/11/2003 do Jornal O DIA. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

³¹⁶ Entrevista concedida por Paulo Buss, no dia 03 de outubro de 2016, para o projeto História de Manguinhos, entrevistado por Tania Maria Fernandes, André Luiz da Silva Lima e Vanêssa Alves Pinheiro no CRIS Fiocruz.

profundamente atacados por interesses de todos os lados, das empresas que não queriam, a meu ver, "perder a boca" de ter esse negócio com elas...³¹⁷

Apesar de sua extinção e do não alcance pleno dos objetivos traçados por seus idealizadores de melhoria da qualidade de vida dos moradores, a COOTRAM alcançou expressivo aumento de geração de emprego e de trabalho na região, ao longo de sua trajetória. Com o fim das atividades da COOTRAM, seus cooperados foram incorporados pela empresa Techno-Service-cessão de mão de obra LTDA, porém esta não cumpriu com suas obrigações contratuais, deixando de efetuar o pagamento dos funcionários e em seguida declarando falência, sem liquidar, inclusive, o pagamento de férias e décimo terceiro-salário aos trabalhadores, além de não devolver as carteiras de trabalhos devidamente assinadas com a rescisão de contrato dos funcionários. Diante desses acontecimentos, a Fiocruz contratou a empresa Nova Rio, a qual assumiu a prestação de serviços à instituição, contratando, inclusive, os antigos cooperados da COOTRAM. Segundo Claudia Peçanha da Trindade, os trabalhadores do setor de limpeza e conservação organizaram uma manifestação nas proximidades da Fiocruz, especificamente na rua Leopoldo Bulhões, com o intuito de reivindicar a solução desses problemas. Esta manifestação foi contida pela polícia militar de forma violenta, o que ocasionou o apoio à causa pelos servidores da ENSP e por um dos vice-presidentes da fundação na ocasião, seguindo todos para a escadaria do Castelo Mourisco da Fiocruz em forma de protesto.³¹⁸

A Fiocruz foi determinante para a constituição da COOTRAM, pois a viabilizou com suporte técnico, disponibilidade de recursos financeiros, busca de apoio e parcerias de outras instituições, enfim, criando as condições necessárias para seu funcionamento. Propiciou que a cooperativa, ao longo de sua existência, se configurasse como um dos primeiros projetos sociais que contava com a articulação de diversas instituições, associações de moradores e parte da sociedade civil, o que fomentou o desenvolvimento de várias ações específicas, como por exemplo, a implementação de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares e do Proninc.

³¹⁷ Entrevista concedida por Paulo Buss, no dia 03 de outubro de 2016, para o projeto História de Manguinhos, entrevistado por Tania Maria Fernandes, André Luiz da Silva Lima e Vanêssa Alves Pinheiro no CRIS Fiocruz.

³¹⁸ TRINDADE, Claudia. "Não se faz omelete sem quebrar os ovos" Política Pública e Participação Social no PAC Manguinhos - Rio de Janeiro. Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012, p. 158. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/t/d/1427.pdf>. Acesso em 22/04/2016.

Considerações Finais

Considerações Finais

No decorrer da década de 1990, a Fiocruz ampliou algumas de suas diretrizes de ‘compromisso social’, no âmbito da saúde. A instituição, que já desenvolvia, de forma sistemática, atividades nas áreas circunvizinhas, buscou uma nova perspectiva de participação na região através de ações que possibilitariam a geração de emprego e renda, como a criação da Cooperativa de Trabalhadores Autônomos do Complexo de Manguinhos.

A vulnerabilidade social que caracteriza a região de Manguinhos, na qual se inclui o crescimento da violência pelo aumento do tráfico de drogas e o confronto entre facções e a polícia, contribuiu para a atuação mais ampla da Fiocruz na região em várias de suas possibilidades. Embora a violência não figurasse como um dos principais motivos da elaboração do Projeto Universidade Aberta, as avaliações posteriores sobre o projeto e seus desdobramentos assumem essa questão como um dos fatores determinantes para sua execução.

Criado com o objetivo de “aproximação entre a População fonte dos problemas e a Academia produtora de conhecimentos e técnicas que visam a solução dos problemas, num processo de aculturação com proposta de cortar os curtos circuito de comunicação Academia-População-Academia,”³¹⁹ o Projeto Universidade Aberta almejava promover ações voltadas para a campo da saúde que possibilitassem a melhoria da qualidade de vida dos moradores da região. Os idealizadores do projeto identificavam na necessidade de ampliação de diálogo uma possível superação da ‘distância’ entre a ‘Academia’, a qual ‘produzia o conhecimento’ e as ‘comunidades de Manguinhos’, indicadas como ‘fonte de problemas’. O Universidade Aberta sugeria, como metodologia para esta questão, a aplicação da aculturação, a qual subentende-se um processo de troca que, porém, não se desvincula completamente do estabelecimento de uma relação de subordinação, na qual a troca quase sempre suprime o conhecimento popular.

Importa ressaltar que os documentos analisados sugerem que os idealizadores do Projeto Universidade Aberta buscavam estabelecer uma unidade nas Comunidades de

³¹⁹ Projeto Articulado de Melhoria de Qualidade de Vida – Universidade Aberta, p. 6.14. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

Manguinhos, sua perspectiva não alcançava a diversidade existente na região nem as diferenças existentes entre as comunidades constituintes da área do entorno da Fiocruz. A expectativa dos coordenadores do Universidade Aberta estava na possibilidade de aplicação de uma metodologia capaz de sanar os problemas identificados pelo projeto nas comunidades circunvizinhas. No decorrer do projeto também pode ser percebida a possibilidade de mudança de metodologia, na qual os coordenadores assumem a expectativa de um “processo de transformação social” em detrimento ao “processo de aculturação”.

Embora no projeto original do Universidade Aberta não houvesse um indicativo claro e objetivo de criação de uma cooperativa popular com o intuito de gerar emprego e renda, os subprojetos que o compunham apresentavam abordagens temáticas – socioeconômica, cultural e educacional; epidemiológica; ambiental – nas quais havia indicação de ações voltadas para a complementação de renda através da viabilização de um sistema de coleta seletiva e reciclagem de lixo que subsidiaria a elaboração do projeto piloto da COOTRAM.

As condições que possibilitaram a criação da COOTRAM encontravam-se para além do Projeto Universidade Aberta, embora este tenha sido o principal órgão viabilizador da cooperativa. A proximidade da Fiocruz com o Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida (COEP), do qual a fundação se tornou membro, partilhando e contribuindo com as ideias difundidas pelo comitê, aportou subsídios à construção da COOTRAM. Oriundo da mobilização social liderada, entre outros, por Herbert de Souza, o comitê buscava estimular em empresas públicas a realização de ações para além de suas atividades-fim, com o intuito de estabelecer a noção de responsabilidade perante a sociedade. A Fiocruz, no âmbito do COEP, ampliou sua atuação buscando maior diálogo, também, através da comunicação, o que foi viabilizado, naquele momento, com a criação com a proposta da Canal Saúde, ainda em funcionamento.

O COEP, em seu segundo ano de atuação, definiu como principal meta a elaboração de propostas de atividades que gerassem emprego e renda. No grupo de saúde do COEP, do qual fazia parte a Fiocruz, Paulo Buss, então representante, sugeriu a criação de uma cooperativa popular que atendesse as necessidades de geração de empregos na região de Manguinhos. A proposta de criação de uma cooperativa foi apoiada, não somente pela presidência da Fiocruz, como também por diversas unidades e departamentos da instituição, em especial pela Escola Nacional de Saúde Pública, responsável pelo Projeto Universidade Aberta, que concretizou a construção da COOTRAM. Importa ressaltar, que o apoio do Banco do Brasil e da Incubadora

de Cooperativas da COPPE-UFRJ foi fundamental para a implementação da cooperativa. As articulações concretizadas para a criação da COOTRAM, na década de 1990, configuraram-se, de acordo com Lécio Lima, representante do Banco do Brasil, em uma forma própria de atuação³²⁰, com uma proposta que visava agregar diversos setores, com a finalidade de se produzir uma ação que propunha a melhoria da qualidade de vida da região de Manguinhos, contribuindo para o combate da desigualdade social.

A participação da Fiocruz no COEP incluiu nas responsabilidades da fundação, naquele momento, a busca de soluções voltadas para o combate à fome, na expectativa de contribuir para ações referentes à transferência de renda aos segmentos da população julgados como vulneráveis, não se configurando, no entanto, como um marco de efetiva transformação social na superação profunda das desigualdades do Brasil, que se implantavam, na realidade, na estrutura do país.

O destaque atribuído à COOTRAM encontrava-se em sua própria constituição, que contou com os esforços de diversos segmentos, e também os desdobramentos provenientes da cooperativa, como as Incubadoras Tecnológicas e o Proninc, que buscavam apoiar iniciativas relativas à criação de cooperativas populares no Brasil.

Implementada pela Fiocruz, a COOTRAM configurou-se como uma estratégia do Projeto Universidade Aberta, que buscava a atuação nas Comunidades de Manguinhos visando o desenvolvimento social e econômico da região e a melhoria da qualidade de vida dos moradores. Ao mesmo tempo, o comitê apresentava em suas propostas, como princípio, a promoção de uma sociedade mais justa e solidária e defendia a criação de cooperativas populares com caráter democrático e de autogestão.

A criação da COOTRAM, como uma cooperativa popular, correspondia tanto à expectativa da Fiocruz, como à proposta do COEP, expressas naquele momento, o que na prática não foi alcançado. Desde sua criação, em 1994, até o ano de 2001, quando foi aprovado um novo estatuto, parte do seu quadro administrativo era ocupado por funcionários da fundação, o que conferia um determinado controle da cooperativa pela Fiocruz o que, certamente, dificultava a construção de sua autonomia. Com o novo estatuto criou-se um conselho consultivo que atuava através de pareceres e ações propositivas, desde que fosse

³²⁰ REDE NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL COEP. Das ruas às redes: 15 anos de mobilização social na luta contra a fome e a pobreza/COEP. Rio de Janeiro: COEP, 2008. P. 97. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/ruas_redes_2008.pdf. Acesso em 22 de abril em 2015.

solicitado pelo Conselho de Administração e a Assembleia Geral de Sócios, sem ter um caráter deliberativo.

Quanto ao processo eleitoral, havia indícios de que não era pleno, diante da pouca participação dos cooperados no processo, o que foi explicitado no relatório de diagnóstico, apesar do questionamento de Cynamon com relação à crítica às indicações para a composição do quadro administrativo. Além deste relatório algumas Atas de Reunião indicavam o descontentamento de parte dos cooperados com o processo eleitoral e com a administração da cooperativa.

Cabe ressaltar, que o convênio firmado entre a Fiocruz e a COOTRAM, que correspondia à principal forma de viabilizar financeiramente a cooperativa, também se configurou como um fator de dependência da cooperativa em relação à fundação. A determinação de suspensão definitiva deste convênio apresentada pelo TCU à COOTRAM impediu a manutenção das atividades da cooperativa, embora houvesse prestação de serviços para outras instituições, pois estas não ofereciam suporte financeiro suficiente para o seu funcionamento, acarretando a extinção da cooperativa em 2005.

Outro obstáculo à manutenção da COOTRAM, como uma cooperativa, constituiu-se na dificuldade de estabelecer uma cultura cooperativista, visto que a maioria dos cooperados percebia sua relação de trabalho a partir do vínculo ‘patrão-empregado’, e não como membro da cooperativa, com participação igualitária.

Importa ressaltar que a COOTRAM apresentou um crescimento significativo num curto espaço de tempo, apesar de sua fragilidade administrativa e mesmo da falta de clareza da relação entre os cooperados e a direção da cooperativa, não necessariamente configuram-se como a causa de sua extinção. A denúncia da possível vinculação da cooperativa com o tráfico de drogas ilícitas pode ser relacionada à perda de controle organizacional da cooperativa e mesmo do apoio público à COOTRAM.

A criação da COOTRAM foi possível devido a um conjunto de fatores, em especial, a reestruturação da Fiocruz que, afora suas atividades de pesquisas, recursos humanos e tecnologias voltadas para a área da saúde, vinha fortalecendo seu “compromisso social” perante a sociedade, com apoio de gestores da instituição que a vislumbravam para além de sua missão institucional. Além dos fatores internos, destaca-se, também, o apelo público fomentado pela maior visibilidade dos problemas relacionados à fome e miséria, assim como as propostas para superação do quadro de desigualdade social e econômica no país.

A implantação da COOTRAM na região de Manguinhos representou, ao longo de sua trajetória, o crescimento do número de pessoas com trabalho formal, não se configurando, porém, no real e permanente desenvolvimento social e econômico das comunidades. Para a Fiocruz, a implantação da cooperativa representou a economia de recursos financeiros, além de possibilitar e possibilitou que a instituição não elaborasse o processo licitatório referente à contratação de empresas de prestação de serviços de limpeza e manutenção predial.

A cooperativa popular de Manguinhos configurou-se como um objeto de pesquisa para este estudo e, certamente, possibilitaria a elaboração de diversas outras questões que não foram desenvolvidas, sendo algumas sinalizadas e outras que foram vislumbradas mas que merecem maior atenção em possíveis trabalhos futuros. Dentre elas, destacam-se a possibilidade de análise da visão de alguns atores que participaram da COOTRAM, em especial os cooperados, o aprofundamento da análise do processo de modificação da metodologia utilizada pelos coordenadores do Projeto Universidade Aberta, além de uma verificação detalhada do desenvolvimento econômico e social de Manguinhos e do possível aumento do poder aquisitivo da população da região no período provocado pela implantação da cooperativa.

Referências

Referências

Fontes

Fontes Impressas

Anteprojeto e Estatuto Da Fiocruz, 1988. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

Anteprojeto para Viabilização Financeira de Execução Semi-Autofinanciamento de Habitações Populares Novas e Reforma de Antigas, e de Lazer, Cultura e Arte através da Co-Participação de Gerações Universidade Aberta/Cootram – Piloto: Complexo De Manguinhos. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

Ata da Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos do Complexo de Manguinhos, 07/08/2001. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

Ata da Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos do Complexo de Manguinhos, 14/08/2001. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

Ata de Assembleia Geral de Constituição da Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos de Manguinhos Ltda. 22/11/1994. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

Ata de Reunião do Fórum de Cooperativismo, 30/07/1996. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

BRASIL, Decreto nº 77.481 de 23 de abril de 1976. Aprova o Estatuto da Fundação Oswaldo Cruz e dá outras providências. Brasília, 23 de abril de 1976.

BRASIL. Decreto nº 807, de 22 de abril de 1993. Institui o Conselho Nacional de Segurança Alimentar Consea e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil Brasília, 24 de abril de 1993.

BUSS, Paulo Marchiori. Parceria Estado-Comunidade no Nível Local: A Experiência da Fiocruz com a Cooperativa de Manguinhos. VPEI/Fiocruz, fevereiro de 1996. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

Carta de Renúncia. 14/08/2001. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

Convênio nº 018/95. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

CYNAMON, Szachna Eliazs. Comentário sobre o relatório final do IBRAES. 18/08/2001. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

Estatuto Social da Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos de Manguinhos Ltda. 14/12/2001. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

FIGUEIREDO, Isabela Lira. 10 anos de Universidade Aberta: O encontro da Fiocruz com as comunidades de Manguinhos pela transformação social. 1ª ed. Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ, 2003. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

FIOCRUZ/ENSP/DSSA/UNIVERSIDAABERTA. Projeto Universidade Aberta – Habitação e Saúde: Subprojeto Intersetorial Progressivo de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável no Âmbito da Habitação e da Promoção dentro de uma Área Favelada Piloto: Complexo de Manguinhos. Folder, s/d. Acervo Fundo Szachna Cynamon.

FOLHETO, A Experiência da Fiocruz com a Cooperativa de Manguinhos. Folheto. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (Fiocruz). Relatório de Atividades – 1993/1994. Rio de Janeiro: Fiocruz. Relatório.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (Fiocruz). Relatório Final. II Congresso Interno: Ciência e Saúde: Compromisso Social da Fiocruz. Rio de Janeiro: Fiocruz. 1994. Relatório.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. O Mapa da Fome: subsídios à formulação de uma política de segurança alimentar. Documento de Política nº 14, vol.1. Brasília.

Memorando circular nº 27/94 – VPEI. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

Memorando Circular nº 017/93-VPPqA. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

Memorando nº 073/93 – GD/ENSP. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

MOREL, Carlos Médicis. Relatório Final. II Congresso Interno: Ciência e Saúde: Compromisso Social da Fiocruz. Rio de Janeiro. Fiocruz. 1994, p. 6.

Projeto Articulado de Melhoria de Qualidade de Vida – Universidade Aberta, 1993. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

Projeto de Pesquisa/Projeto Articulado de Melhoria de Qualidade de Vida – Universidade Aberta. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

Projeto Piloto de Implantação de Cooperativa de Trabalhadores Autônomos do Complexo de Manguinhos, s/d. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

Proposta de discussão para o I Congresso da Fundação Oswaldo Cruz, 1988.

Propostas para a Discussão do II Congresso Interno da Fundação Oswaldo Cruz, agosto de 1993.

Regulamento dos Fundos da Cooperativa de Trabalhadores Autônomos do Complexo de Manguinhos. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

Relatório do Projeto Articulado em Recuperação Ambiental e Profissionalização de Adolescente. PAIRAPA-Abril de 2000. Acervo do Fundo Szachna Cynamon. Relatório.

Relatório Final do Diagnóstico de Reconhecimento Situacional da COOTRAM. 07/2001. Relatório. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

Relatório Final. II Congresso Interno: Ciência e Saúde: Compromisso Social da Fiocruz. Rio de Janeiro. Fiocruz. 1994.

Reportagem no caderno de polícia de 02/11/2003 do Jornal O DIA. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

Subprojeto Articulado de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável Direcionado Urbanização, Habitação, Saneamento e Promoção da Saúde dentro de uma Área Favelada Piloto: Complexo de Manguinhos - Projeto Articulado de Melhoria de Qualidade de Vida Universidade Aberta. Acervo do Fundo Szachna Cynamon.

Fonte Oral

Entrevista concedida por Paulo Buss, no dia 03 de outubro de 2016, para o projeto História de Manguinhos, entrevistado por Tania Maria Fernandes, André Luiz da Silva Lima e Vanêssa Alves Pinheiro no CRIS Fiocruz.

Fontes Digitais

Ata nº8, de 22 de março de 2005, da sessão ordinária do Tribunal de Contas da União, Secretaria Geral das Sessões, Primeira Câmara, p. 24. Disponível em: <http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2045414.PDF>. Acesso em 01 de março de 2016.

BRASIL, Decreto nº66.624, de 22 de maio de 1970. Dispõe sobre a Fundação Instituto Oswaldo Cruz. Brasília, 22 de maio de 1970. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=95119>. Acesso em 07 de dezembro de 2016.

BRASIL. Decreto nº 1.366, de 12 de janeiro de 1995. Dispõe sobre o Programa Comunidade Solidária e dá outras providências. Brasília, 12 de janeiro de 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1995/D1366.htm. Acesso em 11 de junho de 2016.

BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Brasília, 21 de junho de 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm. Acesso em 04 de novembro de 2016.

Canal Saúde, s/d. Rede Nacional de Mobilização Social COEP. Disponível em: <http://www.coepbrasil.org.br/portal/publico/apresentarConteudo.aspx?CODIGO=C201133015280321>. Acesso em 15 de outubro de 2016.

Carta. In: Rede Nacional de Mobilização Social COEP. Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida 1993-2002: “Nove Anos Construindo Caminhos”. 2002, p. 122. Disponível em: <http://www.coepbrasil.org.br/coep20anos/UploadArquivo/files/LivroDocumentosCOEP.pdf>. Acesso em 24 de abril de 2015.

COMITÊ DE ENTIDADES PÚBLICAS NO COMBATE À FOME E PELA VIDA. Disponível em: <http://www.coepbrasil.org.br/coep20anos/publico/site.aspx?ID=543acf4c-af5d-4ea5-b5a1-4ca584681e4b&SiteID=25>. Acesso em 23 de outubro de 2016.

FIOCRUZ. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/pt-br/content/historia>. Acesso 15 de abril de 2017.

Histórico. In: Rede Nacional de Mobilização Social COEP. Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida 1993-2002: “Nove Anos Construindo Caminhos”. 2002. Disponível em: <http://www.coepbrasil.org.br/coep20anos/UploadArquivo/files/LivroDocumentosCOEP.pdf>. Acesso em 24 de abril de 2015.

Informe. In: Rede Nacional de Mobilização Social COEP. Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida 1993-2002: “Nove Anos Construindo Caminhos”. 2002. Disponível em:

<http://www.coepbrasil.org.br/coep20anos/UploadArquivo/files/LivroDocumentosCOEP.pdf>. Acesso em 24 de abril de 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme/pmec112002.shtm>. Acesso em 02 de maio de 2017.

Moção. In: Rede Nacional de Mobilização Social COEP. Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida 1993-2002: “Nove Anos Construindo Caminhos”. 2002, p. 123. Disponível em: <http://www.coepbrasil.org.br/coep20anos/UploadArquivo/files/LivroDocumentosCOEP.pdf>. Acesso em 24 de abril de 2015.

Vídeo. OFICINA SOCIAL - CENTRO DE TECNOLOGIA, TRABALHO E CIDADANIA. COOTRAM, Construindo Cidadania. 13'42". Disponível em: <http://www.coepbrasil.org.br/coep20anos/publico/Home.aspx>. Acesso em 23 de março de 2016.

Plano de Ação do Comitê de Empresas Estatais, 28/10/1993. Rede Nacional de Mobilização Social COEP. Disponível em: <http://www.coepbrasil.org.br/portal/publico/apresentarConteudo.aspx?CODIGO=C200812315188156>. Acesso em 15 de outubro de 2016.

Propostas de Resolução do Consea, 02/1994. Rede Nacional de Mobilização Social COEP. Disponível em: <http://www.coepbrasil.org.br/portal/publico/apresentarConteudo.aspx?CODIGO=C2008123154337734>. Acesso em 15 de outubro de 2016.

Protocolo de Intenções do Proninc. In: Rede Nacional de Mobilização Social COEP. Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida 1993-2002: “Nove Anos Construindo Caminhos”. 2002. Disponível em: <http://www.coepbrasil.org.br/coep20anos/UploadArquivo/files/LivroDocumentosCOEP.pdf>. Acesso em 24 de abril de 2015.

Protocolo. In: Rede Nacional de Mobilização Social COEP. Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida 1993-2002: “Nove Anos Construindo Caminhos”. 2002, p. 5. Disponível em: <http://www.coepbrasil.org.br/coep20anos/UploadArquivo/files/LivroDocumentosCOEP.pdf>. Acesso em 24 de abril de 2015.

RADIS. Súmula nº 45, abril, 1993. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=Radis20&pesq=dados>. Acesso em 12 de janeiro de 2017.

Termo de Adesão do COEP, Rio de Janeiro, 02/08/1993. Rede Nacional de Mobilização Social COEP. Disponível em: <http://www.coepbrasil.org.br/portal/publico/apresentarConteudo.aspx?CODIGO=C2008117192626312>. Acesso em 15 de outubro de 2016.

Bibliografia

- A AÇÃO DA CIDADANIA CONTRA A MISÉRIA E PELA VIDA. Disponível em: <http://www.acaodacidadania.com.br/?page=quemsomos>. Acesso em 15 de novembro de 2015.
- ALVITO, Marcos. Um bicho de sete cabeças. In: ALVITO, Marcos. (orgs.) Um século de Favela. 4ª edição. Editora FGV. 2004.
- ARRUDA, Marcos. Estratégias de formação no campo da economia dos setores populares. In: KRAYCCHETE, Gabriel, AGUIAR, Katia (org.). Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégias de formação. São Leopoldo: Oikos, 2007.
- BLOCH, Marc. Apologia da História, ou o Ofício do Historiador. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2001.
- BODSTEIN, Regina, ZANCAN, Lenira. Avaliação das Ações de Promoção da Saúde em Contextos de Pobreza e Vulnerabilidade Social. In: BODSTEIN, Regina, ZANCAN, Lenira, MARCONDES, Willer B. (org.). Promoção da saúde como caminho para o desenvolvimento local: a experiência em Manguinhos. Rio de Janeiro: Abrasco/Fiocruz, 2002.
- BOSI, Alfredo. Dialética da Colonização. 3ª edição, São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BRUM, Mario Sergio Ignácio. Cidade Alta: História, memórias e estigmas de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro. 2011.361 f. Tese (Doutorado em História Social) Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, UFF, Niterói, 2011.
- BRUM, Mario Sergio Ignácio. Relações entre Favelas e Estado no Século XX. 2003. 206 f. Monografia (Graduação em História). Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2003, p. 13.
- BUSS, Paulo Marchiori. Promoção e educação em saúde no âmbito da Escola de Governo em Saúde da Escola Nacional de Saúde Pública. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 15 (Sup. 2), 1999.
- CANÇADO, Airton Cardoso. Para a apreensão de um conceito de cooperativa popular. In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 29. 2005, Brasília. Anais. Brasília, 2005.
- CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Herbert José de Sousa. Verbete biográfico. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/herbert-jose-de-sousa>. Acesso em 17 de março de 2016.
- CHAVEAU, Agnes & TÉTART, Philippe. (orgs.). Questões para a História do Tempo Presente. Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- CUCHE, Denys. A noção de cultura nas ciências sociais. Bauru: EDUSC, 1999.
- CYNAMON, Szachna Eliaz, et al. A experiência do Programa Universidade Aberta e suas contribuições para a transformação social. Revista Ciência & Saúde Coletiva, 2005, setembro-dezembro, 10. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413

-81232005000500021. Acesso em 05 de abril de 2015.

FERNANDES, Tania Maria. Vacina Antivariólica: ciência, técnica e o poder dos homens, 1808-1920. 2.ed. ver. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010.

FERNANDES, Tania Maria, COSTA, Renato da Gama-Rosa. História de Pessoas e Lugares: Memórias das Comunidades de Manguinhos. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

FERNANDES, Tania. Ouvindo Histórias e Memórias: o depoimento oral como fonte. In: FRANCO, Sebastião Pimentel, NASCIMENTO, Dilene Raimundo do, SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. (orgs.) Uma História Brasileira das Doenças. Vol.6. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2016.

FERREIRA, José Roberto, BUSS, Paulo Marchiori. O que o desenvolvimento local tem a ver com a promoção da saúde? In: ZANCAN, Lenira, BODSTEIN, Regina, MARCONDES, Willer B. (org.). Promoção da saúde como caminho para desenvolvimento local: a experiência em Manguinhos – RJ. Rio de Janeiro: Abrasco/Fiocruz.

FLAMARION, CIRO e VAINFAS, Ronaldo. História e Análise de Textos. In: FLAMARION, CIRO e VAINFAS, Ronaldo (Org.). Domínios da História: Ensaios de teoria e metodologia. 5ª ed., Editora Campus Ltda., 1997.

GAWLAK, Albino, RATZKE, Fabiane. Cooperativismo: primeiras lições. 3a. Ed. Brasília: SESCOOP, 2007. Disponível em: <http://www.sicoobuniaocentrooeste.com.br/util/cartilha.pdf>. Acesso em 26 de outubro de 2016.

GIFFIN, Karen, SHIRAIWA, Tizuko. O agente comunitário de Saúde Pública: a proposta de Manguinhos. Cadernos de Saúde Pública, RJ, jan/mar. 1989, vol. 5 nº1.

GLÉNISSON, Jean. O objeto material da pesquisa: o documento. In: GLÉNISSON, Jean. Iniciação aos Estudos Históricos. Difel, 2ª edição, São Paulo, 1977.

Glossário do Projeto Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2003.

GUIMARÃES, Gonçalo. Ossos do ofício: cooperativas populares em cena aberta. Rio de Janeiro: COPPE: FINEP, 1998.

KLIGERMAN, Débora Cynamon, et al. Universidade Aberta: Uma Contribuição para a Gestão Ambiental Sustentável. In: BODSTEIN, Regina, ZANCAN, Lenira, MARCONDES, Willer B.(org.). Promoção da saúde como caminho para o desenvolvimento local: a experiência em Manguinhos. Rio de Janeiro, Abrasco/Fiocruz, 2002.

LAGROU, Pieter. Sobre a atualidade da história do tempo presente. In: PÔRTO Jr, Gilson. (org.). História do tempo presente. Bauru, SP: Edusc, 2007.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

LE GOFF, Jacques. Prefácio. In: BLOCH, Marc. Apologia da História, ou o Ofício do Historiador. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2001.

LECHAT, Nöelle Marie Paule. Trajetórias intelectuais e o campo da economia solidária no Brasil. 2004. 314f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas, 2004.

LIMA, André Luiz da Silva. As relações de poder na condução de políticas públicas em assentamentos populares: As associações de moradores no contexto da implementação das intervenções do PAC em Manguinhos (RJ, 2008-2013). Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas. 2014. Disponível em: http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400530976_ARQUIVO_ANDRE_LUIZDASILVALIMA.pdf. Acesso em 15 de maio de 2016.

LIMA, André Luiz da Silva. Atuação de agentes comunitários em favelas: um capítulo de sua história na área da saúde, em Manguinhos, entre os anos de 1986 a 1989. *Libertas*, v.15, n. 2, 2015.

LIMA, Luciana Dias de, et al. A Experiência da Construção de um Sistema de Informação Geográfica em um Serviço Básico de Assistência à Saúde. In: NAJAR, Alberto Lopes, MARQUES, Eduardo Cesar (org.). *Saúde e espaço: estudos metodológicos e técnicas de análise*. [on-line]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1998.

MACHADO, Roger Elias Bernabé. O Cotidiano de trabalho de Cooperativados no Serviço de Limpeza: um olhar sobre a inserção da Comunidade de Manguinhos na Fundação Oswaldo Cruz/RJ. Dissertação de mestrado em Ciências na área da Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.

MENICUCCI, Telma. A implementação da Reforma Sanitária: a formação de uma política. In: HOCHMAN, Gilberto, ARRETICHE, Marta, MARQUES, Eduardo (orgs.). *Políticas Públicas no Brasil*. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2007.

NASCIMENTO, Renato Carvalheira do. A fome como uma questão social nas políticas públicas brasileiras. *Revista IDeAS*, v. 3, n. 2, p. 197-225, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4059720.pdf>. Acesso em 23 de maio de 2016.

OFICINA SOCIAL - CENTRO DE TECNOLOGIA, TRABALHO E CIDADANIA. Construindo alternativas de geração de trabalho e renda: PRONINC – Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares. *Cadernos da Oficina Social 10*. Rio de Janeiro. 2002.

OFICINA SOCIAL - CENTRO DE TECNOLOGIA, TRABALHO E CIDADANIA. COOTRAM, Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos de Manguinhos. *Caderno Oficina Social II*. 1999, p. 3.

OFICINA SOCIAL - CENTRO DE TECNOLOGIA, TRABALHO E CIDADANIA. O Fórum de Cooperativismo: Construindo alternativas de geração de trabalho e renda: PRONINC – Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares. *Cadernos da Oficina Social 10*. Rio de Janeiro. 2002.

OLIVEIRA, Benedito Anselmo Martins de. O Capital Social nas Cooperativas Populares e suas Relações com a Economia Solidária. IN: SBS – XII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2005.

PAIVA, Carlos Henrique Assunção, TEIXEIRA, Luiz Antonio. “Reforma sanitária e a criação do Sistema Único de Saúde: notas sobre contextos e autores”. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.21, n.1, jan-mar. 2014.

PEITER, Gleyse. O papel do Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida – COEP. In: *Oficina Social, COMPROMISSO Social: Um novo desafio para as organizações caderno oficina social*. *Cadernos da Oficina Social, I*. Rio de Janeiro: Oficina Social, 1999.

PELIANO, Ana Maria T. Medeiros, RESENDE, Luis Fernando de Lara, BEGHIN, Nathalie. O Comunidade Solidário: uma Estratégia de Combate à Fome e à Pobreza. Planejamento e políticas públicas nº 12, jan/jun, 1995. Disponível em: <http://www.en.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/139/141>. Acesso em 24 de setembro de 2016.

PEREIRA, Gilza S., CASTRO, Inês R. R. de. Considerações sobre o Plano de Combate à Fome e à Miséria. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 9 (supl.1): 106-113, 1993.

PIVETTA, Fatima. Laboratório Territorial como Instância para a Promoção da Saúde Contribuição para as Discussões acerca do Programa DLIS Manguinhos. In: BODSTEIN, Regina, ZANCAN, Lenira, MARCONDES, Willer B. (org.). Promoção da saúde como caminho para o desenvolvimento local: a experiência em Manguinhos. Rio de Janeiro: Abrasco/Fiocruz, 2002.

REDE NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL COEP. Das ruas às redes: 15 anos de mobilização social na luta contra a fome e a pobreza/COEP. Rio de Janeiro: COEP, 2008. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/ruas_redes_2008.pdf. Acesso em 22 de abril em 2015.

REDE NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL COEP. Disponível em: <http://www.coepbrasil.org.br/coep20anos/publico/site.aspx?ID=fa9759fb-f6e8-4811-a3e3-23b13848a12d&SiteID=5>. Acesso em 17 de junho de 2016.

REDE NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL COEP. Disponível em: <http://www.coepbrasil.org.br/portal/publico/apresentarTrajetorias.aspx>. Acesso em 11 de novembro de 2016.

REIS, Carlos Nelson dos, MEDEIROS, Luiz Edgar. Responsabilidade social das empresas e balanço social: meios propulsores do desenvolvimento econômico e social. São Paulo: Atlas, 2009.

RIO DE JANEIRO. Decreto nº. 7980 de 12 de agosto de 1988. Delimita a XXX Região Administrativa - Maré, criada pelo Decreto nº 6.011, de 4 de agosto de 1986, e altera os limites da X Região Administrativa - Ramos e dos bairros de Manguinhos, Ramos, Bonsucesso e Olaria, constantes do Decreto nº 5.280, de 23 de agosto de 1985. RIOUX, J-P. Pode-se fazer uma história do presente? In: CHAVEAU, Agnes & TÉTART, Philippe. (orgs.). Questões para a História do Tempo Presente. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

RIO DE JANEIRO. Lei Complementar nº 16, de 4 de junho de 1992. Dispõe sobre a política urbana do município, institui o plano diretor decenal da cidade do rio de janeiro, e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/lei-complementar/1992/1/16/lei-complementar-n-16-1992-dispoe-sobre-a-politica-urbana-do-municipio-institui-o-plano-diretor-decenal-da-cidade-do-rio-de-janeiro-e-da-outras-providencias>. Acesso em 12 de janeiro de 2016.

ROUSSO, Henry. O arquivo ou indício de uma falta. Estudos Históricos, 9(17), p. 85-95, 1996.

RUAS, João Luiz de Lima. ITCP – Uma Cronologia Documental. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, [s/d.]. Disponível em: <http://www.itcp.coppe.ufrj.br/pdf/Cronologia.ITCP.pdf>. Acesso em 13 de maio de 2015.

SANTOS, Paulo Roberto Elian, et al. História: experiência e perspectiva: A Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca: um laboratório de idéias para a saúde. In: LIMA, Nísia

Trindade, FONSECA, Cristina M. Oliveira, SANTOS, Paulo Roberto Elian (org.). Uma escola para a saúde. [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E PARCERIAS DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Parcerias por um Brasil sem fome e mais justo: sociedade, empresas e governo juntos para gerar renda e dignidade. Brasília: MDS, UNESCO, 2006. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001469/146981por.pdf>. Acesso em 18 de maio de 2016.

SILVA, Sandro Pereira. A Trajetória Histórica da Segurança Alimentar e Nutricional na Agenda Política Nacional: Projetos, Descontinuidades e Consolidação. Texto para discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília/Rio de Janeiro: Ipea, 2014. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3019/1/TD_1953.pdf. Acesso em 19 de novembro de 2016.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. Economia Solidária, Volume 2. UFF, p. 31. Disponível em: <http://www.uff.br/incubadoraecosol/docs/ecosolv2.pdf>. Acesso em 27 de maio de 2016.

SINGER, Paul. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. Estud. av. [online]. 2004, vol.18, n.51.

SINGER, Paul. Economia solidária. 23/09/2007. Entrevista concedida a Paulo de Salles Oliveira, professor do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da USP.

SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária. 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SPITZ, André Roberto, PEITER, Gleyse Maria Couto, CARMONA, Marcos Roberto. COEP e o desenvolvimento comunitário: projetos de referência para a replicação. Estudos e Pesquisa nº66, XVI Fórum Nacional Economia do Conhecimento, Crescimento Sustentado e Inclusão Social. Rio de Janeiro, maio, 2004.

SPOSATI, Aldaiza. Tendências latino-americanas da política social pública no século 21. R. Katál., Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 104-115, jan./jun. 2011.

THIOLLENT, Michel Jean Marie, COLETTE, Maria Madalena. Pesquisa-ação, formação de professores e diversidade. Acta Scientiarum. Human and Social Sciences. Maringá, v. 36, n. 2, p. 207-216, July-Dec., 2014.

TRINDADE, Claudia. "Não se faz omelete sem quebrar os ovos" Política Pública e Participação Social no PAC Manguinhos - Rio de Janeiro. Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1427.pdf>. Acesso em 22/04/2016.

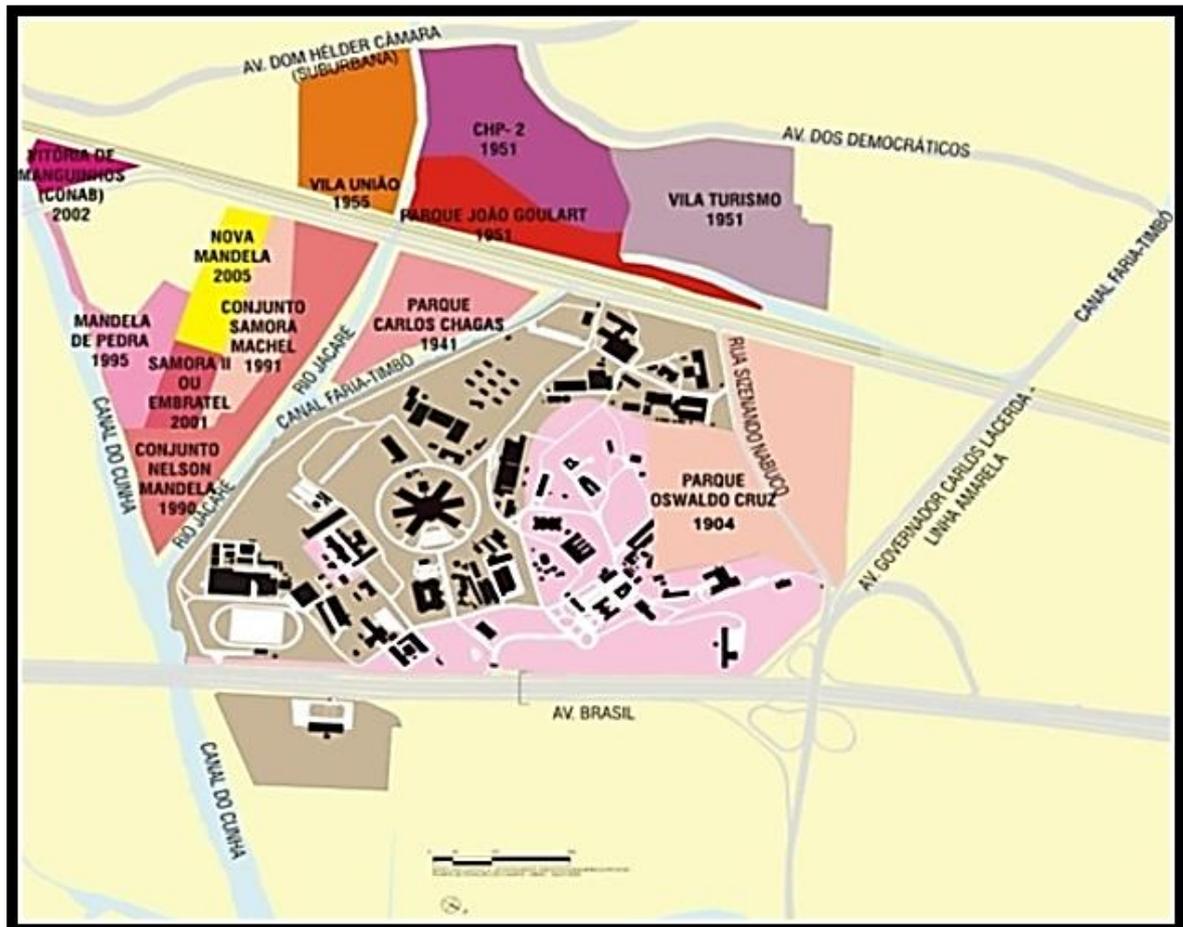
VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Fome, solidariedade e ética: uma análise do discurso da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida. História, Ciências, Saúde, vol. 11, maio-ago. Maginhos: 2004.

WACHTEL, Nathan. A aculturação. In: LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre. História: novos problemas. 4ª edição. Livraria Francisco Alves Editora S.A. Rio de Janeiro. 1995.

ZALUAR, Alba, ALVITO, Marcos. (orgs.) Um século de Favela. 4ª edição. Editora FGV. 2004.

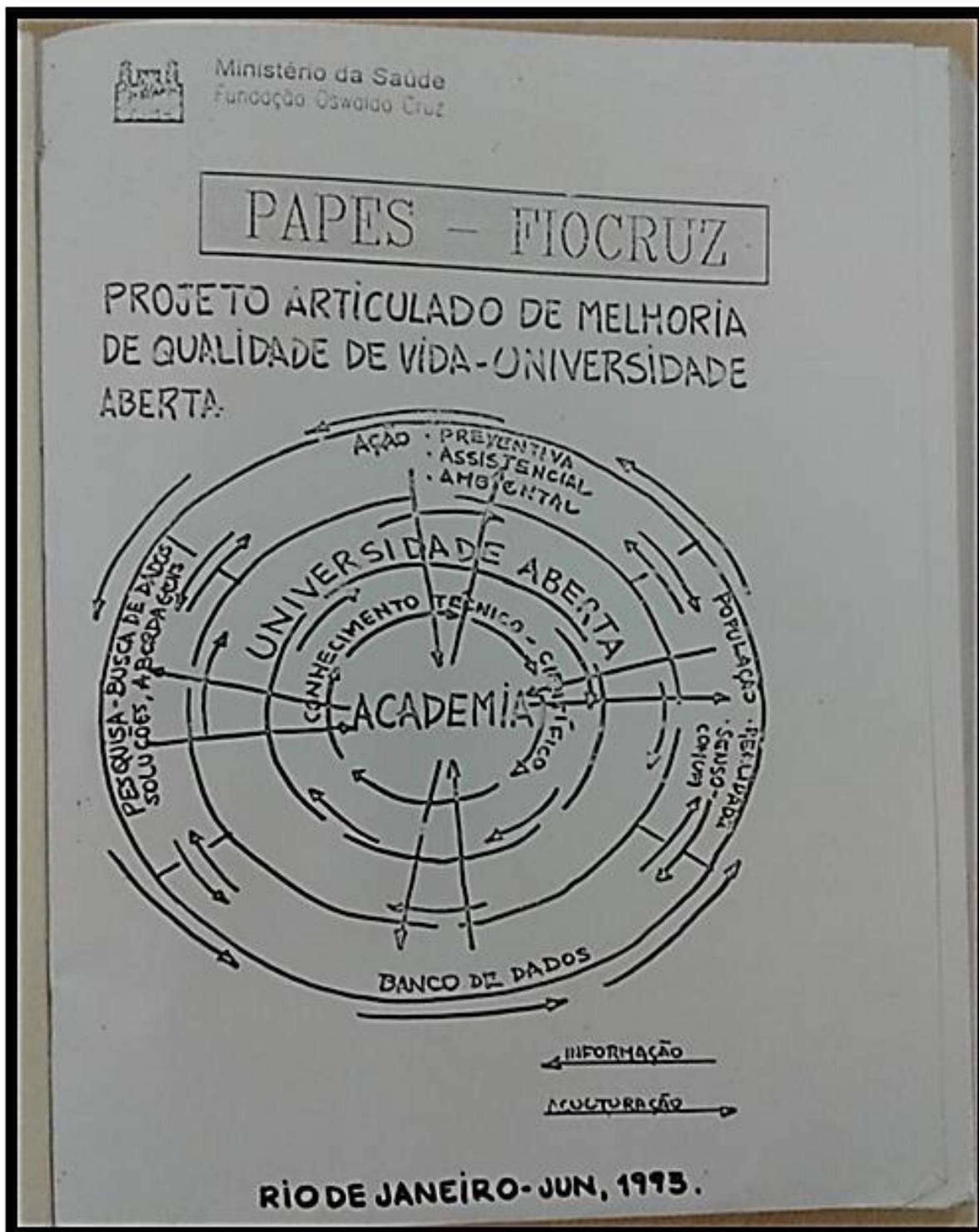
Anexos

Figura 1: Comunidades de Manguinhos e Fiocruz, 2000



Fonte: FERNANDES, Tania Maria e COSTA, Renato da Gama-Rosa. História de Pessoas e Lugares: Memórias das Comunidades de Manguinhos. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009, p. 169

Figura 2: Folha de capa do Projeto Articulado de Melhoria de Qualidade de Vida – Universidade Aberta, 1993



Fonte: Fundo Szachna Cynamon, Acervo da Casa Oswaldo Cruz/Fiocruz

Figura 3: Pintura dos latões de lixo doados à COOTRAM. Publicação 10 anos de Universidade Aberta, 2003



Fonte: Fundo Szachna Cynamon, Acervo da Casa Oswaldo Cruz/Fiocruz

Figura 4: Termo de adesão ao COEP, Rio de Janeiro, 02/08/1993

COMITÊ DAS EMPRESAS PÚBLICAS NO COMBATE À FOME E PELA VIDA

TERMO DE ADESÃO

O combate à fome e à miséria foi definido como prioridade absoluta do Governo Federal. Um amplo movimento social, a ação da cidadania contra a fome e a miséria e pela vida, se expande hoje por todo o País.

As empresas do setor público não poderiam deixar de ter uma participação ativa e total nessa campanha.

Após um trabalho rigoroso de discussão e planejamento, estamos encaminhando a Vossa Excelência o resultado de nosso esforço, expresso no Programa de Combate à Fome e à Miséria realizado pelas empresas que subscrevem esse documento, componentes do Comitê de Empresas Públicas no Combate à Fome e Pela Vida.

Entendemos que essa é a melhor forma de expressar o caráter público de nossas empresas e o sentido histórico de nosso compromisso com a sociedade.

ENTIDADE	NOME DO PRESIDENTE	ASSINATURA
BANCO DO BRASIL	ALCIR AUGUSTINHO CALLIARI	<i>[Handwritten Signature]</i>
BANESTES	LUIZ FERNANDO VICTOR	<i>[Handwritten Signature]</i>
BNB	JOÃO ALVES DE MELLO	<i>[Handwritten Signature]</i>
BNDES	LUIZ CARLOS DELBEN LEITE	<i>[Handwritten Signature]</i>
CEF	DANILO DE CASTRO	<i>[Handwritten Signature]</i>
CEMIG	CARLOS ELOY	<i>[Handwritten Signature]</i>
CESP	ANTONIO CARLOS BONINO DE PAIVA	<i>[Handwritten Signature]</i>
CHESF	JÚLIO SÉRGIO MOREIRA	<i>[Handwritten Signature]</i>
DNC	MARCELLO GUIMARÃES MELLO	<i>[Handwritten Signature]</i>
ECT	JOSÉ CARLOS ROCHA LIMA	<i>[Handwritten Signature]</i>
ELETOBRÁS	JOSÉ LUIZ ALQUÉRES	<i>[Handwritten Signature]</i>
EMBRAPA	MURILO XAVIER FLORES	<i>[Handwritten Signature]</i>
EMBRATEL	RENATO BAYMA ARCHER DA SILVA	<i>[Handwritten Signature]</i>
FIOCRUZ	CARLOS MÉDICIS MOREL	<i>[Handwritten Signature]</i>
FINEP	LOURIVAL CARMO MÔNACO	<i>[Handwritten Signature]</i>
FURNAS	MARCELLO LIGNANI SIQUEIRA	<i>[Handwritten Signature]</i>
IBGE	SILVIO AUGUSTO MINCIOTTI	<i>[Handwritten Signature]</i>
INCRA	OSVALDO RUSSO AZEVEDO	<i>[Handwritten Signature]</i>
INT	MARIA APARECIDA STALLIZIERI NEVES	<i>[Handwritten Signature]</i>

Fonte: Rede Nacional de Mobilização Social COEP. Disponível em: <http://www.coeptbrasil.org.br/portal/publico/apresentarConteudo.aspx?CODIGO=C2008117192626312>. Acesso em 11 de novembro de 2016

Figura 5: Termo de adesão ao COEP, Rio de Janeiro, 02/08/1993

COMITÊ DAS EMPRESAS PÚBLICAS NO COMBATE À FOME E PELA VIDA

TERMO DE ADESÃO

O combate à fome e à miséria foi definido como prioridade absoluta do Governo Federal. Um amplo movimento social, a ação da cidadania contra a fome e a miséria e pela vida, se expande hoje por todo o País.

As empresas do setor público não poderiam deixar de ter uma participação ativa e total nessa campanha.

Após um trabalho rigoroso de discussão e planejamento, estamos encaminhando a Vossa Excelência o resultado de nosso esforço, expresso no Programa de Combate à Fome e à Miséria realizado pelas empresas que subscrevem esse documento, componentes do Comitê de Empresas Públicas no Combate à Fome e Pela Vida.

Entendemos que essa é a melhor forma de expressar o caráter público de nossas empresas e o sentido histórico de nosso compromisso com a sociedade.

ENTIDADE	NOME DO PRESIDENTE	ASSINATURA
LIGHT	JOAQUIM A. MacDOWELL L. CASTRO	<i>[Assinatura]</i>
NUCLEN	EVALDO CESARI OLIVEIRA	<i>[Assinatura]</i>
PETROBRAS	JOEL MENDES REHNO	<i>[Assinatura]</i>
RADIOBRAS	LUIZ OTÁVIO CASTRO SOUZA	<i>[Assinatura]</i>
RFFSA	RENATO DA SILVA ALMEIDA	<i>[Assinatura]</i>
SERPRO	EDUARDO BRANDÃO AZEREDO	<i>[Assinatura]</i>
SUDENE	CÁSSIO CUNHA LIMA	<i>[Assinatura]</i>
TELERJ	JOSÉ CASTRO FERREIRA	<i>[Assinatura]</i>
UFRJ	NELSON MACULAN	<i>[Assinatura]</i>
VALE DO RIO DOCE	FRANCISCO SCHETTINO	<i>[Assinatura]</i>

Rio, 02 de agosto de 1993

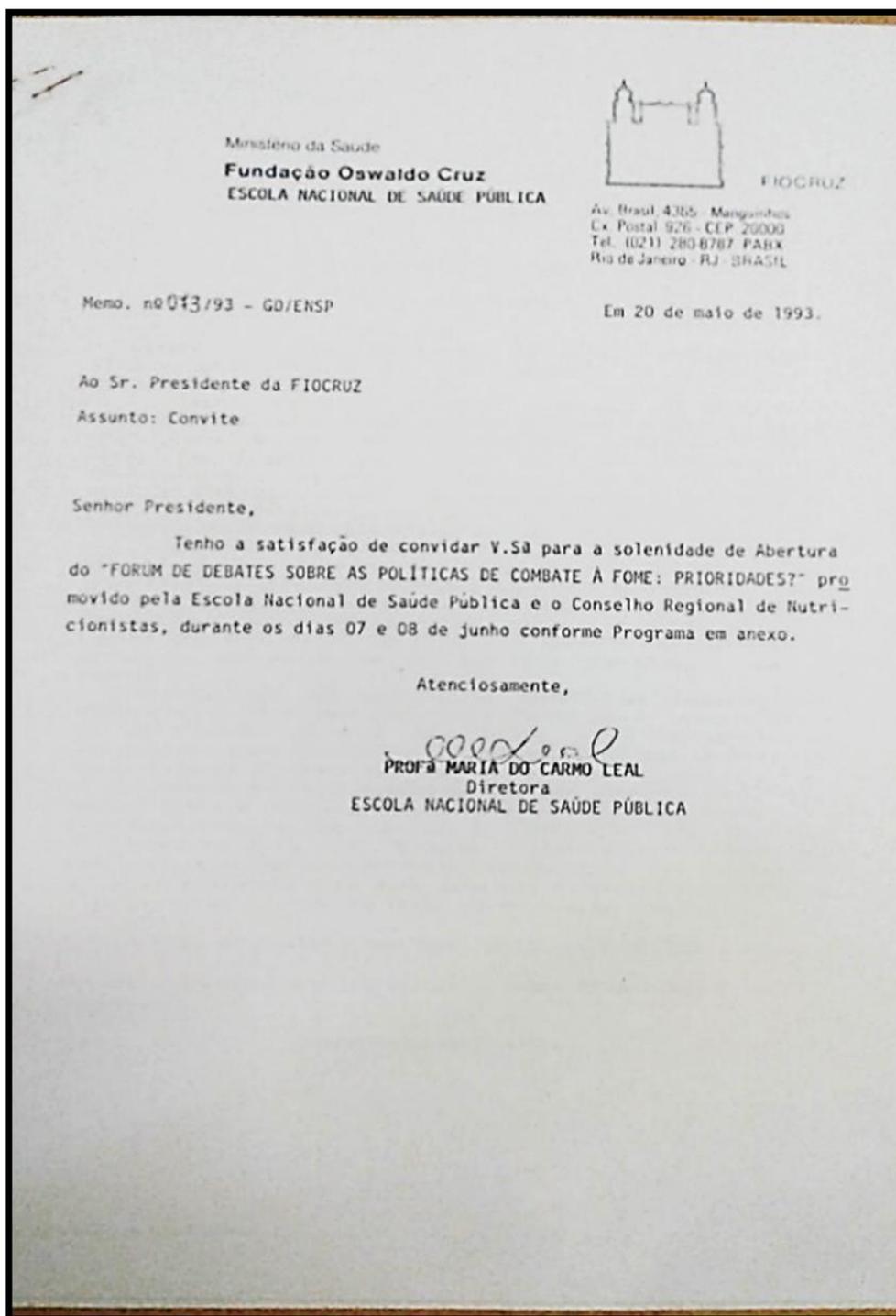
Fonte: Rede Nacional de Mobilização Social COEP. Disponível em: <http://www.coepbrasil.org.br/portal/publico/apresentarConteudo.aspx?CODIGO=C2008117192626312>. Acesso em 11 de novembro de 2016

Figura 6: Reunião do Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ, 1993



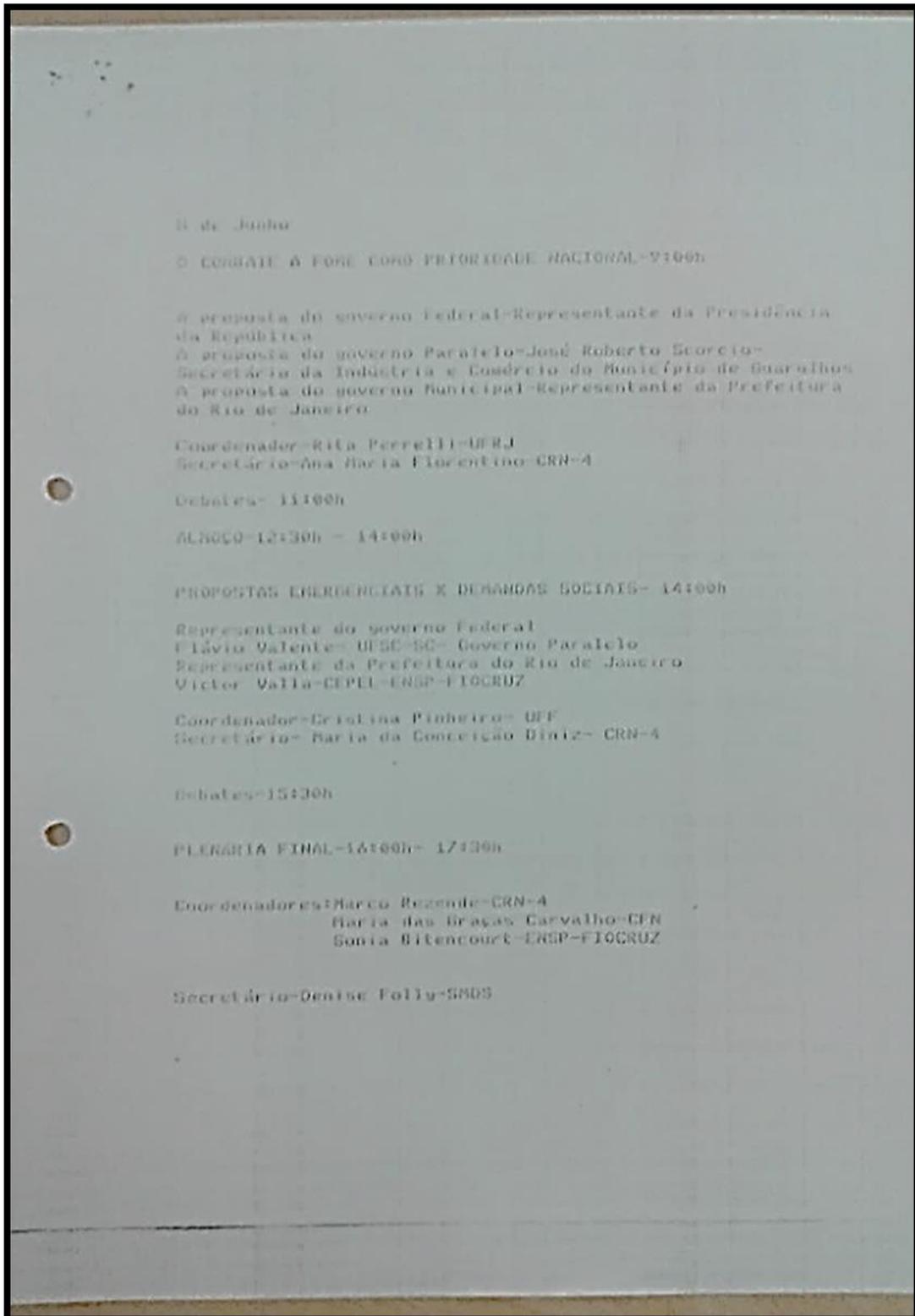
Fonte: COEP. Disponível em: <http://www.coepbrasil.org.br/coep20anos/publico/Home.aspx>. Acesso em 11 de novembro de 2016

Figura 7: Memorando, 20 de maio de 1993



Fonte: Fundo Szachna Cynamon, Acervo da Casa Oswaldo Cruz/Fiocruz

Figura 8: Memorando, 20 de maio de 1993



Fonte: Fundo Szachna Cynamon, Acervo da Casa Oswaldo Cruz/Fiocruz

Figura 9: Memorando, 20 de maio de 1993

PROGRAMAÇÃO

Períodos: 7 e 8 de Junho de 1993

Local: Escola Nacional de Saúde Pública-ENSP/FIOCRUZ
Rua Leopoldo Bulhões, 1400 - Mangueiras

7 de Junho

Abertura-9:00h

Carlos Morel- Presidente da Fundação Oswaldo Cruz
Xátia Ayres Monteiro-Presidente do CRN-4a.Região

FOME e DESENVOLVIMENTO NO BRASIL- 10:00h

Herbert de Souza- IBASE
Carlos Lessa -IEERJ

Coordenador-Marco Rezende- CRN-4
Secretário-Sonia Bittencourt-ENSP-FIOCRUZ

Debates :11:00h -12:30h

Almoço:12:30h - 14:00h

POLÍTICAS PÚBLICAS E COMBATE A FOME -14:00h

Francisco Guedes Vasconcelos-UFGS-SG.
Nathalie Beghin- CPS-IPEA
Representante da CPI da FOME

Coordenador- Eliane S.de Oliveira-ENSP-FIOCRUZ
Secretário- Neise Gonçalves- CRN-4

Debates-15:30h-17:00h

Fonte: Fundo Szachna Cynamon, Acervo da Casa Oswaldo Cruz/Fiocruz

Figura 10: Boletim Informativo, nº4, dezembro de 1994

BOLETIM INFORMATIVO Nº 04
Dezembro de 1994

COMITÊ FIOCRUZ

DE COMBATE À FOME, PELA VIDA!



Nossa luta pela vida

Estamos comemorando este mês, um ano e meio de atividades do Comitê FioCruz de Combate à Fome, Pela Vida, fundado em 24 de junho de 1993.

Temos que destacar a participação dos 345 colegas que, num exemplo de cidadania e solidariedade, contribuíram com parte dos seus salários e também a de outros, que participaram com seu trabalho técnico voluntário no desenvolvimento das nossas ações.

Neste período, com a contribuição desses colegas, foi possível ajudar 50 famílias de pacientes do Hospital Evandro Chagas e outras 10 com crianças desnutridas, assistidas pelo Centro de Saúde-Escola da ENSP, através da distribuição de cestas de alimentos.

Mas, queremos e podemos mais. Para isso, estamos apostando, não só na criação de estrutura física e de recursos humanos, mas num esforço pelo futuro de algumas crianças, dando a elas uma infância melhor.

Iniciamos, em agosto deste ano, um novo campo de ação, com um programa de apoio a uma creche na favela de Manguinhos, que cuida de 30 crianças, na faixa de 01 a 07 anos. Nossa proposta é desenvolver atividades que capacitem a creche, para que, futuramente, possa ser credenciada junto às instituições públicas responsáveis.

Vamos continuar juntos nesta ação de cidadania!
Desejamos a você um Ano Novo pleno de realizações.

BALANÇO DAS AÇÕES

Nesses 18 meses de atividades, distribuimos um total de 742 cestas, 14,9 toneladas de alimentos, em que foram beneficiados os pacientes do Hospital Evandro Chagas, os do Centro de Saúde Escola da ENSP, crianças da Creche Casa Flor de Liz, no Jacaré, as Missionárias da Caridade "Madre Teresa de Calcutá" e a partir de agosto deste ano, as crianças da Creche de Manguinhos.

Foram arrecadados em torno de 350 Kg de alimentos estocáveis, que foram doados ao Abrigo Cristo Redentor (Av. Democráticos) e às Missionárias da Caridade "Madre Teresa de Calcutá", em Manguinhos.

O balanço financeiro encontra-se a disposição de todos na Coordenação do Comitê, com sede na ASFOC.

O Comitê agradece, de público, a importante colaboração dos fornecedores de alimentos EAT, Brazilian Food e Supermercados Rio, que contribuíram ativamente com doações de alimentos.

Saúde no ar

O Ministro da Saúde, Henrique Santillo e D. Mauro Morelli, em Brasília e os Presidentes da FioCruz, Carlos Morel e da Embratel, Renato Archer, no Rio de Janeiro, inauguraram, no dia 12 de dezembro o Canal Saúde, um projeto de televisão educativa, que tem como objetivo central a educação à distância dos mais de 2,5 milhões de profissionais que atuam no setor saúde no Brasil. Na abertura do Canal, o Ministro Santillo, Betinho, Morel e Archer fizeram pronunciamentos.

Inicialmente, o Canal, que pode ser captado por antenas parabólicas ou UHF, funcionará às segundas, quartas e sextas, das 16 às 17 horas. Caberá à FioCruz a superintendência do projeto, um convênio que conta com a participação da Embratel e do Ministério da Saúde.

Cooperativa

Criada a Cooperativa de Manguinhos, que aproveitará os serviços de moradores das comunidades carentes ao redor da FioCruz e poderá gerar entre 600 a 1000 novos empregos. A proposta é que a Cooperativa ofereça serviços diretos à FioCruz, como a produção de lençóis, uniformes, trabalhos de jardinagem e limpeza, sem a intermediação de empresas.

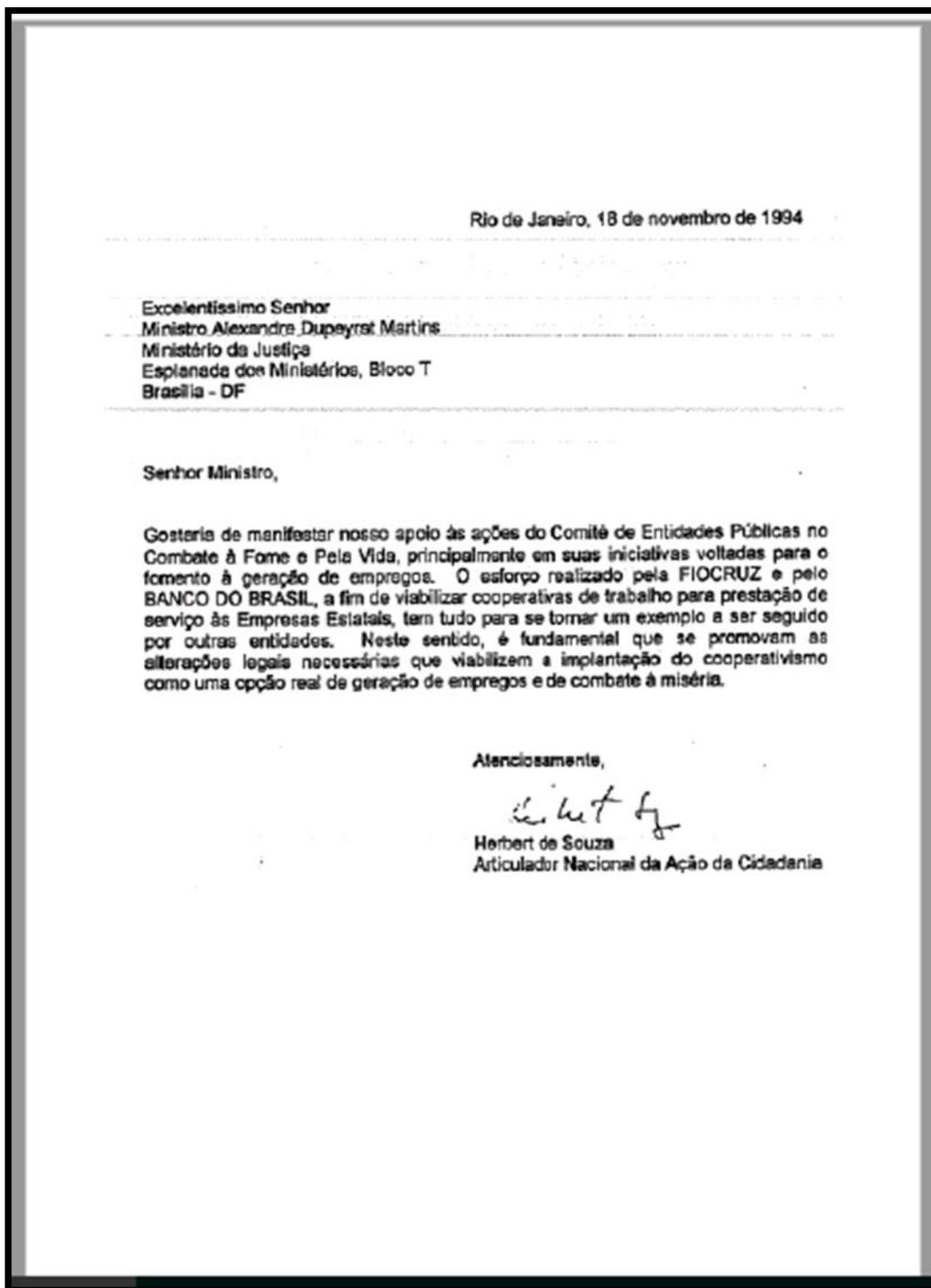
Betinho, articulador nacional da Ação da Cidadania, enviou carta ao Ministro da Justiça, Alexandre Duquevrat, dando total apoio à criação de cooperativas, citando como exemplo as iniciativas da FioCruz e do Banco do Brasil.

Está faltando você

Você também pode participar da **Ação da Cidadania Contra a Miséria e Pela Vida**. Autorize o desconto de contribuição e fortaleça a participação do nosso Comitê. Vá até a ASFOC, ou ligue para 290-66395, ou para o ramal 4231 e solicite o formulário de autorização do desconto mensal em folha. São apenas 0,5% do seu salário líquido (R\$ 2,50, para quem recebe R\$ 500,00).

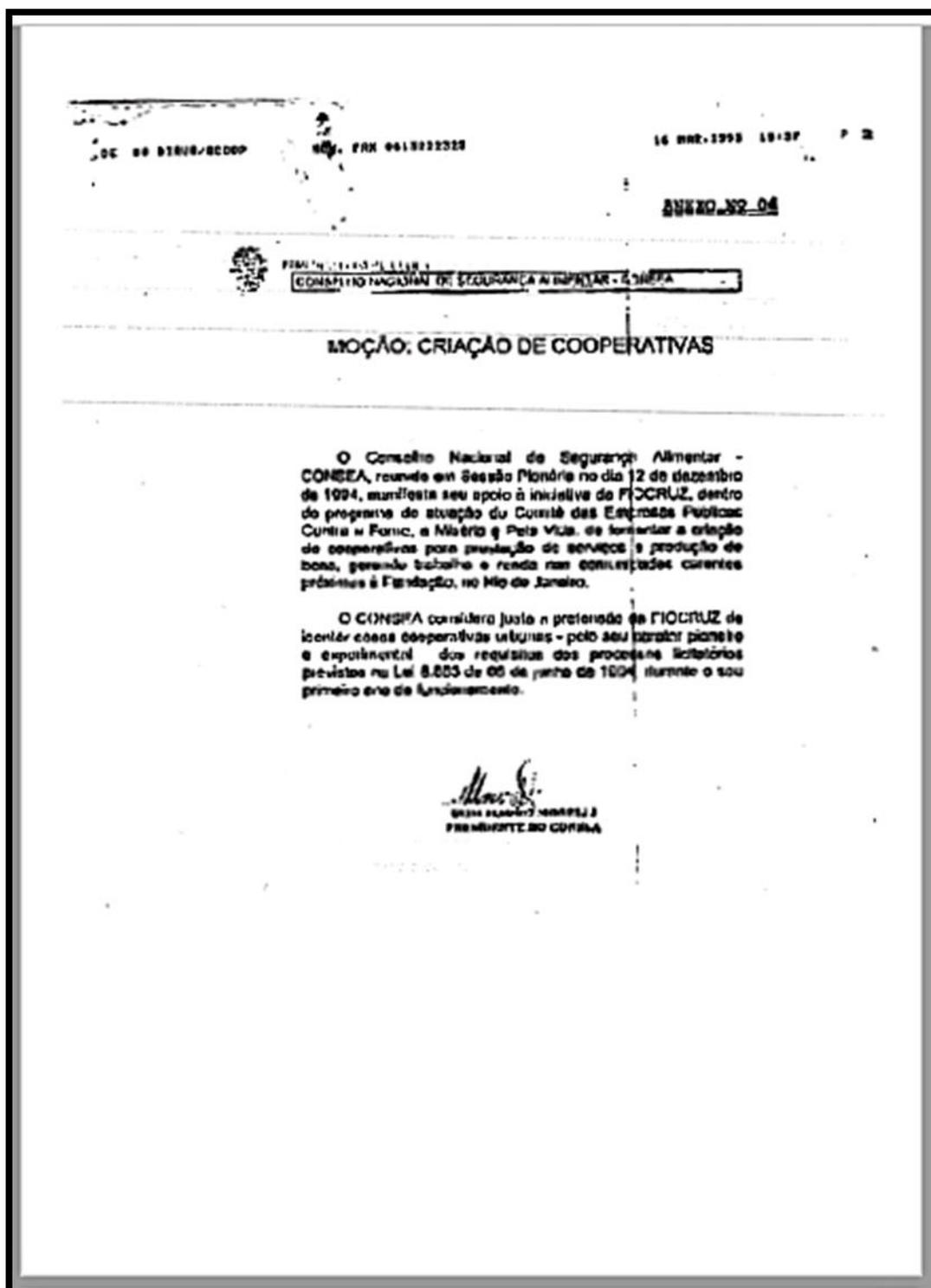
Fonte: Fundo Szachna Cynamon, Acervo da Casa Oswaldo Cruz/FioCruz

Figuras 11: Carta ao Ministro da Justiça, 1994



Fonte: Rede Nacional De Mobilização Social COEP. Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida 1993-2002: “Nove Anos Construindo Caminhos”. 2002. Disponível em: <http://www.coepbrasil.org.br/coep20anos/UploadArquivo/files/LivroDocumentosCOEP.pdf>. Acesso em 11 de novembro de 2016

Figuras 12: Moção de Apoio, 1994



Fonte: Rede Nacional De Mobilização Social COEP. Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida 1993-2002: “Nove Anos Construindo Caminhos”. 2002. Disponível em: <http://www.coepbrasil.org.br/coep20anos/UploadArquivo/files/LivroDocumentosCOEP.pdf>. Acesso em 11 de novembro de 2016

Figuras 13: Oficina de Corte e Costura



Fonte: MEDEIROS, Amelia. *Caminhos para mudar o Brasil - Oficina Social*. Rio de Janeiro: Centro de Tecnologia, Trabalho e Cidadania - Oficina Social, 1998, p. 3. Disponível em: <http://www.coepbrasil.org.br/livro/indices/cap21h.htm>. Acesso em 24 de agosto de 2016. Acesso em 24 de agosto de 2016

Figuras 14: Serviços de Jardinagem na Fiocruz



Fonte: Rede Nacional De Mobilização Social COEP. Disponível em: <http://www.coeptbrasil.org.br/coep20anos/publico/site.aspx?ID=970dc0ae-77c4-46a6-90b8-b23c68599437&SiteID=5>. Acesso em 24 de agosto de 2016

Figura 15: Grupo de Dança Afro do Centro Cultural Pixinguinha



Fonte: MEDEIROS, Amelia. *Caminhos para mudar o Brasil - Oficina Social*. Rio de Janeiro: Centro de Tecnologia, Trabalho e Cidadania - Oficina Social, 1998, p. 3. Disponível em: <http://www.coepbrasil.org.br/livro/indices/cap21h.htm>. Acesso em 24 de agosto de 2016

Figuras 17: Denúncia

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADOR GERAL



DENÚNCIA No. 0120796

INTERESSADA: **FEDERAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO**

ASSUNTO: **COOPERATIVAS DE SERVIÇOS OU DE TRABALHO**

APRECIÇÃO PRÉVIA

I - RELATÓRIO

Mediante ofício de fl. 1/6, A Federação Brasileira das Associações de Empresas de Asseio e Conservação - FEBRAC, entendendo ameaçados tantos os empregos que as suas cerca de 5.000 empresas representadas geram, quanto os encargos sociais que recolhem, pede providências do *Parquet* contra as Cooperativas de Trabalho, que estariam contratando diretamente com órgãos públicos, sem que estes promovam licitações.

Acresce, ainda, que o SEBRAE, recentemente, consoante notícia veiculada no Jornal "O Globo", teria firmado convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, Banco do Brasil, Fundação Banco do Brasil e Departamento Nacional de Cooperativismo visando implementar um programa de incubadoras de cooperativas de serviços.

Juntou um anexo, contendo documentos.

É o relatório.

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

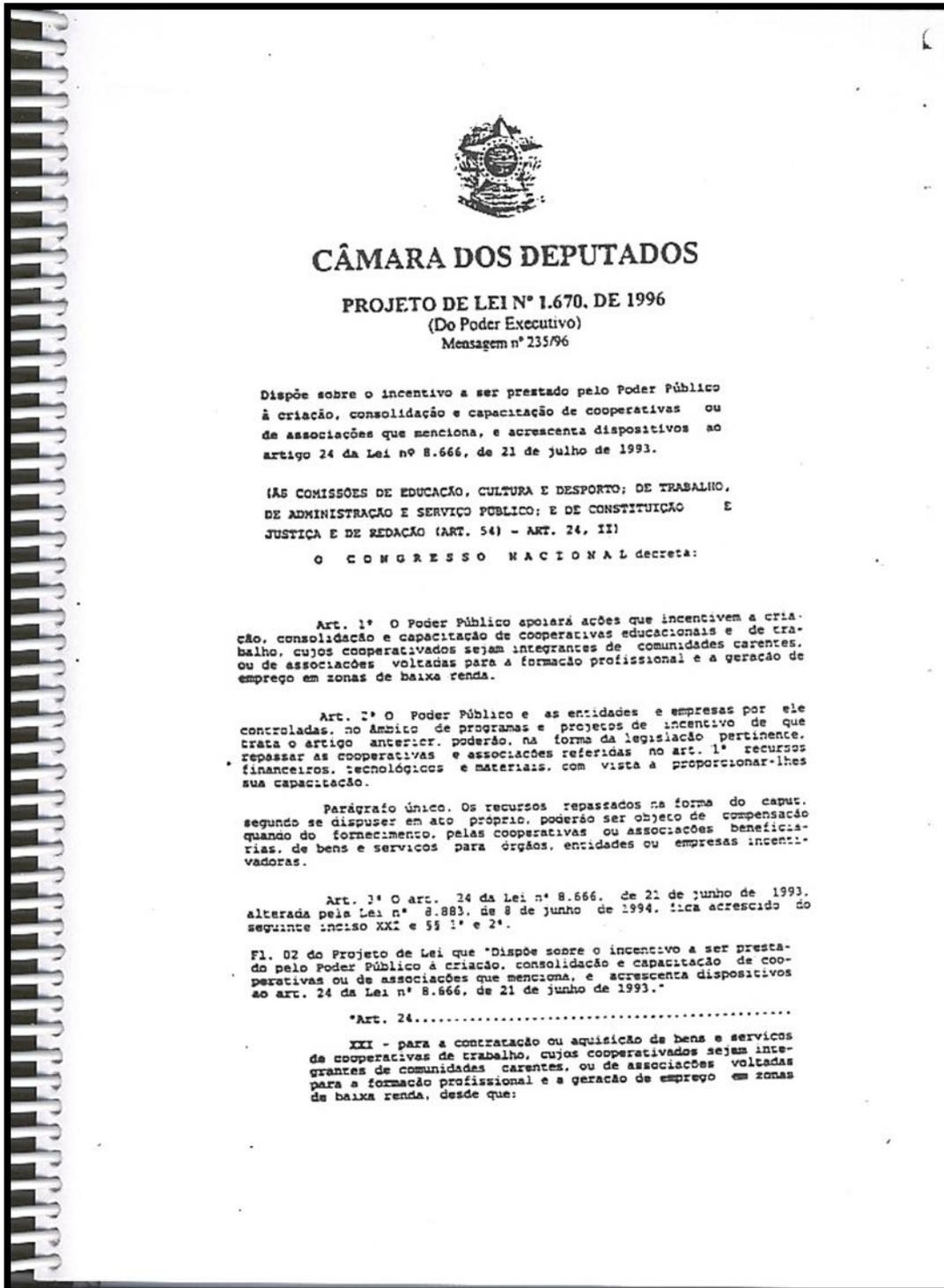
O processo de terceirização na economia parece ser um fato irreversível.

A própria denunciante é fruto desse processo, que num primeiro momento fechou inúmeros postos de trabalho melhor remunerados - pelo menos do ponto-de-vista dos empregados que efetivamente estão na ponta do processo produtivo - para contratar através de interposta empresa, a força de trabalho de que necessita para dar cabo do seu mister.



Fonte: In: Rede Nacional de Mobilização Social COEP. *Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida 1993-2002: "Nove Anos Construindo Caminhos"*. 2002. Disponível em: <http://www.coepbrasil.org.br/coep20anos/UploadArquivo/files/LivroDocumentosCOEP.pdf>. Acesso em 24 de abril de 2015

Figura 18: Projeto de Lei, 1996



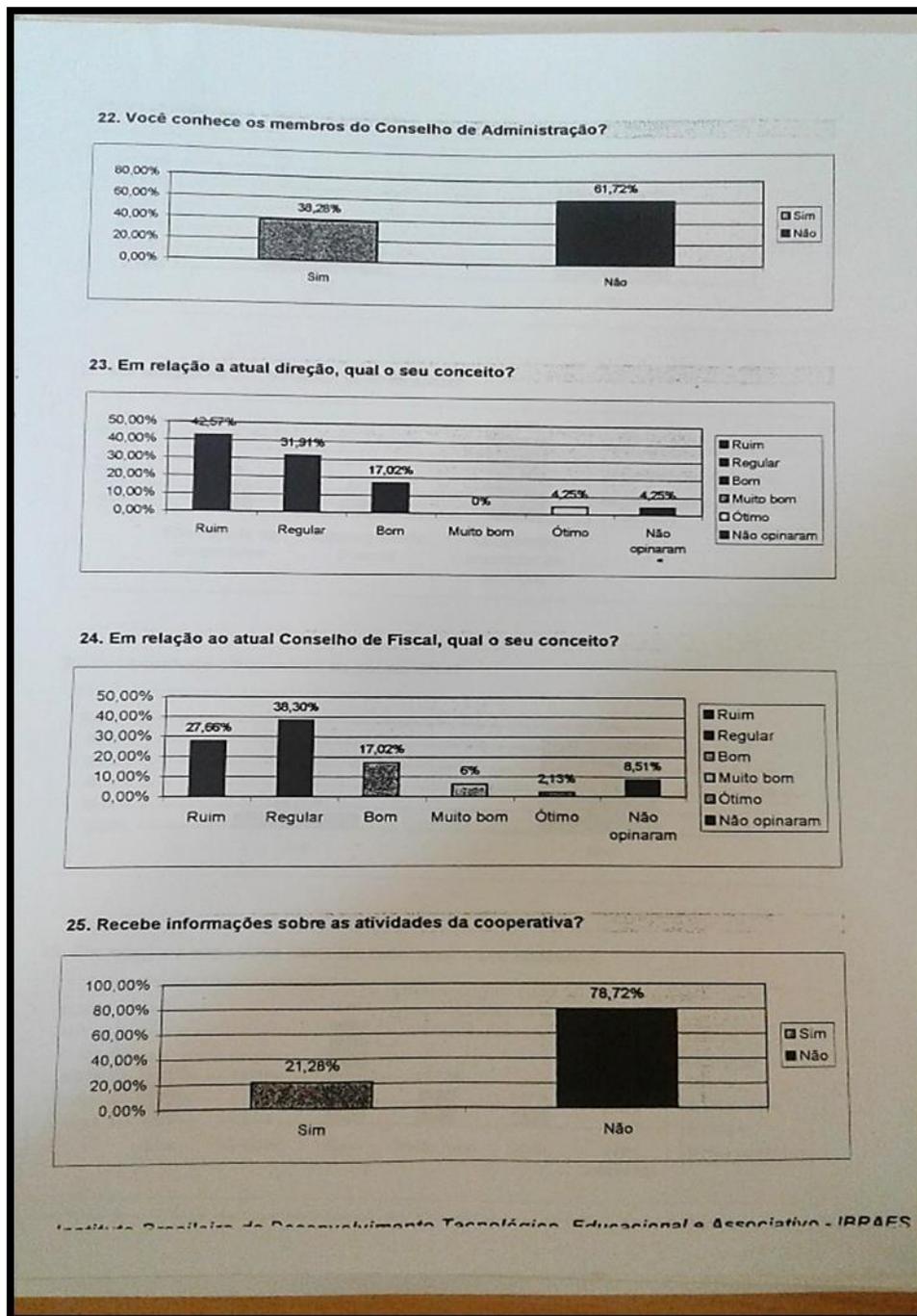
Fonte: Rede Nacional de Mobilização Social COEP. Disponível em: <http://www.coepbrasil.org.br/portal/publico/apresentarConteudo.aspx?CODIGO=C2008124155825593>. Acesso em 04 de setembro de 2016

Figuras 19: Relatório Final do Diagnóstico e Reconhecimento Situacional da COOTRAM
07/2001



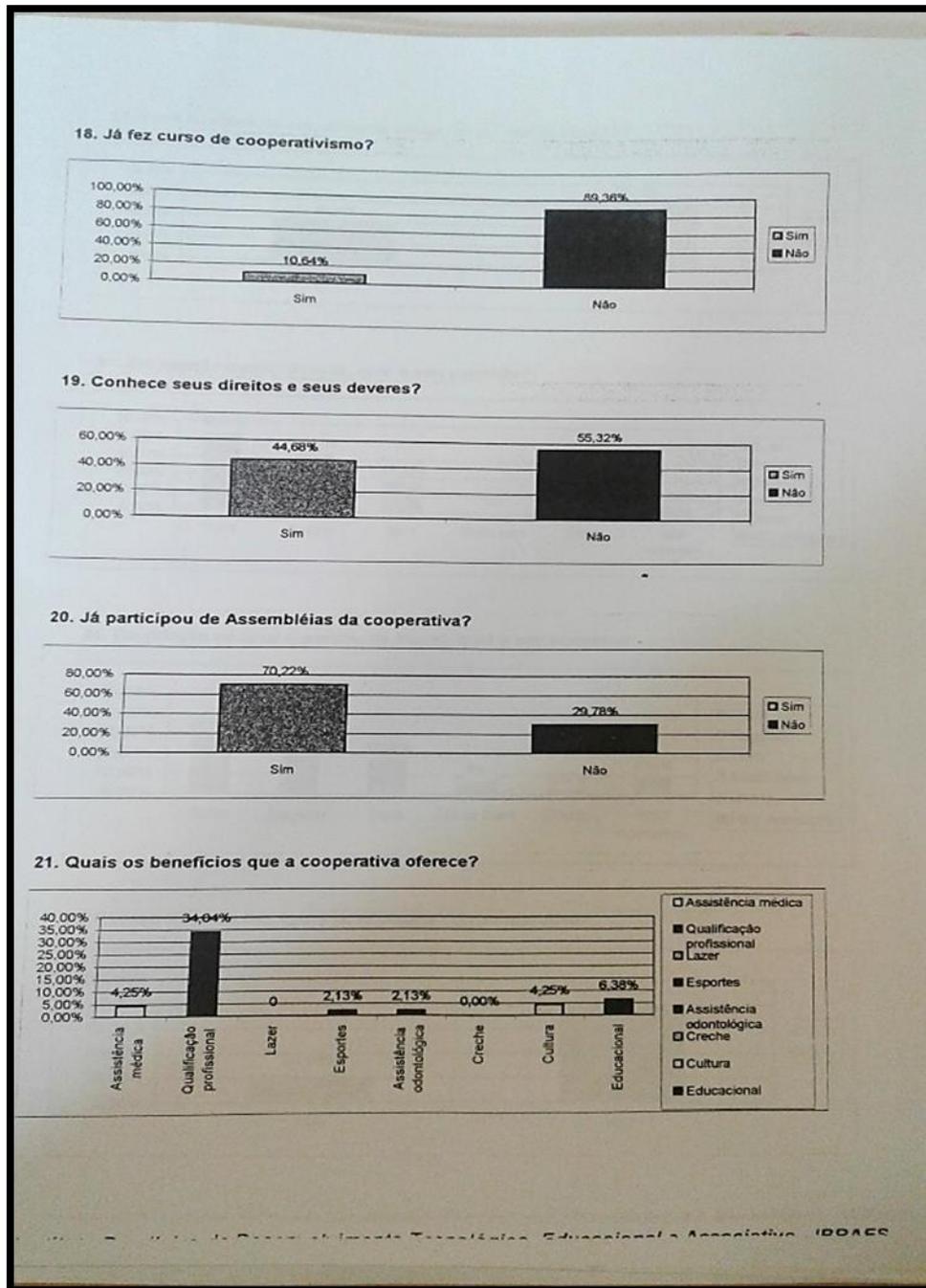
Fonte: Fundo Szachna Cynamon, Acervo da Casa Oswaldo Cruz/Fiocruz

Figuras 20: Relatório Final do Diagnóstico e Reconhecimento Situacional da COOTRAM
07/2001



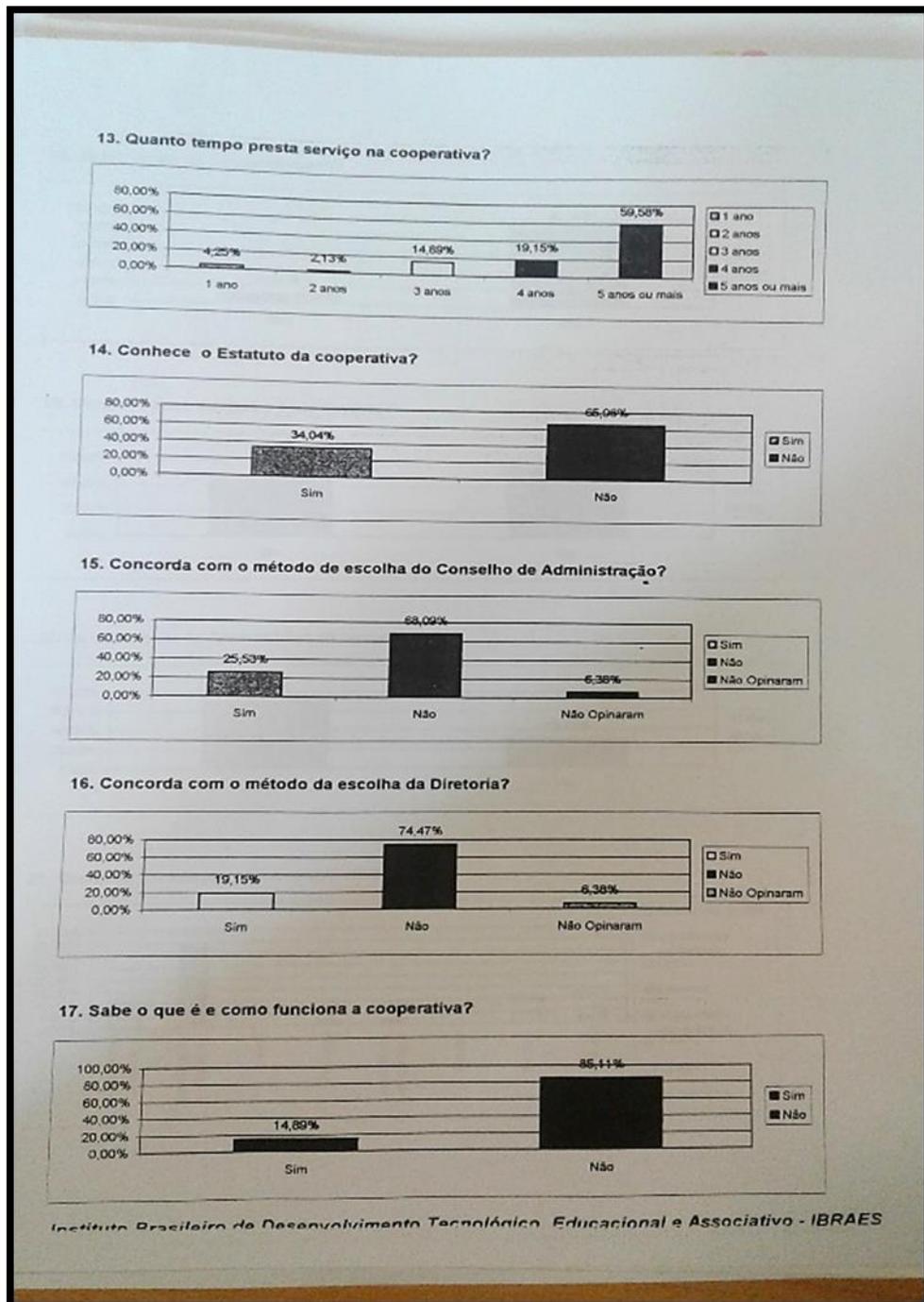
Fonte: Fundo Szachna Cynamon, Acervo da Casa Oswaldo Cruz/Fiocruz

Figuras 21: Relatório Final do Diagnóstico e Reconhecimento Situacional da COOTRAM
07/2001



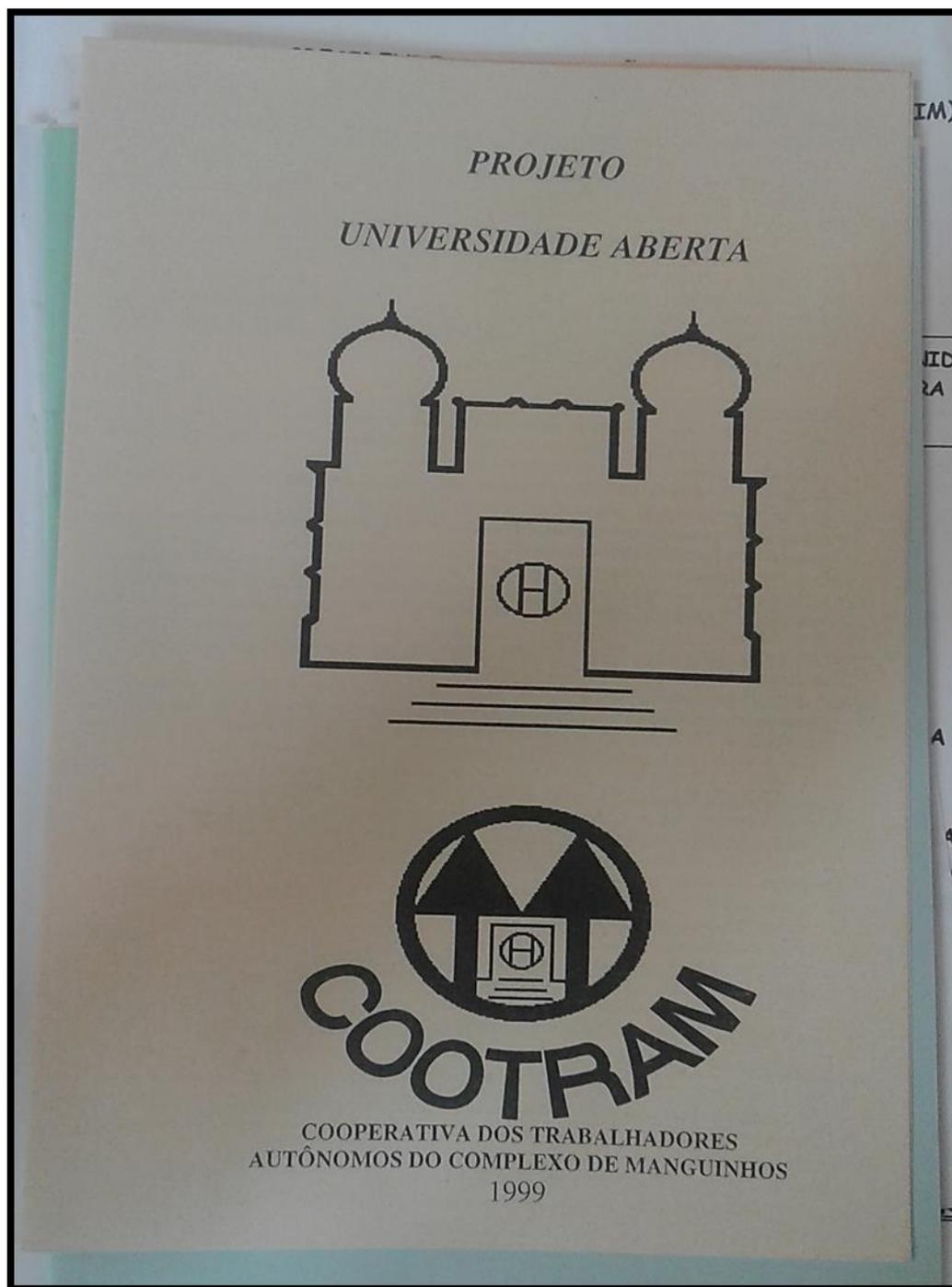
Fonte: Fundo Szachna Cynamon, Acervo da Casa Oswaldo Cruz/Fiocruz

Figuras 22: Relatório Final do Diagnóstico e Reconhecimento Situacional da COOTRAM
07/2001



Fonte: Fundo Szachna Cynamon, Acervo da Casa Oswaldo Cruz/Fiocruz

Figura 23: Folheto, 1999



Fonte: Fundo Szachna Cynamon, Acervo da Casa Oswaldo Cruz/Fiocruz

Figura 24: Jornal O DIA, 2003



Fonte: Fundo Szachna Cynamon, Acervo da Casa Oswaldo Cruz/Fiocruz

Figura 25: Jornal O DIA, 2003

União. Acusar de mentiras ao MPF e à PF, os crimes já eram cotados. No entanto, poucos dias depois da denúncia os agentes Jorge Evandro Fernandes e Luis Henrique da Silva foram afastados da instituição. "Foi um gala-boca. Estávamos chegando nos envolvidos e quem quer tudo continuasse em sigilo. Agora, estamos há dois anos só assinando pontos. Quando ter terminado a investigação", diz Evandro.

Uma tonelada de material químico é desviada ao mês. A acusação foi reforçada pela PF há sete meses, e o MPF já instaurou outro inquérito para apurar os crimes na FioCruz. O primeiro resultado foi a prisão, em outubro, do funcionário da Clostium Márcio Antônio da Silva, 40 anos, acusado de desviar éter e álcool da fundação e revender a traficantes da facção Comando Vermelho. A acusação é de que a quadrilha de Márcio repete 250 kg de material químico por semana para os bandidos. Fazem o chamado "bateria" da cocada (mistura de drogas puros com outras substâncias) e aumentaram os lucros.

Segundo o relatório, os produtos são furados entre 1h e 3h e, muitas vezes, seguem para o Complexo do Alemão, em Bonsucesso, em local que faz ponte na portaria da FioCruz na Avenida Brasil. O empregado que participa ou facilita o desvio pode receber até R\$ 6 mil por mês.

No relatório são citados ainda roubos, extorsões mediante seqüestro, tentativas de estupro e até a apreensão de vasos com pó de maconha. Destacado no documento, está o empreendimento de mediana 36, cantina 44 e empacotadora 12 e 16, do patrimônio da FioCruz, para dois homens que se apresentam como pastores de igreja. Algumas vezes, segundo investigações, agentes federais chegaram a levar a dupla em carros da FioCruz até a Penha, onde os dois desembarcaram levando um saco de plástico preto com as armas de segurança da instituição.

Procurado pelo DIA, onde há, a assessora da empresa da FioCruz não retornou as ligações.

Rota usada em fugas e ataques:

- Entre o campus da FioCruz e as favelas do Mandela, Varginha e Mangueiras, há 30 ruas as Águas do Rio Faria Tirobó. E por lá que os bandidos navegam em pequenos barcos ou até mesmo em botes de Kombi improvisados, apimentados. Ora aportam com drogas na FioCruz, ora desembarcam no terreno federal para fugir das operações policiais nas comunidades. As vezes, invadem o campus da expansão da FioCruz, do outro lado da Avenida Brasil, e, de lá, atacam os ruas da facção Terceiro Comando, na Vila do João Maré. Na margem do rio próximo ao campus, já foram encontrados sacos de cocada amarrados a linhas que vão até a outra margem, perto das favelas.
- No campus da expansão, cansados de tentar acordos de cessar-fogo com líderes da Vila do João, representantes da FioCruz mandaram erguer um muro de mais de três metros na divisa com a favela. A iniciativa para evitar as invasões no terreno não corrigiu, porém, o problema. No entanto, fazer com que as balas perdas desistam de atingir com frequência o prédio.
- A violência fez com que pesquisadores adotassem nova agenda. "Quando vejo que já está ficando tarde, interrompo um trabalho no meio e retorno no dia seguinte. Mas quando é inevitável ficar até tarde da noite, me tranco no laboratório e só saio pela manhã. Minha família fica mais tranqüila assim", disse uma pesquisadora, que preferiu não se identificar. Para quem trabalha no campus e circula pelas paradas e pontos de ônibus da Avenida Brasil, outra medida de segurança: crachás devem estar sempre à mostra para evitar roubos e furtos.

Varginha
A área dos fundos do órgão federal, perto da Serra, é invadida por bandidos que amarraram o rio à noite

Mandela
50 as Águas do Rio Faria Tirobó separam a favela da FioCruz. Nas margens, sempre há trafetes

FioCruz
Mesmo vigiados por 400 segurança, os 850 mil metros quadrados do campus vivem cenário de crimes

Guerra de quadrilhas perto de hospital
O campus tem quadro de aproximadamente cinco mil funcionários e circulação média de quase 10 mil pessoas por dia. Segundo investigações, alguns pontos se transformaram em disputadas bocas-de-forno, onde estão os testas (líderes) de facções, envolvidos a mando do tráfico das cinco favelas situadas ao redor dos 850 mil metros quadrados da instituição. Embora quatro dias comunidades — Mandela, Varginha, Mangueiras e Anhem — sejam dominadas pela facção Comando Vermelho, alguns pontos das bocas-de-fu-

mo disputam entre si os lucros arrecadados no campus.

Uma das vítimas dessa luta foi André Luis David Lima, 23 anos, identificado como "leitor" e morador do Marco do Anhem, ele estava expandindo o número de clientes e diminuindo os lucros de outro "leitor", de Mangueiras, Acibou morto com tiro no peito na noite de 5 de abril de 2000. O corpo foi encontrado às 23h50, em motaleta perto do Hospital Torres Hernim, no campus. Como a área é de risco, segurança e PMs só se aproximaram por volta de 7h do dia 6.

Os carros que pertencem à rota da fundação recebem um adesivo oficial com a inscrição "FioCruz/Ministério da Saúde/Governo Federal (a Serviço)". O adesivo, segundo o dossiê, está sendo usado em carros que integram "baterias" (combos de traficantes para transporte de armas e drogas) e fazem entregas. Os bandidos saíram de Mangueiras pela Rua Leopoldo Bulhões e pela Avenida Brasil. "Quem vai supostamente adesivar?" pergunta o agente Estácio, que desobedeceu a irregularidade e passou a ficar atento r-

os carros que circulavam com a autorização fora da FioCruz.

Quarta vez, passando pela Praia do Flamengo, Evandro e outros dois agentes federais viram uma Kombi da Cooltram, com adesivos no pára-brisa e no vidro traseiro, parado em todos os pontos de ônibus e recolhendo passageiros. O motorista Marcos Antônio Perera, funcionário da Cooltram, confessou estar usando o veículo e o adesivo para se livrar das fitas em botades. De foi levado à Polícia Federal e autuado por falsidade ideológica pelo delegado Luiz Dore.

Carros oficiais levam armas e drogas
Agentes já viram veículos como este parado para pegar passageiros

André Luis tornou cliente de outro traficante e foi morto no campus

AGENTES já viram veículos como este parado para pegar passageiros

Fonte: Fundo Szachna Cynamon, Acervo da Casa Oswaldo Cruz/FioCruz